

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 005

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 23 DE FEVEREIRO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

NELSON JUSTUS

1º Vice-Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

2º Vice-Presidente - PMDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	
<i>PSDB</i>	
<i>PL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>

Representação Partidária

PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins (suplente) - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Túlio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 07: Augustinho Zucchi - Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Carlos Baratter - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Pastor Edson Praczyk - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.

Ato da Presidência:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/99

SÚMULA:

Referenda o Decreto Legislativo nº 002/99, que autorizou o Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado, ausentar-se do País.

DATA: 23 de fevereiro de 1999.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 73, da Constituição Estadual combinado com o Art. 123, do Regimento Interno o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica referendado o Decreto Legislativo nº 002/99, de 29 de janeiro de 1999, que autorizou o Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado do Paraná, ausentar-se do país, no período compreendido entre os dias 7 e 21 de fevereiro do corrente ano, com destino aos Estados Unidos da América, a fim de, em Nova Iorque, participar de uma série de sessões com a equipe diretora do "Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas", que objetiva a elaboração de nova política global de urbanização e, ainda, tratar de assuntos particulares.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 23.02.99

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

ATA DE POSSE DE DEPUTADO ESTADUAL

Aos quatro dias do mês de fevereiro de hum mil novecentos e noventa e nove, às 10:00 horas, o Senhor Presidente Anibal Khury anunciou a presença no Gabinete da Presidência, do Senhor Antonio Carlos Baratter, que assumiu a Cadeira de Deputado Estadual na vaga deixada pelo Exmo. Senhor Deputado Sérgio Spada, nomeado pelo Exmo. Senhor Governador do Estado, para exercer o cargo de Secretário de Estado da Secretaria Especial de Proteção e Defesa do Consumidor. Em seguida o Senhor Presidente convidou o Senhor Antonio Carlos Baratter a prestar o compromisso previsto nos §§ 3º e 5º, do artigo 4º, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado, o Senhor Antonio Carlos Baratter prestou o seguinte compromisso: "Prometo guardar a Constituição Federal e a Estadual, desempenhar lealmente o mandato que me foi confiado pelo povo paranaense

e promover o bem do nosso Estado". Encerrando o Senhor Presidente declarou o Senhor Deputado Antonio Carlos Baratter empossado no cargo de Deputado Estadual e determinou a lavratura da presente Ata e a sua publicação no Diário da Assembléia para que produza os efeitos legais e regimentais. A presente Ata vai assinada pelo Exmo. Senhor Deputado Anibal Khury, Presidente do Poder Legislativo e por mim, Abib Miguel, Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente
ABIB MIGUEL - Diretor Geral

ATA DE POSSE DE DEPUTADO ESTADUAL

Aos quatro dias do mês de fevereiro de hum mil novecentos e noventa e nove, às 10:05 horas, o Senhor Presidente Anibal Khury anunciou a presença no Gabinete da Presidência, do Senhor Luiz Carlos Martins, que assumiu a Cadeira de Deputado Estadual na vaga deixada pelo Exmo. Senhor Deputado Geraldo Cartário, licenciado por 121 (cento e vinte e um) dias para tratamento de saúde, em seguida o Senhor Presidente convidou o Senhor Luiz Carlos Martins a prestar o compromisso previsto nos §§ 3º e 5º, do artigo 4º, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado, o Senhor Luiz Carlos Martins prestou o seguinte compromisso: "Prometo guardar a Constituição Federal e a Estadual, desempenhar lealmente o mandato que me foi confiado pelo povo paranaense e promover o bem do nosso Estado". Encerrando o Senhor Presidente declarou o Senhor Deputado Luiz Carlos Martins empossado no cargo de Deputado Estadual e determinou a lavratura da presente Ata e a sua publicação no Diário da Assembléia para que produza os efeitos legais e regimentais. A presente Ata vai assinada pelo Exmo. Senhor Deputado Anibal Khury, Presidente do Poder Legislativo e por mim, Abib Miguel, Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente
ABIB MIGUEL - Diretor Geral

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 001ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
23 DE FEVEREIRO DE 1999**

(terça-feira)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Túlio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Divanir Braz Palma, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Marcos Valente Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 003/99

Curitiba, em 29.01.99.

Senhor Presidente.

Através da presente tenho a honra de solicitar a essa augusta Assembléia Legislativa, em conformidade com o disposto no Art. 54, inciso XI, da Constituição Estadual, autorização para me afastar do país, entre os dias 7 e 21 de fevereiro próximo, com destino aos Estados Unidos da América a fim de, em Nova Iorque, participar de uma série de sessões com a equipe diretora do "Programa de

Desenvolvimento das Nações Unidas", que objetiva a elaboração de nova política global de urbanização e, ainda, na oportunidade, tratar de assuntos particulares.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e consequente autorização, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

MENSAGEM Nº 004/99

Curitiba, em 29.01.99.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva definir as obrigações de pequeno valor, a que alude o § 3º, do art. 100, da Magna Carta da Nação, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998.

O plano de lei ora proposto é oportuno e necessário, eis que ensejará condições a fim de que, no Estado do Paraná, o referido preceito contido na Constituição Federal venha a ser cumprido.

Apresentando maior detalhamento quanto a conveniência da medida, é adiante transcrito Ofício nº 054/99-PGE, firmado pelo Procurador Geral do Estado:

"Tem o presente a finalidade de encaminhar à apreciação de V. Exa. minuta de anteprojeto de lei, destinada a regular, no Estado do Paraná, o disposto no art. 100, § 3º, da Constituição Federal, conforme redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.98, verbis:

"Art. 100 - ...

...

§ 3º - O disposto no "caput" deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado."

Por meio da presente proposta legislativa, e, dentro do espírito de adequação da legislação vigente à realidade financeira do Estado, pretende-se definir o "quantum" das obrigações de pequeno valor, bem como a forma de pagamento, observada sempre a ordem legal quando já inscritas em precatórios.

Creio por outro lado, que a medida por seu indiscutível conteúdo de interesse social receberá de V. Exa. o necessário apoio".

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam definidas em até quarenta vezes o salário mínimo, as obrigações de pequeno valor a que alude o § 3º, do artigo 100, da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998.

Art. 2º - Os pagamentos aos titulares de obrigações de pequeno valor deverão ser realizados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da apresentação de requerimento à Procuradoria Geral do Estado, ins- truído com certidão, expedida pelo Cartório ou Secretaria, que demonstre o trânsito em julgado do processo respectivo e a liquidez da obrigação.

Art. 3º - As obrigações já inscritas em precatórios e que se adequem ao disposto no artigo 1º desta lei, serão pagas no prazo máximo de 1 (um) ano observada a atual ordem de inscrição.

Art. 4º - Com o pagamento a obrigação se considerará totalmente quitada, não podendo seu titular nada mais reclamar em relação ao evento ou direito objeto do processo.

Art. 5º - Para cumprimento do disposto na presente lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos orçamentários necessários, utilizando com recursos as formas previstas no § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 005/99

Curitiba, em 05.02.99.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder ao Instituto Paranaense de Cegos, imóveis situados na Avenida Visconde de Guarapuava e Rua Coronel Dulcídio, nesta Capital, de propriedade do Estado, conforme registro nº 12.671, Livro 3-D, do Cartório da 1ª Circunscrição Imobiliária e registro nº 54.955, do Livro 3-BA, do Cartório da 6ª Circunscrição Imobiliária, ambos da Comarca de Curitiba.

A cessão de imóveis ora proposta, consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Comunidade, não só pelos relevantes e nobres serviços que a Cessionária vem prestando, como também pelo fato de que sua sede encontra-se, de longa data, instalada nos mesmos. Conforme dispositivos expressamente contidos no texto do anexo anteprojeto de lei, a cessão em causa vigorará até 31 de dezembro do ano de 2002, podendo ser prorrogada por mais 4 anos, mediante consenso entre as partes, não permitida utilização para finalidades diversas daquelas previstas.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder ao Instituto Paranaense de Cegos, os imóveis de propriedade do Estado, situados na Avenida Visconde de Guarapuava e Rua Coronel Dulcídio, nesta Capital, objeto dos Registros nºs 12.671, do Livro 3-D, do Cartório da 1ª Circunscrição Imobiliária da Comarca de Curitiba e 54.955, do Livro 3-BA, da 6ª Circunscrição Imobiliária da mesma Comarca.

Art. 2º - Os imóveis de que trata o artigo anterior, serão exclusivamente utilizados para sede e instalação de serviços do Instituto Paranaense de Cegos, vigorando a cessão até 31 de dezembro de 2002, podendo ser prorrogada por mais 4 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes, tornando-se automaticamente sem efeito caso haja descumprimento das finalidades estabelecidas, ficando a Cessionária responsável pela guarda e conservação de tais bens, sem direito e ressarcimentos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob os nºs CTL/SEEG/001 a 025/99, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

504/98: De autoria do Deputado Anibal Khury que, prorroga, a partir de 1º de janeiro de

1999, os efeitos da Lei nº 12.323/98, que destinou recursos à Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.418.

Anote-se - Arquivo-se.

542/98: De autoria do Poder Executivo que, altera para "Agência de Fomento do Paraná S/A", a denominação da Agência de Desenvolvimento do Paraná S/A, criada pela Lei nº 11.741, de 19 de junho de 1997 e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.419. **Anote-se - Arquivo-se.**

508/98: De autoria do Poder Executivo que, assegura ao consumidor o direito de obter informações sobre natureza, procedência e qualidade dos produtos combustíveis comercializados nos postos revendedores situados no Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.420. **Anote-se - Arquivo-se.**

540/98: De autoria do Poder Executivo que, dá nova redação ao art. 1º, da Lei nº 8.664, de 09 de dezembro de 1987, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.421. **Anote-se - Arquivo-se.**

372/98: De autoria do Deputado Durval Amaral que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE do Município de São Jorge do Ivaí, com sede e foro no mesmo município, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.422. **Anote-se - Arquivo-se.**

279/98: De autoria do Deputado Nelson Tureck que, declara de Utilidade Pública o "Lar do Menor de Ubiratã, com sede e foro no Município de Ubiratã, o qual convertido em lei tomou o nº 12.423. **Anote-se - Arquivo-se.**

475/98: De autoria do Deputado Joel Coimbra que, concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor José Gregori, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.424. **Anote-se - Arquivo-se.**

185/98: De autoria do Deputado Reny Bor-satto que, declara de Utilidade Pública o Hospital Nossa Senhora da Saúde, com sede e foro na Comarca de Santo Antônio da Platina, o qual convertido em lei tomou o nº 12.425. **Anote-se - Arquivo-se.**

383/98: De autoria do Deputado Valdir Rossoni que, aprova a construção da Usina Elétrica a Gás de Araucária, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.426. **Anote-se - Arquivo-se.**

425/98: De autoria do Deputado Anibal Khury que, declara de Utilidade Pública a Associação dos Fruticultores da Região de Irati - ASFRUTIR, com sede e foro no Município de Irati, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.427. **Anote-se - Arquivo-se.**

448/98: De autoria do Deputado Anibal Khury que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres das Escolas Formação e Kambalhota, com sede e foro nesta Capital, o qual

convertido em Lei tomou o nº 12.428. **Anote-se - Arquivo-se.**

428/98: De autoria do Deputado Anibal Khury que, declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Educacional e Cultural, entidade mantenedora da Congregação das Irmãs de São João Batista e Santa Catarina de Sena - Medéias, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.429. **Anote-se - Arquivo-se.**

319/98: De autoria do Deputado Nelson Garcia que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de Douradina e foro no Município de Umuarama, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.430. **Anote-se - Arquivo-se.**

352/98: De autoria do Deputado Hidekazu Takayama que, declara de Utilidade Pública o Recanto Shalon, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.431. **Anote-se - Arquivo-se.**

302/98: De autoria do Deputado Élio Rusch que, declara de Utilidade Pública a APMI - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Entre Rios do Oeste, com sede na Cidade de Entre Rios do Oeste e foro na Cidade de Marechal Cândido Rondon, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.432. **Anote-se - Arquivo-se.**

136/97: De autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti que, declara de Utilidade Pública o Centro Profissionalizante Rede Esperança, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.433. **Anote-se - Arquivo-se.**

427/98: De autoria do Deputado Anibal Khury que, declara de Utilidade Pública a União dos Municípios do Litoral do Paraná - Paraná Litoral, com sede e foro no município de Paranaguá, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.434. **Anote-se. Arquivo-se.**

374/98: De autoria da Deputada Iron-di Pugliesi que, declara de Utilidade Pública a Escola Graciosa em Quatro Barras, com sede e foro no Município de Quatro Barras, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.435. **Anote-se - Arquivo-se.**

465/97 - De autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães que, declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Apoio ao Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente Reitor Álvaro Augusto Cunha Rocha - ACACE, com sede e foro no município de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.436. **Anote-se. Arquivo-se.**

355/98 - De autoria do Deputado Joel Coimbra que, declara de Utilidade Pública a Federação de Xadrez do Paraná - FEXPAR, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.437. **Anote-se. Arquivo-se.**

258/98 - De autoria do Deputado Emerson Nerone que, declara de Utilidade Pública a Associação Cultural e Beneficente Nossa Senhora de Sião, com sede e foro no Município de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.438. **Anote-se. Archive-se.**

334/98 - De autoria do Deputado Caíto Quintana, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e Infância Rainha do Lar, com sede no município de Santa Lúcia e foro no Município de Capitão Leônidas Marques, o qual convertido em lei tomou o nº 12.439. **Anote-se. Archive-se.**

350/98 - De autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Igreja Pentecostal Tabernáculo da Fé, com sede e foro na cidade de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.440. **Anote-se. Archive-se.**

276/98 - De autoria do Deputado Joel Coimbra que, declara de Utilidade Pública a Associação Comercial e Industrial de Maringá - ACMI, com sede e foro no Município de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o n 12.441. **Anote-se. Archive-se.**

295/98 - De autoria do Deputado Irineu Colombo que, declara de Utilidade Pública a Central de Associações do Oeste do Paraná - CAOPA, com sede e foro no município de Medianeira, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.442. **Anote-se. Archive-se.**

Sob o nº CTL/SEEG/026/98, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto e Lei nº 396/98, de autoria do Deputado Paulo Gorski, por julgá-lo contrário ao interesse público, tendo em vista a possibilidade de o imóvel cuja doação pretende, vir a ser utilizado por órgãos da própria Administração Estadual ou transferido ao Sistema de Previdência Social. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/027/98, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 439/97, de autoria do Deputado Reny Borsatto, por julgá-lo contrário ao interesse público, tendo em vista a possibilidade de o imóvel cuja doação pretende vir a ser utilizado por órgãos da própria administração estadual ou transferido ao Sistema de Previdência Estadual. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/040/98, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 392/98, de autoria do Poder Executivo, por julgar as partes vetadas inconstitucionais. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/041/98, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado

Integralmente o Projeto de Lei nº 173/98, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/042/98, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 132/97, de autoria do Deputado Reny Borsatto, por julgá-lo contrário ao interesse público, tendo em vista a possibilidade de o imóvel cuja doação pretende vir a ser utilizado por órgãos da própria administração Estadual ou transferido ao Sistema de Previdência Estadual. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/043/98, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 413/98, de autoria do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/-44/98, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 104/98, de autoria do Deputado Edno Guimarães, por julgá-lo contrário ao interesse público, tendo em vista a possibilidade de o imóvel cuja doação pretende, vir a ser utilizado por órgãos da própria administração estadual, ou transferido ao Sistema de Previdência Estadual. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/048/98, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 455/98, de autoria do Deputado Paulo Gorski, por julgá-lo contrário ao interesse público, em face de informações da Secretaria de Estado dos Transportes, de que não há no DER, recursos orçamentários para a pretendida estadualização de estrada. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/049/98, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente, o Projeto de Lei nº 479/97, de autoria do Deputado Cesar Seleme, por julgá-lo contrário ao interesse público porque, ao invés de doação do imóvel em causa é mais conveniente cedê-lo, por prazo determinado, pois assim permanecerá integrando patrimônio do Estado. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob os nºs CTL/SEEG/028, 029, 030, 031, 032, 033, 034, 035, 036, 037, 038, 039, 045, 046, 047, 050, 051, 052, 053, 054, 055 e 056/99, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Sancionado os Projetos de Lei nºs:

311/98 - De autoria do Deputado Reny Borsatto que, declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância -APMI, com sede e foro no Município de Wescleslau Braz, o qual convertido em lei tomou nº 12.443. **Anote-se. Archive-se.**

329/98 - De autoria do Deputado Edno Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos de Bairro do Alto da Sanbra - Novo Horizonte, com sede e foro no Município de Iporã, o qual convertido em lei tomou o nº 12.444. **Anote-se. Archive-se.**

132/98- De autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação Recreativa e Beneficente Afonso Pena, com sede e foro no município de São José dos Pinhais, o qual convertido em lei tomou o nº 12.445. **Anote-se. Archive-se.**

406/98 - De autoria do Deputado Miltinho Puppio que, declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Ivaiporã, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.446. **Anote-se. Archive-se.**

300/98 - De autoria do Deputado Cesar Seleme que, declara de Utilidade Pública a SACI - Sociedade de Amigos do Capão da Imbuia, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.447. **Anote-se. Archive-se.**

297/98 - De autoria do Deputado Cesar Seleme que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Jaboti, o qual convertido em lei tomou o nº 12.448. **Anote-se. Archive-se.**

339/98 - De autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Vila Vicentina - Sociedade de São Vicente de Paulo, com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.449. **Anote-se. Archive-se.**

331/98 - De autoria do Deputado Pérciles de Holleben Mello, que declara de Utilidade Pública a Creche Sant'Ana, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.450. **Anote-se. Archive-se.**

358/98 - De autoria do Deputado José Maria Ferreira que, declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Água do Pari - AMAPAR, com sede e foro na cidade de Jataizinho, o qual convertido em lei tomou o nº 12.451. **Anote-se. Archive-se.**

170/98 - De autoria do Deputado Reny Borsatto, que denomina Rodovia Prefeito José Alves Pereira, o trecho da rodovia PR-151 que especifica, o qual convertido em lei tomou o nº 12.452. **Anote-se. Archive-se.**

294/98 - De autoria do Deputado Reny Borsatto que, declara de Utilidade Pública a Associação Metodista de Apoio aos Trabalhadores Rurais - Projeto Bóia-Fria, com sede e foro no Município de Santo Antonio da Platina, o qual convertido em lei tomou o nº 12.453. **Anote-se. Archive-se.**

515/97 - De autoria do Deputado Joel Coimbra que, declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Lojistas do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios de Maquinismos, Ferragens, Tintas, Materiais Elétricos e Eletrodomésticos de Maringá - SIVAMAR, com sede e foro no Município de Maringá, o qual convertido em lei tomou o nº 12.454. **Anote-se. Archive-se.**

366/98 - De autoria do Poder Executivo que, acresce inciso XIV ao art. 5º, da Lei nº 10.014, de 29 de junho de 1992, o qual convertido em lei tomou o nº 12.458. **Anote-se. Archive-se.**

662/97 - De autoria do Deputado Neivo Beraldin, que concede o Título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná a Senhora Anice Jamil Aboulhosses Messmar, o qual convertido em lei tomou o nº 12.455. **Anote-se. Archive-se.**

492/96 - De autoria do Deputado Antonio Annibelli que, denomina de Professor Elias Abrahão, o prédio da Secretaria de Estado da Educação do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.456. **Anote-se. Archive-se.**

039/98 - De autoria do Deputado Anibal Khury que, altera a redação dos incisos I e IV, o art. 2º da Lei nº 6.938, de 21 de outubro de 1977, o qual convertido em lei tomou o nº 12.459. **Anote-se. Archive-se.**

228/98 - De autoria do Deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Professores de Ubatã, com sede e foro no Município de Ubatã, o qual convertido em lei tomou o nº 12.460. **Anote-se. Archive-se.**

513/98 - De autoria do Deputado Marquinho alves, que denomina Rodovia Mário Antonio de Lima, o trecho da Rodovia PR-466, entre Tamboara e Rondon, o qual convertido em lei tomou o nº 12.461. **Anote-se. Archive-se.**

730/97 - De autoria do Deputado Albanor Gomes, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Patrulha Rural Mecanizada, com a finalidade de beneficiar os mini e pequenos produtores rurais que não possuem maquinário agrícola, o qual convertido em lei tomou o nº 12.462. **Anote-se. Archive-se.**

441/98 - De autoria do Deputado Neivo Beraldin que, cria a CIRETRANS no Município de São José dos Pinhais, com abrangência nos municípios de Agudos do Sul e Tijucas do Sul, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.463. **Anote-se. Archive-se.**

528/98 - De autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza o Poder Executivo a implantar o Programa de Revitalização do Esporte Paranaense e da Arrecadação Tributária no Estado do Paraná, mediante convênio entre o Estado e Federações Esportivas, o qual convertido em lei tomou o nº 12.464. **Anote-se. Archive-se.**

503/98 - de autoria do Deputado Anibal Khury que, dispõe sobre a prorrogação do Termo de Compromisso Mútuo firmado entre a Secretaria de Estado da Educação e a Associação de Pais e Mestres do Centro de Educação Pré-Escolar Padre José de Anchieta, para que não haja interrupção das atividades daquela unidade escolar, o qual convertido em lei tomou o nº 12.465. **Anote-se. Archive-se.**

Sob o nº CTL/SEG/140/99, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 495/97, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, por julgá-lo contrário ao interesse público em face de sua total e absoluta inexequibilidade porque equivocadamente, ao pretender incluir um novo município (Piên) na área da Região Metropolitana de Curitiba, exclui outros cinco que já a integram. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Os Deputados abaixo-assinados, integrantes da Bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) nesta Casa, vêm através do presente comunicar à Mesa Diretiva, que a partir desta data a liderança da Bancada do PT neste Legislativo será exercida pelo Deputado Péricles de Holleben Mello.

As 1ª e a 2ª Vice-Liderança serão exercidas respectivamente, pelos Deputados Hermas Fonseca e Irineu Colombo.

Termos em que, para todos os efeitos, pedem acolhida.

Curitiba, 03 de fevereiro de 1999.

(aa) PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO
IRINEU COLOMBO
ÂNGELO VANHONI
HERMES FONSECA

Ofícios:

Ofício PSC/001/99

Curitiba, 03 de fevereiro de 1999.

Senhor Presidente.

Através do presente estamos comunicando a Vossa Excelência o ingresso do Deputado Miltinho Puppio no Partido Social Cristão e a sua desfiliação do Partido Trabalhista Brasileiro.

Informamos também, que o Deputado Chico Noroeste responderá pela liderança da Bancada, ficando o Deputado Miltinho Puppio como Vice-Líder do Partido Social Cristão nesta Casa de Leis.

Na oportunidade, apresentamos a Vossa Excelência os nossos protestos de consideração e apreço.

(aa) CHICO NOROESTE
MILTINHO PUPPIO

Ofício nº 001/99/PSB

Curitiba, 08 de fevereiro de 1999.

Senhor Presidente.

Tomamos a liberdade de comunicar a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta Casa, decidimos indicar o Deputado Ricardo Maia, para ocupar a Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro - PSB, na Assembléia Legislativa no corrente ano.

Sem outro particular, apresentamos a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente

(aa) ANTONIO CARLOS BELINATI
RICARDO MAIA

Ofício s/n

Curitiba, 02.02.99.

Senhor Presidente.

Os Deputados do Partido Progressista Brasileiro - PPB, vêm pelo presente, comunicar a Vossa Excelência que reunidos nesta data, escolheram para Líder da Bancada o Deputado Tony Garcia e para vice-Líder o Deputado Duílio Genari.

Certos de que juntos estaremos contribuindo para a consolidação do progresso do nosso Estado e para o fortalecimento do Poder Legislativo do Paraná, aproveitamos para reiterar protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente.

Sala das Sessões, em 23.02.99.

(aa) TONY GARCIA

DUÍLIO GENARI

AUGUSTINHO ZUCCHI

CESAR SELEME

DIVANIR BRAZ PALMA

FERNANDO RIBAS CARLI

TIAGO DE AMORIM NOVAES

Ofício nº 32

Curitiba, 04.02.99.

Senhor Presidente.

Através do presente, solicito a Vossa Excelência licença do meu cargo de Deputado Estadual, pelo período de cento e vinte e cinco (125) dias, a contar da data de hoje, para realizar tratamento de saúde, atendendo recomendação médica.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 23.02.99.

(a) GERALDO CARTÁRIO

Ofício nº 001/99-lid. do PSDB

Curitiba, 10.02.99.

Senhor Presidente.

Os Deputados Estaduais abaixo assinados, componentes da Bancada do PSDB, vêm comunicar a esta Presidência que, em reunião, indicaram o

Deputado José Maria Ferreira como Líder do Partido na Assembléia Legislativa.

Atenciosamente.

Sala das Sessões, em 23.02.99.

(aa) ANTÔNIO CARLOS BARATTER

LUIS FERNANDO LITRO DA SILVA

JOSÉ MARIA FERREIRA

EDSON PRACZYK

SERAFINA CARRILHO

RENATO GAUCHO

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 021

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o desentranhamento do Projeto de Lei nº 538/98, de sua autoria, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE" de Mariópolis.

Faz o presente requerimento, pois o referido projeto deixou de ser autuado, em cumprimento ao Artigo 250 do Regimento Interno desta Casa.

Sala das Sessões, em 23.02.99.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 019

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a realização de uma Sessão Solene Especial para a comemoração dos 80 Anos da Gazeta do Povo.

Sala das Sessões, em 23.02.99.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 017

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar à família do Senhor Eres José Gerônimo, residente no Município de Cianorte, falecido no último dia 15 de fevereiro de 1999.

Enviar cópia à família enlutada, na Avenida Pardo, 322, Cianorte - PR - CEP: 87200-000.

Sala das Sessões, em 23.02.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 018

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à família Santos da Silva, com votos de profundo pesar pelo

falecimento do Senhor Brasil Santos da Silva, do Município de São João.

Sala das Sessões, em 23.02.99.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Além de ser pioneiro na terra, trata-se de uma pessoa querida por todos. Homem disposto, nunca se omitiu quando foi convocado a contribuir com a comunidade. Incapaz de ofender alguém, cativou ao longo de sua vida simpatia, amizades e respeito.

Companheiro leal, bom pai de família, homem honrado e de posições firmes, Brasil Santos da Silva foi Presidente do Diretório Municipal do PMDB de São João. Deixou uma marca positiva na sua passagem por esta terra.

É evidente que não é só a família que se enlutou pelo precoce passamento, mas toda a comunidade do município. Aliás, os filhos e parentes, terão um legado para preservar, que foram os ensinamentos deixados pelo falecido.

É necessariamente justo que esta Assembléia Legislativa preste uma derradeira homenagem à uma pessoa que em vida soube fazer por merecer.

REQUERIMENTO Nº 025

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do médico José Maria Munhoz da Rocha, ocorrido dia 05 do corrente nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 23.02.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos cinco dias do mês de janeiro corrente, faleceu nesta Capital, o conceituado médico Doutor José Maria Munhoz da Rocha, que deixou viúva Dona Ligia Maria.

O extinto pertencia a tradicional família paranaense.

O passamento do Doutor José Maria veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de Seu servo José Maria Munhoz da Rocha.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre o Doutor José Maria e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família do Doutor José Maria, para que continue num ambiente de paz e harmonia, construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa, sempre no caminho do amor e da justiça.

É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu servo José Maria sob a sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes de nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções, para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Munhoz da Rocha, endereçando a ele voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 029

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Professora Elvira Meirelles, ocorrido dia 05.01.99 nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 23.02.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 74 anos faleceu, nesta Capital, a Sra. Professora Elvira Meirelles.

A extinta deixou sua mãe, a Sra. Balbina Meirelles e a irmã Jandira Prolik.

Elvira Meirelles foi Professora em vários Estabelecimentos de Ensino de nossa Capital, inclusive no Colégio Estadual do Paraná.

Representou os Professores do Brasil num congresso Mundial de Professores no Exterior.

Foi também, Professora deste Parlamentar.

O passamento da Professora Elvira veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor que olhará

para a condição humana de sua Serva Elvira Meirelles.

Será grande o céu e a paz sobre Elvira Meirelles e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquela que soube conquistar a nossa amizade.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprendeu Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família da Professora Elvira para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor, e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará sua Serva sob sua constante proteção alargando os horizontes do nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado cumpre o dever de associar-se à dor que abalou os familiares da Professora Elvira Meirelles, endereçando a eles voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 032

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Everaldo Pacheco Lustosa ocorrido em 24.01.99, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 23.02.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 62 anos de idade faleceu, nesta Capital, em 24.01.99, o Dr. Everaldo Pacheco Lustosa.

Membro de tradicional família da Cidade de Clevelândia, onde residia, Dr. Everaldo Pacheco Lustosa era Advogado e Pecuarista.

O passamento do Dr. Everaldo veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos dentre eles este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua Alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu Servo Everaldo.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Everaldo Pacheco Lustosa e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou seus familiares endereçando a eles voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 033

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Médico Otorrinolaringologista, Fernando Cordeiro Simas, ocorrido dia 02.02.99, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 23.02.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com 81 anos de idade faleceu dia 02.02.99, o Dr. Fernando Cordeiro Simas, Médico Otorrinolaringologista, que deixou viúva Dona Analtiva Franco Simas, 03 filhos e 07 netos.

O passamento do Dr. Fernando Cordeiro Simas, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos entre eles, este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu Servo Fernando Cordeiro Simas.

Era formado pela Universidade Federal do Paraná. Prestou serviços junto à Santa Casa de Misericórdia, Hospital de Clínicas e São Lucas; Foi Professor Titular de Otorrinolaringologia do Curso de Medicina da Universidade Federal do Paraná sendo um dos pioneiros na área no Paraná.

Após sua aposentadoria, aos 66 anos de idade, começou a se dedicar à literatura sendo membro da Sociedade de Médicos Escritores.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O céu será grande e a paz sobre o Dr. Fernando Cordeiro Simas, e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná por intermédio deste parlamentar cumpre o

dever de associar-se à dor que abalou a família Cordeiro Simas, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 043-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de voto de pesar à família do Senhor Jorge Mendes, falecido dia 14.02.99 no Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 23.02.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 015

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, votos de louvor para a Central de Transplantes do Paraná (CTP), pelos relevantes serviços que são prestados regularmente em prol da sociedade e da saúde pública paranaense.

Sala das Sessões em 23.02.99.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

O Poder Público tem diferentes e importantes papéis de prestação de serviços dentro da sociedade, entre os quais, podemos destacar o de proporcionar mais qualidade de vida à população, através de ações nos setores de saúde pública, educação e de infra-estrutura.

No Paraná, o Governo do Estado tem procurado ao longo dos anos criar estruturas na Área da Saúde Pública, que proporcionem mais qualidade de vida aos cidadãos. Tem particularmente, criado condições adequadas para a viabilização do transporte de órgãos-humanos para transplantes.

Nestas situações, contando sempre com as aeronaves da Seção de Transporte Aéreo do Estado, subordinada a Casa Militar da Governadoria, que agilizam o transporte e viabilizam o acesso rápido do socorro.

A exemplo dos países do (dito) primeiro mundo e de alguns Estados brasileiros, a Central de Transplantes do Paraná (CTP), atua/trabalha com obstinação, a fim de que os transplantes de órgãos sejam possíveis e a esperança de uma vida melhor para muitos cidadãos paranaenses torne-se uma realidade.

Esta Central tem aliviando o sofrimento das pessoas e proporcionando para as mesmas, uma nova expectativa de vida.

Por estas ações é que justificamos os votos de louvor à Central de Transplantes de Órgãos do Paraná (CTP).

REQUERIMENTO Nº 016

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de louvor para a Seção de Transporte Aéreo do Governo do Paraná - Casa Militar, pelos relevantes serviços que são prestados regularmente em prol da sociedade e da saúde pública paranaense.

Sala das Sessões, em 23.02.99.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

O Poder Público tem diferentes e importantes papéis de prestação de serviços dentro da sociedade, entre os quais, podemos destacar o de proporcionar mais qualidade de vida à população, através de ações nos setores de saúde-pública, educação e de infra-estrutura.

No Paraná, o Governo do Estado tem procurado ao longo dos anos criar estruturas de apoio para situações de emergência/calamidade pública, onde a Defesa Civil atua. Tem também, proporcionado condições adequadas para o transporte de órgãos-humanos para transplantes. Em ambas as situações, contando sempre com as aeronaves da Seção de Transporte Aéreo do Estado, subordinada a Casa Militar da Governadoria; que agilizam o transporte e viabilizam o acesso rápido do socorro.

A exemplo dos países do (dito) primeiro mundo e de alguns Estados brasileiros, as aeronaves e os tripulantes da Seção de Transporte Aéreo, atuam/trabalham em harmonia com a Central de Transplantes do Paraná, viabilizando o transplante de órgãos: dando uma nova esperança de vida para muitos cidadãos paranaenses.

Esta Seção tem atendido as mais diferentes e importantes missões: trabalhando no Transporte Executivo das nossas Autoridades; apoiando a Defesa Civil: levando medicamentos, vacinas, médicos e enfermeiros - nas situações de emergência/calamidade pública; e em parceria com a Central de Transplantes do Paraná (CTP): possibilitando o transplante de órgãos: aliviando o sofrimento das pessoas e proporcionando uma nova expectativa de vida.

Por estas ações/missões é que justificamos os votos de louvor à Seção de Transporte Aéreo do Estado - Casa Militar.

REQUERIMENTO Nº 023

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao empresário Aramis Chain, pela inicia-

tiva da construção e instalação de uma das maiores livrarias do país, que será instalada nesta Capital na Rua XV de Novembro esquina com a rua General Carneiro.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao empresário Aramis Chain.

Sala das Sessões, em 23.02.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Finalmente o empresário, Senhor Aramis Chain, proprietário da tradicional Livraria Chain, tornará um sonho em realidade com a construção de uma das maiores livrarias do país, com cerca de dois mil metros quadrados de área, distribuídos em quatro andares, com loja mezanino, lanchonete, mini-auditório e estacionamento. Isso tudo para abrigar 120 mil títulos de livros nacionais e estrangeiros, além de um setor completo de informática onde será, com certeza, o Centro Cultural e Político da Livraria Chain.

Construir e instalar uma livraria é como se estivéssemos inaugurando um templo. Sim, uma Livraria é um templo dedicado ao saber e a ciência.

Razão tinham os antigos ao darem às Livrarias um caráter mais ou menos religioso.

São assim, as Livrarias, propulsoras do progresso e da civilização. E os povos mais adiantados, aí estão para o provar.

Numa livraria entra o leitor em contacto com o que o espírito criou de mais sublime, na literatura, na poesia, na história e na ciência.

O homem moderno não dispensa os conhecimentos que só a livraria ensina. E, não só os conhecimentos como a educação e a cultura que ele proporciona.

Está de parabéns esta terra. De parabéns estão todos os paranaenses.

Em breve, pelo fluxo dos negócios que a nova livraria do Chain, fatalmente atrairá, todos nós sentiremos como que um novo sangue a circular em nossas artérias.

Que a nova livraria prospere, produzindo os almeçados frutos, são os nossos votos.

REQUERIMENTO Nº 024

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Jornal Gazeta do Povo pela passagem do 80º aniversário de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Dr. Francisco Cunha Filho, Diretor-Presidente da Gazeta do Povo, para que receba e transmita a todos os seus auxiliares e colab-

oradores, em nome deste deputado e todo o Poder Legislativo do Estado do Paraná, as homenagens ora prestadas.

Sala das Sessões, em 23.02.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Não há palavras que traduzam a alegria e a satisfação, neste momento feliz, em que se comemora a passagem dos 80 anos de fundação do Jornal Gazeta do Povo.

Fundado em 03 de fevereiro de 1919, a Gazeta do Povo completará no próximo dia 03, seus 80 anos de circulação ininterrupta, tornando-se um dos mais prestigiosos jornais do Brasil, sempre com a fisionomia do Paraná, ultrapassando os limites do nosso Estado para projetar-se nacionalmente sempre atento às causas paranaenses, com o dinamismo de seu Diretor-Presidente Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, somado ao talento de toda a equipe que se dedica integralmente em proporcionar ao público o que há de melhor assumindo uma liderança incontestada nos nossos meios de comunicação.

O jornal é sem dúvida nos termos modernos, a maior força que a mão do homem já empunhou. Não é sem razão que a imprensa é considerada o quarto poder. O jornal é pois, sentinela vigilante, o farol a espantar as trevas, e é a alavanca a impulsionar o progresso.

Em 1962, o Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, assumiu o controle da empresa, tendo a responsabilidade na consolidação dos ideais de um povo, oferecendo não somente o seu inestimável apoio a todas as iniciativas que busquem o bem comum e o engrandecimento do povo paranaense como também tem sabido com a maior eficiência levantar problemas e colocá-los a discussão pública das lideranças políticas e empresariais, às entidades representativas, com a consecução do ideal coletivo.

A Gazeta do Povo é um jornal de hoje, mas também sua história se funde à própria história do Paraná nos últimos 80 anos tornando-se o signo de tradições paranaenses e o Relicário do nosso Paraná.

REQUERIMENTO Nº 027

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Boa Vista da Aparecida pela passagem, no próximo dia 22 de fevereiro/99, de mais um aniversário de sua emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Wolnei Antonio Savaris, Prefeito Municipal, ao vice-

Prefeito, Senhor Noé João de Lima, bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a população de Boa Vista da Aparecida.

Sala das Sessões, em 23.02.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Quando o Município de Boa Vista da Aparecida completa os seus 46 anos de emancipação política, vemos com muita alegria que o esforço, a dedicação e o trabalho diuturno desenvolvido por seus administradores de todos os tempo não foi em vão, mas contribuiu para despertar a crença num futuro voltado ao progresso cada vez maior daquela região.

Parabenizamos, nesta ocasião, toda a população de Boa Vista da Aparecida que continua dando sua importante parcela de contribuição em favor do seu Município e do bem estar de todos.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, congratula-se com o povo de Boa Vista da Aparecida, principalmente com aqueles que acreditam que é com muito trabalho e coragem que se obtém segurança e se escreve o futuro.

REQUERIMENTO Nº 028

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de São João do Triunfo pelo transcurso, no próximo dia 15, de seus 109 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Luciano Micharki, Prefeito Municipal, ao vice-Prefeito, Senhor Rogério Gadens Dudziak, assim como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de São João do Triunfo.

Sala das Sessões, em 23.02.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Jubilosamente toda a população de São João do Triunfo estará comemorando mais um aniversário de emancipação política do Município no próximo dia 15 de fevereiro/99.

Com esta proposição queremos prestar nossa homenagem de gratidão e reconhecimento a todos aqueles que de uma forma ou de outra continuam dando sua importante contribuição para o desenvolvimento cada vez maior do Município.

Pois, é através do trabalho integrado, da união de forças, que se constrói um Paraná mais digno e mais justo para todos os paranaenses.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, parabeneza toda a população trabalhadora e honesta de São João do Triunfo, no transcurso dos seus 109 anos de emancipação política.

REQUERIMENTO Nº 030

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos aos Juízes Drs. Celso Rotoli de Macedo e Onésimo Mendonça de Anunciação, pela investidura nos cargos de Alçada do Paraná.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência aos Juizes Drs. Celso Rotoli de Macedo e Onésimo Mendonça de Anunciação.

Sala das Sessões, em 23.02.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É para nós paranaenses um dia de gala, este dia em que festejamos a posse dos Juízes Drs. Celso Rotoli de Macedo e Onésimo Mendonça de Anunciação, pela investidura nos cargos, respectivamente, de Presidente e vice-Presidente do tribunal de Alçada do Estado do Paraná.

Saudar os eminentes Juízes é qualquer coisa de tão sublime que só aos anjos deveria ser dada a incumbência dessa tarefa.

A justiça, para ser eficiente, precisa de sacerdotes. E esses são os Juízes.

Esse sacerdócio acarreta, entretanto, uma soma de sacrifícios e de abnegação que só os heróis podem abraçá-lo. O Juiz terá que pôr constantemente o cérebro à cima do coração.

Eis porque é o Juiz encarado com todo o respeito e acatamento.

E ai do povo que assim não considerar aqueles aos quais está afeta a distribuição da justiça.

É pois, uma demonstração desse nosso sentir que almejamos em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, aos eminentes Juízes Drs. Celso Rotoli de Macedo e Onésimo Mendonça de Anunciação toda a sorte de felicidades na direção do Tribunal de Alçada do nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 031

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos aos Desembargadores: Dr. Altair Ferdi-

nando Patitucci, no cargo de Presidente, e Tadeu Mariano Loyola Costa, na função de Corregedor regional, pela posse no Tribunal Eleitoral do Estado do Paraná.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência aos Desembargadores Altair Ferdinando Patitucci e Tadeu Mariano Loyola Costa.

Sala das Sessões, em 23.02.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Criado em 07 de junho de 1945, o Tribunal Regional Eleitoral - T.R.E. do Paraná, teve como seu primeiro Presidente, o eminente e saudoso Desembargador Clotário de Macedo Portugal.

O Judiciário do Paraná tem se constituído em modelar instituição para outras unidades da Federação, o que é motivo de satisfação para todos nós.

Nesse contexto destaca-se o Tribunal Regional Eleitoral ao qual temos o dever de enaltecer o trabalho desenvolvido ao longo dos anos, numa atuação que tem o T.R.E. no melhor conceito perante a sociedade brasileira, realçando o valor e a capacidade de seus integrantes e orgulhando a todos os nossos concidadãos.

É portanto, motivo de contentamento para esta Casa de Leis, a investidura dos Desembargadores Altair Ferdinando Patitucci, no cargo de Presidente e Tadeu Mariano Loyola Costa, na função de Corregedor Regional Eleitoral, aos quais desejamos profícua gestão.

REQUERIMENTO Nº 035

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações por esta Casa de Leis, ao Município de Campo Largo pela passagem e comemoração de seus 128 anos de emancipação política.

Sala das Sessões, em 23.02.99.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Campo Largo, conhecido pela sua tradição no setor cerâmico e moveleiro, comemora hoje 128 anos de Emancipação Política. No início da colonização do nosso Estado, Campo Largo foi local de pouso de tropeiros gaúchos que iam para São Paulo e também para a criação de gado.

Campo Largo da Piedade foi elevado à categoria de Distrito Judiciário, através da Lei nº 23 e 12 de março de 1941, pertencendo à Comarca de Curitiba. Em 02 de abril de 1870, pela Lei Provincial nº 219, foi criado o Município, com território desmembrado do Município de Curitiba. A instalação oficial ocorreu no dia 23 de fevereiro de 1871.

Possui atualmente cerca de 84 mil habitantes e está localizado a 32 km da Capital Paranaense. Possui reconhecidamente um dos melhores climas do estado, abrigando em seu território estações de água mineral.

Campo Largo destaca-se no cenário nacional por possuir as mais conhecidas fábricas de cerâmicas. São cerca de 40 fábricas, algumas já destacadas internacionalmente, cujos produtos são exportados e conhecidos como os melhores da América do Sul. Elas produzem azulejos, sanitários e utensílios domésticos, além de objetos decorativos.

Uma outra atividade que eleva o nome do Município é a indústria moveleira (em madeira) e também a agricultura. Atualmente Campo Largo tem sido evidenciada no cenário nacional como um dos pólos automotivos do Estado, pois está se instalando ali a Montadora Chrysler além de outras empresas metalúrgicas.

Ao município de Campo Largo e a todos os seus habitantes, os aplausos e as homenagens do Poder Legislativo do Paraná como afirmação de apreço e reconhecimento pelo seu progresso.

REQUERIMENTO Nº 036

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de votos de congratulações por esta Casa de Leis, ao Tribunal Regional Federal - 4ª Região, pela passagem e comemoração de seus 10 anos.

Sala das Sessões, em 23.02.99.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região foi criado pela Constituição Federal de 1988, tendo sido instalado no dia 30 de março de 1989 e sua jurisdição abrange os Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, com sede em Porto Alegre.

Compõe-se de 23 juízes vitalícios, escolhidos entre os Juízes Federais de 1ª Instância, membros do Ministério Público e representante da Ordem dos Advogados do Brasil, nomeados pelo Presidente da República, nos termos da Constituição.

O TRF 4ª Região reúne-se em Plenário, Seções, Turmas e Turma de Férias.

Para a composição original da Corte foram nomeados, no dia 22 de março, por decreto assinado pelo Presidente José Sarney, publicado no Diário Oficial de 27 de março de 1989, 14 magistrados, escolhidos entre Juízes Federais, membros do Ministério Público, dos quais hoje, 10 são aposentados e um é ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Em 09 de dezembro de 1994, houve a ampliação da composição inicial da Corte, sendo empossados 9 novos magistrados. Na mesma ocasião,

também foi criado o cargo de corregedor-geral da 4ª Região, até aquela oportunidade acumulado com as funções desempenhadas pelo vice-presidente.

No ano passado foram empossados 33 novos juízes federais substitutos oriundos do IV Concurso Público, promovido pelo Tribunal. Ampliou-se o número de Varas Federais nas Capitais e no interior dos três Estados, ao ponto de a 4ª Região ser considerada a mais interiorizada do País. Há, em funcionamento, 44 Varas instaladas nas Capitais e 27 no interior, totalizando 71 Varas Federais no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, contando, atualmente com 136 Juízes Federais lotados nas 3 Seções Judiciárias da Região.

Nesta quarta-feira (24 de fevereiro) o TRF estará comemorando 10 anos de existência com a Segunda Sessão Ordinária do Plenário, onde reunir-se-ão, no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, os juízes para julgar processos jurídicos e administrativos.

REQUERIMENTO Nº 037

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações por esta Casa de Leis, ao Jornal "Gazeta do Povo", pela passagem e comemoração de seus 80 anos que deu-se na data de 03.02.99.

Sala das Sessões, em 23.02.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Gazeta do Povo completou este mês 80 anos. Este é um número respeitável em se tratando de idade. Um cidadão de 80 anos, o que já não viu? O que já não vivenciou? O que não aprendeu e ensinou?

Nesta data, como não comemorar com este veículo de comunicação que junto conosco vem caminhando? Numa época de tantas mudanças, quando a Humanidade em sua totalidade caminha a passos tão rápidos que o Homem, na sua individualidade, mal consegue acompanhar, a Gazeta do Povo tornou-se o veículo que nos levou junto com o mundo, para a frente. Com sua circulação diária, trouxe para dentro de nossos lares e de nós mesmos a cidade, o país, o mundo. A vida vai acontecendo, e este Jornal vai, dia-a-dia, tratando-a com fidelidade e dedicação, reproduzindo cada fato, cada ato.

Ao longo de todos estes anos, a Gazeta do Povo comemorou cada eleição, cada vestibular, cada Copa do Mundo, e tantas outras vitórias e datas importantes que o mundo viu passar. Agora, comemoramos nós leitores - cidadãos paranaenses, orgulhosos de ter em nosso Estado esta compan-

heira de todos os dias, de todas as alegrias e tristezas, de todas as notícias.

Parabéns ao Jornal Gazeta do Povo. Parabéns ao seus leitores, amigos e a todos nós que temos, há 80 privilegiados anos, a companhia não deste jornal senhor, mas deste Senhor Jornal!

REQUERIMENTO Nº 041

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, COMUNICA esta augusta Casa de Leis que o Deputado Ademar Triliano, passa a responder pela Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, para o biênio.

Sala das Sessões, em 23.02.99.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 022

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado Ofício ao Presidente da Câmara dos Deputados - Deputado Michel Temer, protestando contra a possibilidade de criação do Imposto Verde sobre os combustíveis, pelo Governo Federal, para ser utilizado pelo Ministério dos Transportes na manutenção das rodovias federais.

Sala das Sessões, em 23.02.99.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

Durante os últimos quatro anos, a sociedade e a classe política discutiu a necessidade de serem feitas as Reformas Fiscal e Tributária; que não foram apresentadas com o devido empenho pelo Governo ao Congresso Nacional.

No mesmo período, impostos (provisórios ou não) foram criados ou aumentados: IOF, CPMF, etc., tornando a carga tributária brasileira insustentável: hoje as contribuições representam mais de 30% do PIB.

Todos estão conscientes que o Brasil precisa passar por uma profunda reforma fiscal e tributária, que modernize o seu sistema e, principalmente, que faça com que o Governo devolva em serviços as contribuições arrecadadas e, viabilize o desenvolvimento econômico e social da nação: desonerando a sociedade e o setor produtivo, de forma gradativa. Redistribuindo a carga tributária com mais justiça.

O Governo Federal, acaba de assumir um novo mandato, de mais quatro anos, graças a expectativa e a confiança que a maioria do povo brasileiro depositou nas suas propostas, entre as quais: a promessa de desenvolvimento integrado e descentralizado do País e o fim da inflação.

Desta forma, nada mais oportuno, que a transformação do sistema fiscal e tributário (oneroso) brasileiro, através da sua modernização, a fim de

possibilitar o crescimento das atividades privadas e a respectiva geração de novos postos de trabalho.

Devemos lembrar ainda, que o Governo Federal deixou de atuar em muitos setores, terceirizando serviços, privatizando empresas e órgãos, com o objetivo de fortalecer a sua presença em áreas fundamentais, como: a saúde, a educação e a segurança. A maioria das rodovias federais são um exemplo disso. Grande parte da malha foi privatizada e hoje além do IPVA, há o pedágio, entre outros impostos ou contribuições (embutidos inclusive na gasolina) para o mesmo fim: a conservação da malha viária.

Como cidadão e representante popular, acredito que a sociedade não suporta mais a criação de novos tributos, particularmente, a criação do Imposto Verde sobre os combustíveis.

Já tivemos a década de 80 perdida. Sem as reformas, a de 90 terá o mesmo (triste) fim. Este novo tributo, irá onerar ainda mais o sistema produtivo nacional e a vida dos cidadãos. O seu efeito em cascata é danoso, além de preconceituoso, pois tornará a gasolina automotiva um produto ainda mais seletivo e, este insumo é de fundamental importância para diversos segmentos da sociedade, que tem no automóvel a sua ferramenta de trabalho. Na Austrália a gasolina custa em torno de R\$0,60 (sessenta centavos de reais) o litro, e nos EUA, bem menos. Só para citar alguns exemplos (de Países ricos); enquanto aqui - sem acrescentar o novo imposto, pagamos perto de R\$1,00/litro.

O Brasil precisa de uma ampla e profunda Reforma Tributária e Fiscal e não de novos tributos (temporários ou não), como o Imposto Verde.

REQUERIMENTO Nº 038

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que firma o presente documento, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a anuência do Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa de Leis, da relevante entrevista dada pelo Senhor Deputado Federal e Ministro de Estado do Esporte, Turismo e Juventude, Doutor Rafael Valdomiro Greca de Macedo, à Revista Veja, edição 1.585, em suas páginas amarelas, espaço nobre da imprensa brasileira.

Sala das Sessões, em 23.02.99.

(a) ÉLIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A Revista Veja, de 17 de fevereiro de 1999, dedica suas páginas amarelas ao novo Ministro do Esporte, Turismo e Juventude, o Deputado Federal Rafael Valdomiro Greca de Macedo. A entrevista feita por Daniela Pinheiro e intitulada "O Ministro Folião", tece elogios ao Ministro e destaca que este é o nosso único representante na equipe de Fernando Henrique Cardoso. Na ocasião, Rafael Greca deixou

claro seus planos para uma pasta que atua em três complexas frentes.

Além de se um paranaense de renome nacional, o Ministro Greca é um dos novos expoentes do PFL. Suas idéias para o turismo apontam na direção de uma valorização do potencial de todas as regiões brasileiras, especialmente do Paraná. Que poderá receber um enorme impulso no turismo receptivo.

Na entrevista, Rafael Greca faz questão de destacar a importância das cooperativas para o desenvolvimento do Estado e para a preservação dos traços culturais de nossos colonizadores. O valor cultural de Curitiba, o patrimônio natural de Vila Velha e das Cataratas do Iguaçu. Tudo isso é de fundamental importância para o Paraná.

As recentes inovações anunciadas em Foz do Iguaçu, na Costa Oeste, nosso principal pólo turístico, também dão alento ao nosso turismo e nos auxiliarão muito na criação de novas oportunidades de emprego e renda nessa indústria tão pujante.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 003/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os recursos mencionados na Lei nº 12.418, de 15 de janeiro de 1999, serão destinados, a partir de 1º de março de 1999, diretamente ao Comitê dos Jogos Mundiais da Natureza, entidade ligada à Secretaria de Esporte e Turismo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.02.99.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei, com o objetivo de melhor adequar o repasse dos recursos conferidos pela Lei nº 12.418, de 15 de janeiro de 1999.

Entendemos que o Comitê dos Jogos Mundiais da Natureza poderá, com a aprovação desta proposição, dar prosseguimento as suas vitoriosas atividades, que divulgou o Estado do Paraná para o mundo e, também, proporcionou um grande desenvolvimento do desporto em nosso Estado.

PROJETO DE LEI Nº 004/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária da Vila dos Ofícios Laranjeiras, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.02.99.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária da Vila dos Ofícios Laranjeiras, entidade fundada em 23.01.1996, sem fins lucrativos, vem desenvolvendo um trabalho direcionado à contribuir para o desenvolvimento humano, cultural, social e econômico da Comunidade de Santa Cândida, bairro da nossa Capital.

Sendo assim, esperamos contar com a aprovação dos Nobres Pares, para a aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 005/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Núcleo Terapêutico Menno Simons, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.02.99.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O Núcleo Terapêutico Menno Simons foi fundado em 1987, com o objetivo de propiciar meios de prevenção, intervenção, reintegração social e formação para promover, manter e restaurar a saúde mental, emocional, social e espiritual a todos que dele necessitarem, sem qualquer discriminação de credo religioso ou político, cor ou raça.

Sabedores que o Núcleo tem realizado seus trabalhos dentro do objetivo de sua criação, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 06/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As telas das salas de projeções dos cinemas localizados no Estado do Paraná deverão, antes do início de cada sessão, projetar informações sobre os pontos turísticos paranaenses.

Parágrafo Único - As informações a serem projetadas serão fornecidas pela Secretaria de Estado do Esporte e Turismo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em, 23.02.99.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem como finalidade veicular informações e imagens dos pontos turísticos do Estado em salas de projeção visando atingir um público potencialmente dinamizador dessa atividade em todo nosso território.

A indústria do turismo, além de gerar empregos e divisas, fortalece o sentimento paranista na medida em que se incentiva as pessoas aqui residentes a conhecer as belezas de nosso território.

PROJETO DE LEI Nº 07/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As salas de projeções, os teatros, os estádios e os espaços culturais do Estado do Paraná que oferecerem assentos para platéia reservarão, no mínimo, três por cento dos lugares para pessoas obesas.

Art. 2º - Os lugares reservados na forma do art. 1º serão dotados de assentos especiais de forma a garantir conforto físico compatível com o disposto nesta lei.

Art. 3º - As empresas concessionárias de transportes públicos coletivos reservarão, no mínimo, um lugar por veículo para atendimento no disposto nesta lei.

Art. 4º - Os responsáveis por empreendimentos abrangidos por esta lei terão o prazo de cento e vinte dias para procederem à adequação dos locais e veículos, aos preceitos nela contidos.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.02.99.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

Não são poucas as pessoas que, por conta da obesidade, se vêem, privadas de frequentar certos lugares, em que devam permanecer sentadas, pelo

fato de não estarem disponíveis assentos amplos que permitam que se acomodem adequadamente. O mesmo acontece com veículos de transporte de passageiros, que não disponibilizam assentos mais amplos que possibilitem aos passageiros obesos acomodarem-se confortavelmente.

Diante disso, o presente projeto de lei tem como finalidade criar regras que imponha aos responsáveis pelos locais públicos discriminados a destinação de assentos mais amplos que possibilitem integralmente a liberdade de ir e vir daqueles que sofram de obesidade. Importante ressaltar que caberá ao Poder Executivo regulamentar as dimensões apropriadas para que o inteiro teor da proposição seja cumprido.

PROJETO DE LEI Nº 008/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Capítulo I

Do Programa de Fomento ao Desenvolvimento das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte

Art. 1º - Fica criado o Programa de Fomento ao Desenvolvimento das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte do Estado do Paraná que assegura a elas tratamento diferenciado e simplificado nos campos administrativo, tributário, creditício e de desenvolvimento empresarial, conforme estabelecido nesta lei.

Capítulo II

Da Definição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte

Art. 2º - Para os efeitos desta lei considera-se:

I - microempresa a pessoa jurídica ou a firma individual regularmente constituída e a esse título inscrita no Cadastro de Contribuintes do ICMS, que promova operações relativas à circulação de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual ou intermunicipal e de comunicação e com receita bruta anual acumulada igual ou inferior a R\$60.000 (sessenta mil reais);

II - empresa de pequeno porte a pessoa jurídica ou a firma individual regularmente constituída e a esse título inscrita no Cadastro de Contribuintes do ICMS, que promova operações relativas à circulação de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual ou intermunicipal e de comunicação e com receita bruta anual acumulada superior a R\$60.000,00 (sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$720.000,00 (setecentos e vinte mil reais)

§ 1º - O contribuinte submetido ao regime de que trata esta lei que, a qualquer momento do período de apuração, apresentar receita bruta anual acumulada superior a R\$720.000,00 (setecentos e vinte mil reais) e inferior a R\$800.000,00 (oitocentos mil reais) poderá, ainda, no mesmo exercício, manter-se enquadrado como empresa de pequeno porte, na última faixa de classificação prevista no Anexo I desta lei, observado o disposto no § 5º deste artigo.

§ 2º - A microempresa que, no decorrer do exercício, apresentar receita bruta anual acumulada superior a R\$60.000,00 (sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$800.000,00 (oitocentos mil reais), será automaticamente recalculada, para o exercício seguinte, como empresa de pequeno porte, de acordo com a respectiva faixa de classificação.

§ 3º - A empresa de pequeno porte que, no decorrer do exercício, apresentar receita bruta superior ou inferior aos limites previstos para a sua faixa de classificação e inferior a R\$800.000,00 (oitocentos mil reais) será automaticamente reclassificada, para o exercício seguinte, de acordo com a sua nova faixa de classificação.

§ 4º - O disposto nos parágrafos anteriores não se aplica à microempresa e à empresa de pequeno porte que, no decorrer do primeiro ano de atividade, ultrapassarem o limite inicialmente previsto para a sua faixa de classificação, hipótese em que serão automaticamente reclassificadas, no mesmo exercício, e passarão a recolher o imposto pelo percentual correspondente a sua real faixa de classificação, observado o disposto no § 5º deste artigo e no art. 17.

§ 5º - A mudança de faixa de classificação, nas hipóteses previstas nos §§ 1º e 4º, não dispensa o pagamento da diferença do imposto porventura devido e, em nenhuma hipótese, autoriza a restituição de importância já recolhida em razão da classificação anterior.

§ 6º - A existência de mais de um estabelecimento dentro do Estado não descaracteriza a microempresa e a empresa de pequeno porte, desde que a soma da receita bruta de todos os estabelecimentos da empresa não exceda os limites fixados nos incisos deste artigo e suas atividades, consideradas em conjunto, enquadrem-se nas normas desta lei.

Art. 3º - Para efeito de apuração da receita bruta anual será considerado o período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro.

§ 1º - A receita bruta anual da microempresa será apurada com base:

I - no custo dos produtos vendidos, acrescido das despesas do estabelecimento, inclusive da aquisição de energia elétrica e do recebimento de serviços de transporte e de comunicação, e da margem de lucro líquida a ser estabelecida pelo Poder

Executivo, relativo a cada setor de atividade econômica;

II - no custo das mercadorias vendidas, acrescido das despesas do estabelecimento, inclusive da aquisição de energia elétrica e do recebimento de serviços de transporte e de comunicação, e da margem de lucro líquida a ser estabelecida pelo Poder Executivo, relativo a cada setor de atividade econômica;

III - no custo dos serviços prestados, acrescido das despesas do estabelecimento, inclusive da aquisição de energia elétrica e do recebimento de serviços de transporte e de comunicação, e da margem de lucro líquida a ser estabelecida pelo Poder Executivo, relativo a cada setor de atividade econômica;

IV - no preço do serviço cobrado, na geração, emissão, transmissão, retransmissão, repetição, ampliação ou recepção de comunicação de qualquer natureza, por qualquer processo.

§ 2º - O valor constante nos documentos fiscais, ou o lançado na escrita fiscal ou contábil, se for o caso, prevalecerá sobre o valor apurado na forma do parágrafo anterior, se superior.

§ 3º - A apuração da receita bruta da empresa de pequeno porte será feita acumulando-se, mensalmente, o valor total de todas as operações ou prestações realizadas.

§ 4º - A receita bruta apurada na forma do parágrafo anterior compreenderá todas as receitas operacionais auferidas pela empresa.

Art. 4º - Verificado o início ou o encerramento da atividade decorrer do período a que se refere o "caput" do artigo anterior, o limite da receita bruta será apurado proporcionalmente aos meses de efetivo funcionamento.

Parágrafo Único - A apuração proporcional da receita bruta não se aplica a empresa que exerça atividade tipicamente transitória, devidamente comprovada nos documentos fiscais e nos de sua constituição.

Art. 5º - Não serão considerados, ... da receita bruta anual, os valores correspondentes:

I - às entradas de bens ou mercadorias destinadas ao ativo permanente, inclusive o serviço de transporte com eles relacionado, nas hipóteses previstas no § 1º do art. 3º;

II - às operações de devolução de mercadoria para a origem e às transferências de mercadoria para outro estabelecimento da mesma empresa, situado no Estado, nas hipóteses previstas nos §§ 2º e 3º do art. 3º.

Capítulo IV

Do Enquadramento e do Reenquadramento

Seção I

Do Enquadramento

Art. 6º - São requisitos para enquadramento no regime de que trata esta lei:

I - para empresa em atividade, declaração formal do titular ou do representante legal, junto à Secretaria de Estado da Fazenda, de que a receita bruta realizada no ano anterior, apurada na forma do art. 3º, foi igual ou inferior aos limites fixados no art. 2º, observado o disposto no art. 10;

II - para empresa que venha a iniciar atividade, declaração formal do titular ou do representante legal, junto à Secretaria de Estado da Fazenda, de que a receita do ano em curso, apurada na forma do art. 3º, não excederá os limites fixados no art. 2º, observada a proporcionalidade em relação aos meses de efetivo funcionamento e o disposto no art. 10.

Art. 7º - O enquadramento de microempresa e de empresa de pequeno porte será efetuado na forma definida em regulamento, observado o disposto no art. 13.

§ 1º - Para a microempresa em início de atividade, o Poder Executivo dispensará, no primeiro ano de funcionamento, tratamento diferenciado e simplificado para efeito de inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS.

§ 2º - O regime previsto nesta lei para a empresa em início de atividade aplica-se a partir do primeiro dia do mês subsequente ao do enquadramento.

Seção II

Do Reenquadramento

Art. 8º - A empresa que exceder o limite de R\$800.000,00 (oitocentos mil reais), para a receita bruta anual, poderá, mediante requerimento, reenquadrar-se a partir do segundo exercício seguinte, sem prejuízo do recolhimento normal do ICMS relativo às operações ou prestações realizadas a contar da data do desenquadramento até a do reenquadramento.

Art. 9º - O reenquadramento da microempresa ou da empresa de pequeno porte que tenha sido desenquadrada, na forma prevista nos §§ 4º ou 5º do art. 16, poderá ser autorizado por mais uma única vez, depois de decorrido o prazo de 5 (cinco) anos contados da data do desenquadramento, mediante comprovação do pagamento integral do crédito tributário porventura devido ou, se for o caso, da reparação do dano ambiental causado.

Capítulo V

Das Vedações

Art. 10 - Excluir-se do regime previsto nesta Lei a empresa:

I - que participe ou cujo titular 10% (dez por cento) do capital de outra empresa, salvo se a receita bruta anual global das empresas interligadas se situar dentro dos limites fixados no art. 2º;

II - que possua estabelecimento situado fora do Estado;

III - de transporte ou o transportador autônomo que, mediante contrato, preste serviço para outra empresa transportadora;

IV - que tenha débito inscrito em dívida ativa, em seu nome ou em nome do seu titular ou representante legal, ressalvado o disposto no § 2º deste artigo;

V - que seja responsável ou cujo titular ou representante legal, no exercício de sua atividade econômica, seja responsável pela prática de infração à legislação ambiental;

§ 1º - O disposto no inciso I não se aplica à participação da microempresa ou da empresa de pequeno porte em centrais de compras, em consórcios de exportação ou de venda no mercado interno.

§ 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, exclusivamente para as empresas que optarem pelo regime de que trata esta lei, parcelamento de crédito tributário formalizado até 30 de abril de 1998, em até 60 (sessenta) parcelas mensais, com juros de 1% (um por cento) ao mês e com parcela mínima de R\$50,00 (cinquenta reais).

§ 3º - A vedação a que se refere o inciso V prevalecerá pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da prática da infração e desde que a empresa ou, se for o caso, o titular ou representante legal tenha comprovado a reparação do dano ambiental causado, se houver.

§ 4º - A vedação a que se refere inciso II não se aplica a sucursal que seja vendida e, em razão disso, sofra mudança na sua razão social, mesmo que continue com marca sob a forma de franquia.

Capítulo VI

Do Tratamento Tributário e Fiscal

Seção I

Do Tratamento Tributário Aplicável à Microempresa

Art. 11 - A microempresa definida nos termos desta lei fica sujeita ao pagamento mensal do ICMS no valor correspondente a R\$25,00 (vinte e cinco) reais.

Seção II

Do Tratamento Tributário Aplicável à Empresa de Pequeno Porte

Art. 12 - A empresa de pequeno porte definida nos termos desta lei fica sujeita ao pagamento mensal do ICMS, que será apurado mediante a aplicação do percentual fixado no Anexo I desta lei, para a sua faixa de classificação, sobre a média mensal da receita bruta apurada no trimestre anterior, ressalvado o disposto no § 1º deste artigo.

§ 1º - Para efeito de recolhimento do imposto devido no trimestre em que ocorrer a opção pelo regime previsto nesta lei e, se for o caso, no trimestre seguinte, observado o disposto no § 4º deste artigo, deverá ser considerada a receita estimada pelo contribuinte para:

I - o primeiro trimestre e a projeção para o trimestre seguinte, quando a opção for efetuada no primeiro ou no segundo mês do trimestre;

II - o trimestre seguinte, quando a opção for efetuada no terceiro mês do trimestre.

§ 2º - Na hipótese do parágrafo anterior, será promovido o acerto em função da diferença apurada entre a receita estimada e a efetivamente auferida, na forma definida em regulamento.

§ 3º - Na apuração da receita bruta trimestral, exclusivamente para os efeitos de cálculo do imposto e do abatimento do depósito mencionado no art. 22, não serão considerados os valores referentes a:

I - saída de mercadoria adquirida com imposto retido por substituição tributária;

II - operação e prestação amparada pela incidência do ICMS;

III - saída de mercadoria que tenha sido objeto de ação fiscal em razão do disposto no inciso VIII do art. 14;

IV - saída de mercadoria realizada com suspensão do ICMS;

V - prestação de serviço de transporte em outra unidade da Federação.

§ 4ª - Para efeito da apuração na forma prevista no “caput” ou no § 1º deste artigo serão considerados os trimestres de janeiro a março, abril a junho, julho a setembro e outubro a dezembro.

Seção III

Das Disposições Gerais Relacionadas com o Tratamento Tributário e Fiscal

Art. 13 - O regime previsto nesta Lei será adotado, opcionalmente, pelo contribuinte, em substituição ao sistema atual de apuração do ICMS, sendo vedados, nesse caso, a apropriação de crédito ou o destaque do imposto nos documentos fiscais que emitir.

§ 1º Exercida a opção prevista no “caput” deste artigo, o regime deverá ser aplicado a todos os estabelecimentos do mesmo contribuinte.

§ 2º - Exercida a opção de que trata este artigo, o contribuinte deverá permanecer no sistema adotado pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, vedada a alteração antes do término do exercício, ressalvadas as hipóteses de desenquadramento previstas no art. 16.

Art. 14 - A modalidade de pagamento prevista nesta Lei não se aplica a:

I - prestação ou operação com mercadoria sujeita ao regime de substituição tributária;

II - recolhimento do imposto devido por terceiro, a que o contribuinte se ache obrigado, em virtude de substituição tributária;

III - mercadoria existente em estoque por ocasião da baixa de inscrição;

IV - entrada, no estabelecimento, de bens ou de mercadoria para uso, consumo ou ativo permanente, ou utilização de serviço iniciado em outra unidade da federação e não vinculado a operação ou prestação subsequente tributada pelo imposto;

V - entrada de mercadoria importada do exterior, ainda quando se tratar de bem destinado a uso, consumo ou ativo permanente do estabelecimento, e serviço iniciado ou prestado no exterior;

VI - entrada, em território paranaense, decorrente de operação interestadual de petróleo, lubrificante e combustíveis líquidos ou gasosos dele derivados, bem como de energia elétrica, quando não destinados a comercialização ou industrialização;

VII - aquisição ou manutenção em estoque de mercadorias descoberta de documento fiscal ou acobertada com documento falso ou inidôneo;

VIII - operação ou prestação de serviço descobertas de documento fiscal ou com documento falso ou inidôneo.

Art. 15 - A microempresa e a empresa de pequeno porte são obrigadas, na forma e nos prazos fixados em regulamento, sem prejuízo das demais exigências legais a:

I - fazer cadastramento fiscal;

II - conservar, para exibição ao Fisco, todos os documentos relativos aos atos negociais que praticarem, inclusive os relacionados com as despesas, observados os prazos decadenciais;

III - prestar as declarações exigidas pelo Fisco, inclusive com vistas à preservação da quota-parte do ICMS devida aos municípios;

IV - emitir regularmente documento fiscal para acobertar operação ou prestação que realizarem, vedado, em qualquer hipótese, o destaque do ICMS;

V - pagar o imposto devido na forma e nos prazos estipulados na legislação tributária.

Parágrafo Único - A microempresa autoridade fazendária e a empresa de pequeno porte poderão ser dispensadas da escrituração normal de livros fiscais da Comissão dos ?..... fiscais conforme dispuser o regulamento

Capítulo VII

Do Desenquadramento

Art. 16 - Perderá a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte aquela que:

I - deixar de preencher os requisitos para seu enquadramento, em razão de superveniência de situação prevista no art. 10;

II - apresentar receita bruta superior ao limite de R\$800.000,00 (oitocentos mil reais);

III - praticar, de forma reiterada, as seguintes infrações:

a) omitir informações a autoridades fazendárias, com vistas a suprir ou reduzir tributo;

b) deixar de recolher, no prazo legal, na qualidade de sujeito passivo de obrigação, valor de tributo, descontado ou cobrado, que deveria recolher aos cofres públicos;

c) adquirir ou manter em estoque mercadoria desacoberta de documento fiscal relativo à aquisição ou acobertada com documento falso;

d) adquirir ou manter em estoque mercadoria acobertada com documento inidôneo, salvo se o fato for espontaneamente comunicado ao Fisco e comprovado o efetivo recolhimento do imposto, antes da ação fiscal;

e) negar ou deixar de fornecer, quando obrigatória, nota fiscal ou documento equivalente, referente a venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-la em desacordo com a legislação;

f) deixar de registrar, no livro Registro de Entradas, documentos referentes a aquisição de mercadoria e serviço, no prazo fixado em regulamento;

IV - praticar ato qualificado em lei como crime contra a ordem tributária além dos previstos neste artigo;

V - praticar ato ou realizar atividade considerados lesivos ao meio ambiente, sem prejuízo da obrigação de reparar o dano causado e das cominações legais cabíveis;

VI - constituir pessoa jurídica por interposta pessoa que não seja o verdadeiro sócio ou acionista, ou o titular;

VII - causar embaraço à fiscalização, caracterizado pela negativa não justificada da exibição de livro e documento de exibição obrigatória;

VIII - opuser resistência à fiscalização, caracterizada pela negativa de acesso ao estabelecimento, ao domicílio fiscal ou a qualquer outro local onde se desenvolvam as atividades da pessoa jurídica ou da firma individual ou onde se encontrem bens de sua posse ou propriedade.

§ 1º - Nas hipóteses previstas nos incisos I e II, a microempresa e a empresa de pequeno porte comunicarão o fato à repartição fazendária de sua circunscrição no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ocorrência.

§ 2º - O ICMS incidente sobre a operação ou prestação promovidas após o fato determinante do desenquadramento será recolhido no prazo previsto em regulamento.

§ 3º - Caracteriza a prática de forma reiterada, prevista no inciso III a constatação, pela terceira vez, mediante ação fiscal, da prática de infração, idêntica ou não, mencionada em qualquer alínea do referido inciso.

§ 4º - Em qualquer das hipóteses previstas no inciso III o desenquadramento será determinado de ofício e retroagirá à data da prática da infração que lhe deu origem, sem prejuízo de outras medidas de fiscalização e, se for o caso, da ação penal cabível.

§ 5º - Nas hipóteses previstas nos incisos IV a VIII, o desenquadramento será determinado de ofício e retroagirá à data da prática da infração, fiscalização e, se for o caso, da ação penal cabível.

Capítulo VIII

Das Penalidades

Art. 17 - A pessoa jurídica ou a firma individual que, sem observância desta Lei, se enquadrem como microempresa ou empresa de pequeno porte ficam sujeitas às seguintes consequências:

I - havendo espontaneidade na denúncia do fato:

a) pagamento do ICMS devido, desde a data do enquadramento, pelo sistema normal de apuração do imposto, com todos os acréscimos aplicáveis à mora previstos na Lei nº ...;

b) cancelamento do cadastramento fiscal como microempresa ou empresa de pequeno porte;

II - sendo a irregularidade apurada pelo Fisco:

a) multa correspondente a 100% (cem por cento) sobre o valor devido a título de imposto, sem qualquer redução, além do previsto nas alíneas do inciso anterior;

b) multas por descumprimento de obrigação acessória, previstas na Lei nº ... mesma, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Art. 18 - A pessoa jurídica ou a forma individual que, tendo perdido a condição de microempresa

ou de empresa de pequeno porte, por ultrapassar o limite de receita bruta de R\$800.000,00 (oitocentos mil reais) ou por superveniência de situação impeditiva prevista no art. 10, se mantiverem enquadradas no regime desta Lei sujeitas às seguintes consequências:

I - havendo espontaneidade na denúncia do fato:

a) pagamento do ICMS devido, pelo sistema normal de apuração do imposto, relativo a operação ou prestação praticadas após o fato determinante do desenquadramento, com todos os acréscimos aplicáveis à mora, se for o caso;

b) cancelamento do cadastramento fiscal como microempresa ou empresa de pequeno porte;

II - sendo a irregularidade apurada pelo Fisco:

a) multa correspondente a 100% (cem por cento) sobre o valor devido a título de imposto, sem direito a qualquer redução, além do previsto nas alíneas do inciso anterior;

b) multas por descumprimento de obrigação acessória, prevista em regulamento, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Art. 19 - Nos casos em que a irregularidade se refira à falta de pagamento do ICMS em decorrência de inadequada classificação nas faixas de receita bruta anual, constantes no Anexo I desta Lei, também será exigido o tributo relativo à diferença apurada, com os acréscimos legais.

Capítulo IX

Das Cooperativas de Produtores Artesanais e dos Comerciantes Ambulantes

Seção I

Da Definição

Art. 20 - Poderão enquadrar-se, no regime previsto nesta Lei, as cooperativas de produtores artesanais e de comerciante ambulantes que realizem operação em nome dos cooperados, assim definidas as pessoas físicas, sem estabelecimento fixo, que, individualmente, apresentem receita bruta anual igual ou inferior a R\$60.000,00 (sessenta mil reais).

Do Tratamento Tributário e Fiscal
Aplicável às Cooperativas de
Produtores Artesanais e de
Comerciantes Ambulantes

Art. 21 - As cooperativas de produtores artesanais e de comerciantes ambulantes, observado o disposto em regulamento, deverão;

I - requerer inscrição coletiva no Cadastro de Contribuintes do ICMS;

II - pagar, mensalmente o ICMS, devido pelos cooperados, apurado mediante a aplicação do percentual de 0,5% (zero, vírgula cinco por cento) sobre a média mensal da receita bruta global apurada no trimestre anterior.

III - emitir documentos fiscais;

IV - entregar, trimestralmente, demonstrativos de apuração do ICMS;

V - entregar, anualmente, declaração de movimentação econômica e fiscal;

VI - informar, trimestralmente as movimentações de filiados ocorridas em seu cadastro;

VII - manter sistema de controle das operações, individualizado por cooperado.

§1º - Fica isenta a saída de mercadoria de propriedade do cooperado e a ele destinada, quando promovida pela cooperativa de que faça parte, nas condições previstas no artigo anterior.

§ 2º - as cooperativas de que trata o artigo anterior respondem, solidariamente com seus cooperados, pelas obrigações decorrentes de operação por eles realizada.

Capítulo X

Dos Abatimentos

Seção I

Da Política de Estímulo ao Emprego

Art. 22 - A empresa de pequeno porte poderá abater, mensalmente, do ICMS, devido o valor resultante da aplicação do percentual previsto no Anexo II, desta Lei, correspondente ao número de empregados regularmente contratados, tomando-se como base, o último dia de cada trimestre do período de apuração do imposto, observado o disposto no art. 25.

Parágrafo Único - A utilização do benefício previsto neste artigo dependerá de comprovação da regular situação dos empregados, nos âmbitos previdenciários e trabalhista.

Seção II

Da Política de Estímulo à Capacitação
Gerencial e Profissional

Art. 23 - A empresa de pequeno porte poderá abater, mensalmente do ICMS devido no período 50% (cinquenta por cento), do valor despendido a título de treinamento Gerencial ou de pessoal vinculado a sua atividade econômica, observado o disposto no art. 25.

Parágrafo Único - A utilização do benefício de que trata este artigo dependerá de comprovação junto a autoridade fazendária, do efetivo dispêndio, mediante apresentação do recibo de pagamento.

Seção III

Da Política de Estímulo ao Investimento em Novas Tecnologias

Art. 24 - A empresa de pequeno porte poderá abater, mensalmente, do ICMS devido no período 35% (trinta e cinco por cento), do valor despendido a título de investimento em máquinas, equipamentos, instalações ou aquisição de novas tecnologias necessários ao desenvolvimento de sua atividade econômica, observado

§ 1º - A utilização do benefício de que trata este artigo dependerá de apresentação da nota fiscal de aquisição e da mobilização do bem pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses contado da data de sua aquisição, observado o seguinte:

I - ocorrendo a venda do equipamento em prazo inferior a 1 (um) ano a contar da data de sua aquisição, o abatimento de que trata o "caput" deste artigo deverá ser anulado integralmente, no mesmo período em que for efetuada a venda;

II - na hipótese do inciso anterior, o valor equivalente ao dos abatimentos efetuados deverá ser recolhido, monetariamente atualizado, por meio de documento de arrecadação distinto, no prazo fixado em regulamento.

§ 2º - A transferência de propriedade do bem, a qualquer título, suspende, automaticamente, a utilização do benefício correspondente ao bem objeto da transferência, observado, se for o caso, o disposto nos incisos I e II do parágrafo anterior.

§ 3º - Na aquisição de Equipamento Emissor de Cupom Fiscal - ECF, cuja utilização tenha sido autorizada pela autoridade fazendária, o limite de abatimento a que se refere este artigo será de 100% (cem por cento) do valor de aquisição, observado o seguinte:

I - o benefício alcança também o valor dos acessórios necessários ao funcionamento do equipamento, inclusive o leitor óptico de código de barras;

II - o abatimento deverá ser efetuado a partir do mês em que se verificar o início da efetiva utilização do equipamento;

III - ocorrendo a venda do equipamento em prazo inferior a 2 (dois) anos a contar do início da sua efetiva utilização, o abatimento de que trata este parágrafo deverá ser anulado integralmente, no mesmo período em que for efetuada a venda;

IV - na hipótese do inciso anterior, o valor equivalente ao dos abatimentos efetuados deverá ser recolhido, monetariamente atualizado, por meio de documento de arrecadação distinto, no prazo fixado em regulamento.

§ 4º - A transferência de propriedade do ECF, a qualquer título, suspende automaticamente a uti-

lização do benefício correspondente à aquisição do equipamento, observado, se for o caso, o disposto nos incisos III e IV do parágrafo anterior.

Seção IV

Das disposições Gerais Relacionadas com os Abatimentos

Art. 25 - O total dos abatimentos referidos nos arts. 23 e 24 não poderá ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do valor mensal devido a título de ICMS, devendo o eventual excedente ser transferido para os meses subseqüentes.

§ 1º - O direito aos abatimentos previstos nos arts. 22 a 24 fica condicionado ao recolhimento tempestivo do ICMS.

§ 2º - Verificada a ocorrência de qualquer das hipóteses de desenquadramento previstas no art. 16, a microempresa e a empresa de pequeno porte terão cancelados, automaticamente, os benefícios previstos neste capítulo.

§ 3º - Verificada infração definida no inciso III do art. 16, serão suspensos os benefícios previstos neste capítulo, a partir do recebimento do auto de infração até a quitação ou o parcelamento do crédito tributário decorrente.

§ 4º - Para os fins desta lei, a suspensão de benefícios caracteriza-se pela perda do direito aos abatimentos das parcelas que seriam deduzidas do ICMS devido, na forma deste capítulo, durante o período em que vigorar a suspensão.

Art. 26 - Os valores expressos nesta lei serão corrigidos anualmente, adotando-se, para isso, o mesmo índice utilizado para a correção monetária dos tributos federais.

Parágrafo Único - O Poder Executivo publicará os valores utilizados na forma deste artigo até o quinto dia útil do mês de janeiro de cada ano.

Art. 27 - A Secretaria de Estado da Fazenda poderá propor convênio a ser celebrado com entidade representativa de classe de contribuintes, visando à simplificação de procedimento relacionado com o cadastramento fiscal de microempresa e empresa de pequeno porte.

Parágrafo Único - A baixa de inscrição estadual independe de baixa em qualquer outro órgão público, devendo o interessado entregar, na repartição fazendária, os livros e documentos fiscais exigidos para as providências cabíveis.

Art. 28 - Os órgãos da administração pública direta e indireta do Estado dispensarão tratamento especial a microempresa e empresa de pequeno porte, assim definidas nesta lei, na compra de material de consumo e de equipamento permanente.

Art. 29 - Ressalvado o disposto nesta lei, aplicam-se a microempresa e a empresa de pequeno porte, no que couber, as demais normas relativas ao ICMS.

Art. 30 - Até o prazo fixado pelo Poder Executivo para o exercício da opção de que trata o art. 13, ficam mantidas as microempresas de pequeno porte que se achem enquadradas na forma da lei, facultada a antecipação da opção mediante o atendimento das condições estabelecidas nesta lei.

Art. 31 - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias contados de sua publicação.

Art. 32 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 1998, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.02.99.

(a) SÉRGIO SPADA

ANEXO I (artigo 12)

FAIXA	RECEITA BRUTA ANUAL EM R\$	PERCENTUAL (%)
1	de 60.000,00 a 300.000,00	0,5
2	de 300.000,01 a 500.000,00	1
3	de 500.000,01 a 600.000,00	1,5
4	de 600.000,01 a 700.000,00	2,0

PROJETO DE LEI Nº 09/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado o Programa Estadual de Incentivo à Cultura, vinculado à Secretaria de Estado da Cultura, nos termos do Parágrafo Único e "caput" do art. 190 da Constituição Estadual.

Seção I Dos Objetivos

Art. 2º - O Programa Estadual de Incentivo a Cultura, vinculado à Secretaria de Estado da Cultura, tem como objetivos fundamentais:

I - Incentivar a formação artística e cultural, mediante:

a) concessão de bolsas de estudo, pesquisa e trabalho para estudantes, atores, artistas, técnicos e produtores culturais em geral, desde que residentes no Estado há mais de dois anos;

b) instalação e manutenção de atividades sem fins lucrativos, destinadas à formação artística cultural.

II - Incentivar a produção cultural e artística, mediante:

a) realização de exposição, festivais de arte, espetáculos de artes cênicas, de música e de folclores;

b) produção de discos, vídeos, filmes e outras formas de produtos culturais, de natureza fonográfica, video fonográfica e cinematográfica;

c) edição de obras relativas às ciências humanas, às letras e às artes;

d) cobertura de despesas com transporte e seguro de objetos de valor cultural, destinados à exposições públicas;

e) instituição e implantação de "bônus-Cultural" e outras iniciativas similares;

f) apoio à criação e manutenção de grupos teatrais amadores, existentes ou que venham a ser criados, em entidades da sociedade civil em geral;

g) apoio à reforma e/ou construção de teatros, cinemas, casas de espetáculos e demais equipamentos e instalações culturais, em convênio com órgão da administração pública e entidades da sociedade civil organizada.

III - Preservar e divulgar o patrimônio histórico, cultural e artístico do Estado.

IV - Dar apoio a outras atividades culturais consideradas relevantes pela Secretaria de Estado da Cultura, desde que previamente ouvido o Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural.

Parágrafo Único - Os candidatos aos recursos do Programa Estadual de Incentivo à Cultura, em qualquer modalidade, deverão ter domicílio no Estado do Paraná há pelo menos dois anos, a serem contados retroativamente da data de entrada de tramitação do projeto a ser incentivado.

Seção II Dos Recursos

Art. 3º - O Programa Estadual de Incentivo a Cultura contará com recursos provenientes de:

I - dotações e créditos específicos consignados no orçamento do Estado;

II - doações;

III - legados;

IV - subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza ou de organismos internacionais;

V - percentual decorrente de projetos financiados através do patrocínio cultural, nos termos desta lei;

VI - devolução de recursos de projetos não iniciados ou interrompidos, com ou sem justa causa;

VII - recursos de outras fontes.

Art. 4º - Fica instituído no Estado do Paraná o incentivo fiscal para realização de projetos culturais, a ser concedido a pessoa física ou jurídica contribuinte do Estado.

§ 1º - O incentivo fiscal referido no "caput" deste artigo corresponderá ao recebimento, por parte de empreendedor de qualquer projeto cultural no Estado, seja através de doações, patrocínios ou investimentos, de Certificados Nominais de Incentivo Cultural - CNIC, expedidos pelo Poder Público, correspondentes ao valor de incentivo autorizado pelo Executivo.

1- para efeitos desta lei entende-se por:

a) empreendedor: pessoa física ou jurídica, domiciliada no Estado do Paraná nos termos do parágrafo único do art. 2º da presente lei, diretamente responsável pelo projeto cultural beneficiado pelo incentivo do Programa.

b) incentivador: pessoa física ou jurídica, contribuinte do imposto sobre a Circulação de Mercadorias e serviços - ICMS, que tenha transferido recursos, através de doação, patrocínio ou investimentos, para a realização do projeto cultural beneficiado pelo incentivo do Programa;

c) doação: transferência gratuita, em caráter definitivo, ao empreendedor, de recursos para realização de projetos culturais, vedado o uso da publicidade para a divulgação deste ato;

d) patrocínio: transferência gratuita, em caráter definitivo, ao empreendedor, de recursos para realização de projetos culturais, com finalidades promocionais, publicitárias ou de retorno institucional;

e) investimento: transferência de recursos ao empreendedor para a realização de projetos culturais com vista à participação em seus resultados financeiros;

f) Certificado de Aprovação: documentos emitidos pela Secretaria de Estado da Cultura, após análise prévia do Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural, representativo de apreciação e da aprovação do projeto cultural, a ser usado pelo empreendedor como comprovante de aprovação perante potenciais incentivadores;

g) Certificado de Incentivo: documento emitido pela Secretaria de Estado da Cultura, após análise prévia do Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural, representativo da autor-

ização para que se efetive a transferência de recursos conforme previsto no Certificado de Aprovação.

§ 2º - Os portadores dos Certificados Nominais de Incentivo Cultural poderão utilizá-los na dedução quando do pagamento do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, até o limite de 20% do valor a cada incidência do tributo.

§ 3º - O valor dos certificados não poderão exceder a 80% (oitenta por cento) do valor total do projeto incentivado.

§ 4º - O Poder Executivo, fixará, anualmente, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o limite dos valores que serão utilizados para incentivo cultural, não poderão ser tais valores inferiores a 1/2 % (meio por cento) e nem superiores a 3% (três por cento) da receita proveniente do ICMS.

Art. 5º - Os projetos culturais que visam obter financiamentos com recursos do Programa deverão obedecer as seguintes condições:

I - apresentação dos projetos à Secretaria do Estado da Cultura, acompanhados das respectivas planilhas de custos, dos prazos de execução e conclusão de fluxogramas de recursos, na forma da regulamentação da presente lei;

II - comprovação de que o proponente dispõe do montante necessário à execução do projeto, ou está habilitado a obter financiamento de outra fonte devidamente identificada, e que não está inadimplente junto ao Ministério da Cultura, Secretaria de Estado da Cultura e Tribunais de Contas do Estado e da União.

III - aprovação dos projetos pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural;

IV - preservação da harmonia e equilíbrio regional na distribuição de projetos;

V - realização prioritária dos projetos no Estado do Paraná.

Seção III

Do Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural

Art. 6º - Será instituído, na Secretaria de Estado da Cultura, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural, a ser composto, paritariamente, por membros indicados pelas entidades representativas das áreas culturais e artísticas, com existência legal, por técnicos designados pelas Secretarias de Estado da Cultura e das Finanças, além de um representante do Poder Legislativo Estadual.

Parágrafo Único - Os membros do Conselho, por exercerem funções consideradas de relevante interesse público, não poderão apresentar projetos com os benefícios da presente lei enquanto estiverem no exercício de seus mandatos.

Art. 7º - Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural terá as seguintes atribuições:

I - supervisionar a aplicação dos recursos destinados ao Programa;

II - avaliar e aprovar os projetos culturais a serem incentivados;

III - acompanhar e fiscalizar a execução dos projetos aprovados;

IV - expedir quaisquer orientação com o objetivo de viabilizar, com agilidade, de forma conjunta ou individualizada, a implementação do projetos culturais a serem incentivados.

Art. 8º - O Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural encaminhará à Assembléia Legislativa, bimestralmente, a relação e o conteúdo dos projetos culturais aprovados, bem como seus custos, além dos projetos recusados com os respectivos pareceres.

Parágrafo Único - Os projetos aprovados ou recusados ficarão à disposição dos interessados para consulta pública em departamento específico da Secretaria de Estado da Cultura.

Seção IV

Das Disposições Finais

Art. 9º - O Secretário de Estado da Cultura designará uma unidade de sua pasta para dar apoio à implementação do Projeto.

Art. 10 - As despesas resultantes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações próprias, a serem incluídas na Lei Orçamentária Anual, sendo suplementadas quando necessárias.

Art. 11 - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de publicação desta, sendo assegurada a participação das entidades da sociedade civil interessadas.

Art. 12 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.02.99.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

A produção artística é a expressão cultural mais efetiva de uma sociedade e do seu tempo. A produção cultural, como reveladora e renovadora das características mais representativas da sociedade que a concebe e fator essencial de desenvolvimento, memória e fixação das relações sociais. Só a humanidade produz Cultura, e somente as sociedades humanas podem sonhar e se desen-

volver justamente por possuir uma base cultural comum.

Pelos aspectos apresentados, é fácil deduzir que a introdução de políticas de desenvolvimento culturais deve ser tarefa prioritária de quaisquer organismos políticos estatais cujo princípio fundamental é a construção do bem comum. E tal princípio faz parte do corolário que fundamenta a sociedade brasileira, conforme se pode constatar pelos arts. 215 e 216 da Constituição Federal, princípios estes que, aliás, ousamos colocar como cláusulas pétreas de nosso ordenamento constitucional, tal a sua relevância para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

A Constituição Estadual buscou revalidar, a nível regional, este posicionamento de princípios, na exata forma do art. 190, bem como seu Parágrafo Único. Mas dentre outros dispositivos da Constituição Federal citados, merece especial atenção o seu § 3º do art. 216, que preceitua:

“§ 3º - A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.”

Ou seja, dentro do amplo princípio da responsabilidade do Estado Brasileiro de garantir e preservar as plurais formas de manifestação cultural, acentua-se como objetivo a edição de leis que especificamente protejam e incentivem a “produção e o conhecimento de bens e valores culturais. Trata-se de responsabilidade objetiva, da qual não pode fugir nenhuma instância federativa.

A presente lei, portanto, tem o específico objetivo de regulamentar a criação de um Programa Estadual de Desenvolvimento Cultural, de forma a regular incentivos e iniciativas do Estado na manutenção e criação de cultura. É instrumento efetivo de gestão de uma política cultural, com participação dos setores interessados e sem o atrelamento estatal que, como está historicamente demonstrado, é elemento de desenvolvimento da criatividade.

Pelo exposto, apelamos aos nobres Deputados no sentido da aprovação do presente projeto de lei, sempre no sentido de constituição de uma sociedade cada vez mais organizada e preparada para a difícil tarefa da cidadania plena.

PROJETO DE LEI Nº 10/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criada a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado do Paraná - AGEPAR, com natureza autárquica, dotada de autonomia financeira, funcional e administrativa, com sede na Capital do Estado.

Art. 2º - Constituem objetivos da AGEPAR:

I - assegurar a prestação de serviços adequados, assim entendidos aqueles que satisfaçam as condições de universalidade, regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade nas suas tarifas;

II - garantir a harmonia entre os interesses dos usuários, concessionários, permissionários e autorizatórios de serviços públicos;

III - zelar pelo equilíbrio econômico-financeiro dos serviços públicos delegados.

Art. 3º - Compete à AGEPAR, no âmbito de suas atribuições, controlar e fiscalizar, bem como, se for o caso, normatizar, padronizar, conceder e fixar tarifas dos serviços públicos delegados, em decorrência de norma legal ou regulamentar, disposição convencional ou contratual, ou por ato administrativo, do Estado do Paraná, ou de suas entidades da administração indireta, em especial:

I - saneamento;

II - energia elétrica;

III - rodovias;

IV - portos e hidrovias;

V - irrigação;

VI - transporte intermunicipal de passageiros;

VII - aeroportos;

VIII - mineração;

IX - inspeção de segurança veicular;

X - outros.

Art. 4º - Compete, ainda, à AGEPAR:

I - garantir a aplicação do princípio da isonomia no uso e acesso aos serviços delegados;

II - buscar a modicidade das tarifas;

III - cumprir e fazer cumprir a legislação específica relacionada aos serviços públicos;

IV - zelar pelo fiel cumprimento das normas e contratos de concessão ou de permissão e dos termos de autorização dos serviços públicos;

V - fixar ou rever os valores das tarifas e suas estruturas;

VI - propor alteração das condições, áreas, a extinção ou atendimento dos respectivos contratos ou termos;

VII - requisitar informações relativas aos serviços públicos delegados de órgãos ou entidades da administração estadual, ou de concessionários, permissionários ou autorizatórios;

VIII - moderar, dirimir ou arbitrar conflitos de interesse, no limite das atribuições previstas nesta lei, relativos aos objetivos das concessões, permissões e autorizações;

IX - permitir o amplo acesso às informações sobre a prestação dos serviços públicos delegados e sobre suas próprias atividades;

X - fiscalizar a qualidade dos serviços por meio de indicadores e procedimentos amostrais.

Art. 5º - A AGEPAR terá a seguinte estrutura básica:

I - Conselho Superior;

II - Diretoria-Geral;

III - Três Diretorias: de fiscalização da qualidade dos serviços, de acompanhamento de tarifas e estudos econômico-financeiros e de administração e finanças.

IV - Assessoria Jurídica.

Art. 6º - O Conselho Superior será composto de 05 (cinco) membros, assim indicados:

I - 02 (dois) membros de livre nomeação do Governador do Estado;

II - 02 (dois) membros representantes dos usuários e consumidores, indicados pelo órgão gestor do Sistema Estadual de Proteção ao Consumidor, desvinculados da administração pública, nos termos do regimento interno;

III - 01 (um) membro indicado pela Seção Estadual da Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 1º - Ao Conselho Superior, cujas decisões serão tomadas por maioria simples de seus membros, compete a Direção Superior da AGEPAR;

§ 2º - A Presidência caberá a um dos Conselheiros, na forma a ser definida em regimento interno, com mandato de 01 (um) ano admitida uma recondução.

§ 3º - As reuniões do Conselho Diretor serão registradas em ata, à qual qualquer cidadão terá acesso no prazo de 10 (dez) dias do seu requerimento.

Art. 7º - Os membros do Conselho Superior da AGEPAR terão mandato de 04 (quatro) anos, e serão empossados somente após terem os seus nomes aprovados pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, devendo satisfazer, simultaneamente, as seguintes condições:

I - ser brasileiro;

II - ser maior de idade;

III - ter reputação ilibada e idoneidade moral;

IV - ter experiência comprovada no exercício de função ou atividade profissional relevante para os fins da AGEPAR.

Art. 8º - Após a nomeação, o Conselheiro perderá o cargo antes do término de seu mandato em qualquer das seguintes hipóteses:

I - a constatação de que sua permanência na função possa comprometer a independência e integridade da AGEPAR;

II - a condenação por crime doloso;

III - a condenação por improbidade administrativa;

IV - rejeição de contas pelo Tribunal de Contas do Estado em decisão definitiva nessa esfera;

V - a ausência injustificada a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 05 (cinco) reuniões alternadas por ano;

VI - o exercício de cargo ou função na administração pública nos casos dos incisos II e III do art. 6º;

VII - o recebimento, a qualquer título, de quantias, valores, descontos, vantagens ou benefícios de qualquer entidade regulada, ou dela se tornar sócio, quotista ou acionista;

VIII - manifestar-se publicamente, salvo nas sessões do Conselho Diretor, sobre qualquer assunto submetido à AGEPAR, ou que, pela sua natureza, possa vir a ser objeto de apreciação da mesma.

Art. 9º - Os servidores da AGEPAR estarão sujeitos ao regime jurídico único dos demais servidores da administração.

Art. 10 - À Diretoria-Geral compete a execução das atividades da AGEPAR, dando aplicação às deliberações de seu Conselho Superior.

Art. 11 - Os titulares das Diretorias serão escolhidos pelo Conselho Superior, na forma do regimento interno da AGEPAR, e nomeados pelo Governador.

Art. 12 - As atribuições dos órgãos da AGEPAR, bem como sua estrutura interna, serão estabelecidas em regimento interno, elaborado pelo Conselho Superior e aprovado por decreto do Poder Executivo.

Art. 13 - A AGEPAR publicará, anualmente, relatório da evolução dos indicadores de qualidade dos serviços, inclusive sobre reclamações dos usuários, bem como pesquisas de opinião pública sobre a prestação dos serviços públicos delegados.

§ 1º - Anualmente, após a publicação dos resultados da avaliação dos indicadores e da pesquisa de opinião, será realizada audiência pública, cujo teor e resultados serão publicados e remetidos à Assembléia Legislativa.

§ 2º - A AGEPAR disponibilizará aos usuários um sistema de ouvidoria pública, na forma de seu regimento.

Art. 14 - As despesas da AGEPAR serão custeadas pelas receitas seguintes:

I - transferência de recursos pelos titulares do Poder Concedente, a título de fiscalização dos serviços delegados;

II - valores arrecadados através de taxas vinculadas às suas atividades e multas aplicadas em decorrência de suas atribuições, nos termos da lei, de convênios e dos contratos de delegação;

III - no primeiro ano, a partir de sua efetiva criação, recursos do Tesouro do Estado alocados em Orçamento;

IV - outras receitas, tais como as resultantes de aplicações de bens e valores patrimoniais, legados e doações.

Art. 15 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial para cobrir as despesas decorrentes da execução desta lei.

Art. 16 - No prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de publicação desta lei, o Poder Executivo encaminhará projeto de lei criando o quadro e fixando o valor da remuneração dos servidores, dos Conselheiros e dos Diretores.

Art. 17 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.02.99.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

A delegação a terceiros, de atividades tradicionalmente desempenhadas pelo Estado, mas que não são típicas da função estatal, cada vez mais passam a acontecer. A Administração Pública, crescentemente, restringe suas forças para aquelas atividades próprias do Estado, tais como saúde, educação e segurança pública.

É o fenômeno das privatizações que agora também alcança as empresas estatais, paranaenses. Ocorre, no entanto, que ainda que não se tratem de serviços típicos estatais, são atividades essenciais que exigem prestação de serviços contínuos e de qualidade e preços módicos.

Além disso, sobre elas deve existir algum tipo de controle público que tenha como incumbência justamente verificar esses requisitos. Nesse sentido, a presente proposta visa a criar um instrumento orgânico capaz de dotar o Estado do Paraná de um meio especializado e único com as funções de zelar para a continuidade da prestação de serviços públicos das empresas que sejam privatizadas, notadamente nos aspectos de qualidade, generalidade, universalidade e tarifas adequadas.

Assim, a idéia da criação de uma agência com essas competências dá conformação à essa preocupação e permite que se avance na direção das privatizações sem que, no entanto, o Estado se

desincumba de sua atividade fiscalizadora e supervisoradora.

A AGEPAR, então, é proposta para que se crie um órgão técnico especializado para a defesa dos interesses da coletividade, através do exercício de suas atribuições designadas no projeto, perante e sobre as empresas que assumirão encargos na condição de delegadas do serviço público paranaense. Pela relevância da proposta, espera-se que se sensibilize a Assembléia Legislativa do Paraná e dote o Estado desse instrumento de defesa dos interesses da coletividade.

PROJETO DE LEI Nº 11/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado o Programa Estadual de Incentivo à Cultura, vinculado à Secretaria de Estado da Cultura, nos termos do parágrafo único e *caput* do art. 190 da Constituição Estadual.

Seção I
Dos Objetivos

Art. 2º - O Programa Estadual de Incentivo a Cultura, vinculado à Secretaria de Estado da Cultura, tem como objetivos fundamentais:

I - incentivar a formação artística e cultural, mediante:

a) concessão de bolsas de estudo, pesquisa e trabalho para estudantes, atores, artistas, técnicos e produtores culturais em geral, desde que residentes no Estado há mais de dois anos.

b) instalação e manutenção de atividades sem fins lucrativos, destinadas à formação artística cultural;

II - incentivar a produção cultural e artística, mediante:

a) realização de exposição, festivais de arte, espetáculos de artes cênicas, de músicas e de folclores;

b) produção de discos, vídeos, filmes e outras formas de produtos culturais, de natureza fonográfica, videofonográfica e cinematográfica;

c) edição de obras relativas às ciências humanas, as letras e as artes;

d) cobertura de despesas com transporte e seguro de objetos de valor cultural, destinados às exposições públicas;

e) instituição e implantação de "bonus-cultural" e outras iniciativas similares;

f) apoio à criação e manutenção de grupos teatrais amadores, existentes ou que venham a ser criados, em entidades da sociedade civil em geral;

g) apoio à reforma e/ou construção de teatros, cinemas, casas de espetáculos e demais equipamentos e instalações culturais, em convênio com órgão da administração pública e entidades da sociedade civil organizada;

III - preservar e divulgar o patrimônio histórico, cultural e artístico do Estado;

IV - dar apoio a outras atividades culturais consideradas relevantes pela Secretaria de Estado da Cultura, desde que previamente ouvido o Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural.

Parágrafo Único - Os candidatos aos recursos do Programa Estadual de Incentivo à Cultura, em qualquer modalidade, deverão ter domicílio no Estado do Paraná há pelo menos dois anos, a serem contados retroativamente da data de entrada de tramitação do projeto a ser incentivado.

Seção II
Dos Recursos

Art. 3º - O Programa Estadual de Incentivo à Cultura contará com recursos provenientes de:

I - dotações e créditos específicos consignados no orçamento do Estado;

II - doações;

III - legados;

IV - subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza ou de organismos internacionais;

V - percentual decorrente de projetos financiados através do patrocínio cultural, nos termos desta lei;

VI - devolução de recursos de projetos não iniciados ou interrompidos, com ou sem justa causa;

VII - recursos de outras fontes.

Art. 4º - Fica instituído no Estado do Paraná o incentivo fiscal para realização de projetos culturais, a ser concedido a pessoa física ou jurídica contribuinte do Estado.

§ 1º - O incentivo fiscal referido no "caput" deste artigo corresponderá ao recebimento, por parte de empreendedor de qualquer projeto cultural no Estado, seja através de doações, patrocínio ou investimentos, de Certificados Nominais de Incentivo Cultural - CNIC expedidos pelo Poder Público, correspondentes ao valor de incentivos autorizados pelo Executivo.

1 - para efeitos desta lei entende-se por:

a) empreendedor: pessoa física ou jurídica, domiciliada no Estado do Paraná nos termos do parágrafo único do art. 2º da presente lei, diretamente responsável pelo projeto cultural beneficiado pelo incentivo do Programa;

b) incentivador: pessoa física ou jurídica, contribuinte do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, que tenha transferido

recursos, através de doação, patrocínio ou investimentos, para a realização do projeto cultural beneficiado pelo incentivo do Programa;

c) doação: transferência gratuita, em caráter definitivo, ao empreendedor, de recursos para realização de projetos culturais, vedado o uso da publicidade para a divulgação deste ato;

d) patrocínio: transferência gratuita, em caráter definitivo, ao empreendedor, de recursos para realização de projetos culturais, com finalidades promocionais, publicitárias ou de retorno institucional;

e) investimento: transferência de recursos ao empreendedor para a realização de projetos culturais com vista à participação em seus resultados financeiros;

f) certificado de aprovação: documentos emitidos pela Secretaria de Estado da Cultura, após análise prévia do Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural, representativo de apreciação e da aprovação do projeto cultural, a ser usado pelo empreendedor como comprovante de aprovação perante potenciais incentivadores;

g) certificado de incentivo: documento emitido pela Secretaria de Estado da Cultura, após análise prévia do Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural, representativo da autorização para que se efetive a transferência de recursos conforme previsto no Certificado de Aprovação.

§ 2º - Os portadores dos Certificados Nominais de Incentivo Cultural poderão utilizá-los na dedução quando do pagamento do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - até o limite de 20% (vinte por cento) do valor a cada incidência do tributo.

§ 3º - O valor dos certificados não poderão exceder a 80% (oitenta por cento) do valor total do projeto incentivado.

§ 4º - O Poder Executivo, fixará, anualmente, na lei de Diretrizes Orçamentárias, o limite dos valores que serão utilizados para incentivo cultural, não poderão ser tais valores inferiores a 1/2% (meio por cento) e nem superiores a 3% (três por cento) da receita proveniente do ICMS.

Art. 5º - Os projetos culturais que visam obter financiamentos com recursos do programa deverão obedecer as seguintes condições:

I - apresentação dos projetos à Secretaria do Estado da Cultura, acompanhados das respectivas planilhas de custos, dos prazos de execução e conclusão de fluxogramas de recursos, na forma da regulamentação da presente lei;

II - comprovação de que o proponente dispõe do montante necessário à execução do projeto, ou está habilitado a obter financiamento de outra fonte

devidamente identificada, e que não está inadimplente junto ao Ministério da Cultura, Secretaria de Estado da Cultura e Tribunais de Contas do Estado e da União.

III - aprovação dos projetos pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural;

IV - preservação da harmonia e equilíbrio regional na distribuição de projetos;

V - realização prioritária dos projetos no Estado do Paraná.

Seção III

Do Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural

Art. 6º - Será instituído, na Secretaria de Estado da Cultura, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural, a ser composto, paritariamente, por membros indicados pelas entidades representativas das áreas culturais e artísticas, com existência legal, por técnicos designados pelas Secretarias de Estado da Cultura e das Finanças, além de um representante do Poder Legislativo Estadual.

Parágrafo Único - Os membros do Conselho, por exercerem funções consideradas de relevante interesse público, não poderão apresentar projetos com os benefícios da presente lei enquanto estiverem no exercício de seus mandatos.

Art. 7º - Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural terá as seguintes atribuições:

I - supervisionar a aplicação dos recursos destinados ao Programa;

II - avaliar e aprovar os projetos culturais a serem incentivados;

III - acompanhar e fiscalizar a execução dos projetos aprovados;

IV - expedir quaisquer orientações com o objetivo de viabilizar, com agilidade, de forma conjunta ou individualizada, a implementação dos projetos culturais a serem incentivados.

Art. 8º - O Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural encaminhará à Assembléia Legislativa, bimestralmente, a relação e o conteúdo dos projetos culturais aprovados, bem como seus custos, além dos projetos recusados com os respectivos pareceres.

Parágrafo Único - os projetos aprovados ou recusados ficarão à disposição dos interessados para consulta pública em departamento específico da Secretaria de Estado da Cultura.

Seção IV

Disposições Finais

Art. 9º - O Secretário de Estado da Cultura designará uma unidade de sua pasta para dar apoio à implementação do projeto.

Art. 10 - As despesas resultantes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações próprias, a serem incluídas na Lei Orçamentária Anual, sendo suplementadas quando necessárias.

Art. 11 - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de publicação desta, sendo assegurada a participação das entidades da sociedade civil interessadas.

Art. 12 - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.02.99.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

A produção artística é a expressão cultural mais efetiva de uma sociedade e do seu tempo. A produção cultural, como reveladora e renovadora das características mais representativas da sociedade que a concebe e fator essencial de desenvolvimento, memória e fixação das relações sociais. Só a humanidade produz Cultura, e somente as sociedades humanas podem sonhar e se desenvolver justamente por possuir uma base cultural comum.

Pelos aspectos apresentados, é fácil deduzir que a introdução de políticas de desenvolvimento culturais deve ser tarefa prioritária de quaisquer organismos políticos estatais cujo princípio fundamental é a construção do bem comum. E tal princípio faz parte do corolário que fundamentam a sociedade brasileira, conforme se pode constatar pelos arts. 215 e 216 da Constituição Federal, princípios estes que, aliás, ousamos colocar como cláusulas pétreas de nosso ordenamento constitucional, tal a sua relevância para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

A constituição estadual buscou revalidar, a nível regional, este posicionamento de princípios, na exata forma do art. 190, bem como seu parágrafo único. Mas dentre outros dispositivos da Constituição Federal citados, merece especial atenção o § 3º do art. 216, que preceitua:

“§ 3º - A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.”

Ou seja, dentro do amplo princípio da responsabilidade do Estado Brasileiro de garantir e preservar as plurais formas de manifestação cultural, acentua-se como objetivo a edição de leis que especificamente protejam e incentivem a “produção e o conhecimento de bens e valores culturais”. Trata-se

de responsabilidade objetiva, da qual não pode fugir nenhuma instância federativa.

A presente lei, portanto, tem o específico objetivo de regulamentar a criação de um Programa Estadual de Desenvolvimento Cultural, de forma a regular incentivos e iniciativas do Estado na manutenção e criação de cultura. é instrumento efetivo de gestão de uma Política Cultural, com participação dos setores interessados e sem o atrelamento estatal que, como está historicamente demonstrado, é elemento de desenvolvimento da criatividade.

Pelo exposto, apelamos aos nobres Deputados no sentido da aprovação do presente projeto de lei, sempre no sentido de constituição de uma sociedade cada vez mais organizada e preparada para a difícil tarefa da Cidadania Plena.

PROJETO DE LEI Nº 012/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a ressarcir financeiramente os comerciantes, prestadores de serviços e profissionais liberais estabelecidos nos Municípios de Boa Vista da Aparecida, Nova Prata do Iguaçu, Três Barras do Paraná, Boa Esperança do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu e Distrito de Alto Alegre do Iguaçu, no Município de Capitão Leônidas, lindeiros da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias.

Art. 2º - Para fins de cumprimento desta lei considera-se abrangidos por ela os comerciantes, prestadores de serviços e os profissionais liberais estabelecidos desde 1.993 até 1.996, que ainda se encontram em funcionamento, que foram lesados em suas atividades pela construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias.

Art. 3º - Para o recebimento dos ressarcimentos serão obedecidos os seguintes critérios:

a) as empresas comerciais que possuam somente alvará ou outro documento comprobatório expedido pelas Prefeituras Municipais, serão ressarcidas em valores atuais, equivalentes a 2 (dois) salários mínimos mensais multiplicados por 36 (trinta e seis) meses no montante de R\$9.360,00 (nove mil, trezentos e sessenta reais);

b) as empresas comerciais que possuam CGC-MF, CCE e demais atos constitutivos registrados na Junta Comercial, isentas de Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas, com faturamento bruto até R\$56.160,00 (cinquenta e seis mil e cento e sessenta reais) serão ressarcidas, nos valores atuais, no equivalente a 3 (três) salários mínimos mensais,

multiplicados por 36 (trinta e seis) meses no montante de R\$14.040,00 (quatorze mil e quarenta reais).

Art. 4º - As empresas optantes pela Apuração de Imposto de Renda pelo Lucro Presumido serão ressarcidas da seguinte maneira:

a) 25% (vinte e cinco por cento) calculado sobre o faturamento bruto, apurado por aquele regime, tomando por base o faturamento do ano de 1.997, se este faturamento estiver entre R\$56.160,00 (cinquenta e seis mil e cento e sessenta reais) a R\$100.000,00 (cem mil reais);

b) 30% (trinta por cento) calculado sobre o faturamento bruto, apurado por aquele regime, tomando por base o faturamento do ano de 1.997, se este faturamento estiver entre R\$100.000,00 (cem mil reais); R\$200.000,00 (duzentos mil reais);

c) 30% (trinta por cento) mais 2% (dois por cento) ao ano a contar de 1.993, para as empresas com faturamento superior a R\$200.000,00 (duzentos mil reais).

Parágrafo Único - As empresas enquadradas neste artigo e que não possuam os documentos do Imposto de Renda pelo Lucro Presumido serão enquadradas pelas empresas constantes da alínea a do art. 3º.

Art. 5º - As empresas, optantes pelo lucro real, serão ressarcidas em 100% (cem por cento) do prejuízo fiscal do ano de 1.997 ou 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do ano fiscal de 1.997.

Parágrafo único - As empresas que tiveram prejuízos contábeis superiores a 30% (trinta por cento) serão ressarcidas até a percentagem de perdas.

Art. 6º - As empresas constituídas até 1.994, com atividades encerradas a partir de 1.996, e com proprietários ainda residentes no município ou distrito, serão ressarcidas em 50% (cinquenta por cento) dos valores constantes nesta lei.

Art. 7º - Os profissionais liberais não inscritos como empresa, que possuam apenas alvará de licença a partir de 1.993, serão ressarcidos conforme a alínea b, do art. 3º, se devidamente enquadrados no art. 3º. Sendo esses com formação superior serão ressarcidos em dobro.

Art. 8º - Dos valores ressarcidos serão deduzidos 20% (vinte por cento) destinados a criação de um fundo de desenvolvimento na forma de instituição geridos pelos beneficiados, a ser investido em cada município, inalienável pelo período de 5 (cinco) anos. A COPEL deverá participar com igual importância dos valores descontados dos beneficiados.

Art. 9º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data da sua publicação.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.02.99.

(aa) LUIZ FERNANDES LITRO e
ANIBAL KHURY

PROJETO DE LEI Nº 13/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta lei regula os atos e procedimentos administrativos da Administração pública centralizada e descentralizada do Estado do Paraná que não tenham disciplina legal específica.

Parágrafo Único - Considera-se integrante da Administração descentralizada estadual toda pessoa jurídica controlada ou mantida, direta ou indiretamente, pelo Poder Público Estadual, seja qual for seu regime jurídico.

Art. 2º -As normas desta lei aplicam-se subsidiariamente aos atos e procedimentos administrativos com disciplina específica.

Art. 3º - Os prazos fixados em normas legais especificadas prevalecem sobre os desta lei.

TÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Art. 4º - A Administração Pública atuará em obediência aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, finalidade, interesse público e motivação dos atos administrativos.

Art. 5º - A norma administrativa deve ser interpretada e aplicada da forma que melhor garanta a realização do fim público a que se dirige.

Art. 6º - Somente a lei poderá:

I - criar condicionamentos aos direitos dos particulares ou impor-lhes deveres de qualquer espécie; e

II - prever infrações ou prescrever sanções.

TÍTULO III

DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

Capítulo I

Disposição Preliminar

Art. 7º - A Administração não iniciará qualquer atuação material relacionada com a esfera jurídica dos particulares sem a prévia expedição do ato administração que lhe sirva de fundamento, salvo na hipótese de expressa previsão legal.

Capítulo II

Da Invalidade dos Atos

Art. 8º - São inválidos os atos administrativos que desatendam os pressupostos legais e regulamentares de sua edição, ou os princípios da Administração, especialmente nos casos de:

- I - incompetência da pessoa jurídica, órgão ou agente de que emana;
- II - omissão de formalidade ou procedimentos essenciais;
- III - impropriedade do objeto;
- IV - inexistência ou impropriedade do motivo de fato ou de direito;
- V - desvio de poder;
- VI - falta ou insuficiência de motivação.

Parágrafo Único - Nos atos discricionários, serão razão de invalidade a falta de correlação lógica entre o motivo e o conteúdo do ato, tendo em vista sua finalidade.

Art. 9º - A motivação indicará as razões que justifiquem a edição do ato, especialmente a regra de competência, os fundamentos de fato e de direito e a finalidade objetivada.

Art. 10 - A Administração anulará seus atos inválidos, de ofício ou por provocação de pessoa interessada, salvo quando:

- I - ultrapassado o prazo de 10 (dez) anos contados de sua produção;
- II - da irregularidade não resultar qualquer pre-juízo;
- III - forem passíveis de convalidação.

Art. 11 - A administração poderá convalidar seus atos inválidos quando a invalidade decorrer de vício de competência ou de ordem formal, desde que:

- I - na hipótese de vício de competência, a convalidação seja feita pela autoridade titulada para a prática do ato, e não se trate de competência indelégável;
- II - na hipótese de vício formal, este possa ser suprido de modo eficaz.

§ 1º - Não será admitida a convalidação quando dela resultar prejuízo à Administração ou a terceiros ou quando se trata de ato impugnado.

§ 2º - A convalidação será sempre formalizada por ato motivado.

Capítulo III

Da Formalização dos Atos

Art. 12 - São atos administrativos:

I - de competência privativa:

- a) ao Governador do Estado, o Decreto;
- b) dos Secretários de Estado, do Procurador Geral do Estado e dos Reitores das Universidades, a Resolução;

c) dos órgãos colegiados, a Deliberação.

II - de competência comum:

a) a todas as autoridades, até o nível de Diretor; as autoridades policiais; aos dirigentes das entidades descentralizadas, bem como, quando estabelecido em norma legal específica, a outras autoridades administrativas, a Portaria;

b) a todas as autoridades ou agentes da Administração, os demais atos administrativos, tais como Ofício, Ordens de Serviço, Instrução de Serviço e outros.

§ 1º - Os atos administrativos, executados os decretos, serão numerados em séries próprias, com renovação anual, identificando-se pela sua denominação, seguida da sigla do órgão ou entidade que os tenha expedido.

Art. 13 - Os atos administrativos produzidos por escrito indicarão a data e o local de sua edição. E contarão a identificação nominal, funcional e a assinatura da autoridade responsável.

Art. 14 - Os atos de conteúdo normativo e os de caráter geral serão numerados em séries específicas, seguidamente, sem renovação anual.

Art. 15 - Os regulamentos serão editados por decreto, observada as seguintes regras:

I - nenhum regulamento poderá ser editado sem base em lei, nem prever infrações, sanções, deveres ou condicionamentos de direitos nela não estabelecidos;

II - os decretos serão referendados pelos secretários de Estado em cuja área de atuação devam incidir, ou pelo Procurador Geral do Estado, quando for o caso;

III - nenhum decreto regulamentar será editado sem exposição de motivos que demonstre o fundamento legal de sua edição, a finalidade das medidas adotadas e a extensão de seus efeitos;

IV - as minutas de regulamento serão obrigatoriamente submetidas ao órgão jurídico compe-

tente, antes de sua apreciação pelo Governo do Estado.

Capítulo IV

Da Publicidade dos Atos

Art. 16 - Os atos administrativos, inclusive os de caráter geral, entrarão em vigor na data de sua publicação, salvo disposição expressa em contrário.

Art. 17 - Salvo norma expressa em contrário, a publicidade dos atos administrativos consistirá em sua publicação no Diário Oficial do Estado, ou, quando for o caso, na citação, notificação ou intimação do interessado.

§ único - A publicação dos atos sem conteúdo normativo poderá ser resumida.

Capítulo V

Do Prazo para a Produção dos Atos

Art. 18 - Será de 60 (sessenta) dias, se outra não for a determinação legal, o prazo máximo para a prática de atos administrativos isolados, que não exijam procedimento para sua prolação, ou para a adoção, pela autoridade pública, de outras providências necessárias {a aplicação de lei ou decisão administrativa.

§ único - O prazo fluirá a partir do momento em que, à vista das circunstâncias, tornar-se logicamente possível a produção do ato ou a adoção da medida, permitida prorrogação, quando cabível, mediante proposta justificada.

Capítulo VI

Da Delegação e da Avocação

Art. 19 - Salvo vedação legal, as autoridades superiores poderão delegar a seus subordinados a prática de atos de sua competência ou avocar os de competência destes.

Art. 20 - São indelegáveis, entre outras hipóteses decorrentes de normas específicas:

I - a competência para a edição de atos normativos que regulem direitos e deveres dos administrados;

II - as atribuições recebidas por delegação, salvo autorização expressa e na forma por ela determinada;

III - a totalidade da competência do órgão;

IV - as competências essenciais do órgão, que justifiquem sua existência.

§ único - O órgão colegiado não pode delegar suas funções, mas apenas a execução material de suas deliberações.

TÍTULO IV

DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

Capítulo I

Normas Gerais

Seção I

Dos Princípios

Art. 21 - Os atos da Administração serão precedidos do procedimento adequado à sua validade e à proteção dos direitos e interesses dos particulares.

Art. 22 - Nos procedimentos administrativos observar-se-ão, entre outros requisitos de validade, a igualdade entre os administrados e o devido processo legal, especialmente quanto à exigência de publicidade, do contraditório, da ampla defesa e, quando for o caso, do despacho ou decisão motivados.

§ 1º - Para atendimento dos princípios previstos neste artigo serão assegurados às partes o direito de emitir manifestação, de oferecer provas e acompanhar sua produção, de obter vista e de recorrer.

§ 2º - Somente poderão ser recursadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelos interessados quando sejam ilícitas, impertinentes, ou protelatórios.

Seção II

Do Direito de Petição

Art. 23 - É assegurado a qualquer pessoa, física ou jurídica, independentemente de pagamento, o direito de petição contra ilegalidade ou abuso de poder e para a defesa de direitos.

Parágrafo Único - As entidades associativas, quando expressamente autorizadas por seus estatutos ou por ato especial, e os sindicatos poderão exercer o direito de petição, em defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais de seus membros.

Art. 24 - Em nenhuma hipótese, a Administração poderá recusar-se a protocolar a petição, sob pena de responsabilidade do agente.

Seção III

Da Instrução

Art. 25 - Os procedimentos serão impulsionados e instruídos de ofício, atendendo-se à celeridade, economia, simplicidade e utilidade dos trâmites.

Art. 26 - O órgão ou entidade da Administração Estadual que necessitar de informações de outro, para instrução de procedimento administrativo, poderá requisitá-las diretamente, sem observância da vincu-

lação hierárquica, mediante ofício, do qual uma cópia será juntada aos autos.

Art. 27 - Durante a instrução, os autos do procedimento administração permanecerão na repetição competente.

Art. 28 - Quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, o órgão competente poderá, mediante despacho motivado, autorizar consulta pública para manifestação de terceiros, antes de decisão do pedido, se não houver prejuízo para a parte interessada.

§ 1º - A abertura da consulta pública será objeto de divulgação pelos meios oficiais, a fim de que os autos possam ser examinados pelos interessados, fixando-se prazo para oferecimento de alegações escritas.

§ 2º - O comparecimento à consulta pública não confere, por si, a condição de interessado no processo, mas constitui o direito de obter da Administração resposta fundamentada.

Art. 29 - Antes da tomada de decisão, a juízo da autoridade, diante da relevância da questão, poderá ser realizada audiência pública para debates sobre a matéria do processo.

Art. 30 - Os órgãos e entidades administrativas, em matéria relevante, poderão estabelecer outros meios de participação dos administrados, diretamente ou por meio de organizações e associações legalmente reconhecidas.

Art. 31 - Os resultados da consulta e audiência pública e de outros meios de participação dos administrados deverão ser acompanhados da indicação do procedimento adotado.

Seção IV

Dos Prazos

Art. 32 - Quando outros não estiverem previstos nesta lei ou em disposições especiais, serão obedecidos os seguintes prazos máximos nos procedimentos administrativos.

I - para autuação, juntada aos autos de quaisquer elementos, publicação e outras providências de mero expediente: 2 (dois) dias;

II - para expedição de notificação ou intimação pessoal: 6 (seis) dias;

III - para elaboração e apresentação de informes sem caráter técnico ou jurídico: 7 (sete) dias;

IV - para elaboração e apresentação de pareceres ou informes de caráter técnico ou jurídico: 20 (vinte) dias, prorrogáveis, por 10 (dez) dias quando a diligência requerer o deslocamento do agente para

localidade diversa daquela onde tem sua sede de exercício;

V - para decisões no curso do procedimento: 7 (sete) dias;

VI - para manifestações do particular ou providências a seu cargo: 7 (sete) dias;

VII - para decisão final: 20 (vinte) dias;

VIII - para outras providências da Administração: 5 (cinco) dias;

§ 1º - O prazo fluirá a partir do momento em que, à vista das circunstâncias, tornar-se logicamente possível a produção do ato ou a adoção da providência.

§ 2º - Os prazos previstos neste artigo poderão ser, caso a caso, prorrogados uma vez, por igual período, pela autoridade superior, à vista de representação fundamentada do agente responsável por seu cumprimento.

Art. 33 - O prazo máximo para decisão de requerimentos de qualquer espécie apresentados à Administração será de 120 (cento e vinte) dias, se outro não for legalmente estabelecido.

§ 1º - Ultrapassado o prazo sem decisão, o interessado poderá considerar rejeitado o requerimento na esfera administrativa, salvo previsão legal ou regulamento em contrário.

§ 2º - Quanto a complexidade da questão envolvida não permitir o atendimento do prazo previsto neste artigo, a autoridade cientificará o interessado das providências até então tomadas, sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior.

§ 3º - O disposto no § 1º deste artigo não onera a autoridade do dever de apreciar o requerimento.

Seção V

Da Publicidade

Art. 34 - No curso de qualquer procedimento administrativo, as citações, intimações e notificações quando feitas pessoalmente ou por carta com aviso de recebimento, observarão as seguintes regras:

I - constitui ônus do requerente informar seu endereço para correspondência, bem como alterações poste-riores;

II - considera-se efetivada a intimação ou notificação por carta com sua entrega no endereço fornecido pelo interessado.

III - será obrigatoriamente pessoal a citação do acusado em procedimento administrativo e a intimação do terceiro interessado em procedimento de invalidação.

IV - na citação, notificação ou intimação pessoal, caso o destinatário se recuse a assinar o com-

provante de recebimento, o serviço encarregado certificará a entrega e a recusa.

V - quando o particular estiver representado nos autos por procurador, a este serão dirigidas as notificações e intimações salvo disposição em contrário.

Parágrafo Único - Na hipótese do inciso III, não encontrado o interessado, a citação ou a intimação serão feitas por edital publicado no Diário Oficial do Estado.

Art. 35 - Durante a instrução, será concedida vista dos autos ao interessado, mediante simples solicitação, sempre que não prejudicar o curso do procedimento.

Parágrafo Único - A concessão de vista será obrigatória, no prazo para manifestação do interessado ou para apresentação de recursos, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

Art. 36 - Ao advogado é assegurado o direito de retirar os autos da repartição, mediante recibo, durante o prazo para manifestação de seu constituinte, salvo na hipótese de prazo comum.

Capítulo II

Dos Recursos

Seção I

Da Legitimação para Recorrer

Art. 37 - Todo aquele que for afetado por decisão administrativa poderá dela recorrer, em defesa de interesse ou direito.

Art. 38 - À Procuradoria Geral do Estado compete recorrer de ofício de decisões que contrariarem Súmula Administrativa ou Despacho Normativo do Governador do Estado, sem prejuízo da possibilidade de deflagrar, de ofício, o procedimento invalidatório pertinente, nas hipóteses em que já tenha decorrido o prazo recursal.

Seção II

Da Competência para Conhecer do Recurso

Art. 39 - Quando norma legal não dispuser de outro modo, será competente para conhecer do recurso a autoridade imediatamente superior àquela que praticou o ato.

Art. 40 - Salvo disposição legal em contrário, a instância máxima para o recurso administrativo será:

I - na Administração centralizada, o Secretário de Estado ou autoridade a ele equiparada, excetuados os casos em que o ato tenha sido por ele praticado originalmente; e

II - na Administração descentralizada, o dirigente superior da pessoa jurídica.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não se aplica ao recurso previsto no artigo 38.

Seção III

Das situações Especiais

Art. 41 - São irrecorríveis, na esfera administrativa, os atos de mero expediente ou preparatórios de decisões.

Art. 42 - Contra decisões tomadas originalmente pelo Governador do Estado ou pelo dirigente superior de pessoa jurídica da Administração descentralizada, caberá pedido de reconsideração, que não poderá ser renovado, observando-se, no que couber, o regime do recurso hierárquico.

Parágrafo Único - O pedido de reconsideração só será admitido se contiver novos argumentos, e será sempre dirigido à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a decisão.

Seção IV

Dos Requisitos da Petição de Recurso

Art. 43 - A petição de recurso observará os seguintes requisitos:

I - será dirigida à autoridade recorrida e protocolada no órgão a que esta pertencer;

II - trará a indicação do nome, qualificação e endereço do recorrente;

III - conterá exposição, clara e completa, das razões da inconformidade.

Art. 44 - Salvo disposição legal em contrário, o prazo para apresentação de recurso ou pedido de reconsideração será de 15 (quinze) dias contados da publicação ou notificação do ato.

Art. 45 - Conhecer-se-á do recurso erroneamente designado, quando de seu conteúdo resultar indubitosa a impugnação do ato.

Seção V

Dos Efeitos dos Recursos

Art. 46 - O recurso será recebido no efeito devolutivo, exceto se:

I - houver previsão legal ou regulamentar em contrário; e

II - além de relevante seu fundamento, da execução do ato recorrido, se provido, puder resultar a ineficácia da decisão final.

Parágrafo Único - Na hipótese do inciso II, o recorrente poderá requerer, fundamentadamente,

em petição anexa ao recurso, a concessão do efeito suspensivo.

Seção VI

Da Tramitação dos Recursos

Art. 47 - A tramitação dos recursos observará as seguintes regras:

I - a petição será juntada aos autos em 2 (dois) dias, contados da data do seu protocolo;

II - quando os autos em que foi produzida a decisão recorrida tiveram de permanecer na repartição de origem para quaisquer outras providências cabíveis, o recurso será autuado em separado, transladando-se cópias dos elementos necessários;

III - requerida a concessão de efeito suspensivo, a autoridade recorrida apreciará o pedido nos 5 (cinco) dias subseqüentes;

IV - havendo outros interessados representados nos autos, serão estes intimados, com prazo comum de 15 (quinze) dias, para oferecimento de contra-razões;

V - com ou sem contra-razões, os autos serão submetidos ao órgão jurídico para elaboração de parecer, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, salvo na hipótese do artigo 38;

VI - a autoridade recorrida poderá reconsiderar seu ato, nos 7 (sete) dias subseqüentes;

VII - mantido o ato, os autos serão encaminhados à autoridade competente para conhecer do recurso, para decisão, em 30 (trinta) dias.

§ 1º - As decisões previstas nos incisos III, VI e VII serão encaminhadas, em 2 (dois) dias, à publicação no Diário Oficial do Estado.

§ 2º - Da decisão prevista no inciso III, não caberá recurso na esfera administrativa.

Art. 48 - os recursos dirigidos ao Governador do Estado, serão previamente, submetidos à Procuradoria Geral do Estado ou ao órgão de consultoria jurídica da entidade descentralizada para parecer, a ser apresentado no prazo máximo de 20 (vinte) dias.

Seção VII

Da Decisão e seus Efeitos

Art. 49 - A decisão de recurso não poderá, no mesmo procedimento, agravar a restrição produzida pelo ato ao interesse do recorrente, salvo em casos de invalidação.

Art. 50 - Ultrapassado, sem decisão, o prazo de 120 (cento e vinte) dias contado do protocolo do recurso que tramita sem efeito suspensivo, o recorrente poderá considerá-lo rejeitado na esfera administrativa.

§ 1º - No caso do pedido de reconsideração previsto no artigo 42, o prazo para a decisão será de 90 (noventa) dias.

§ 2º - O disposto neste artigo não desonera a autoridade do dever de apreciar o recurso.

Art. 51 - Esgotados os recursos, a decisão final tomada em procedimento administrativo formalmente regular, não poderá ser modificada pela Administração, salvo por anulação ou revisão, ou quando o ato, por sua natureza, for revogável.

Capítulo III

Dos Procedimentos em Espécie

Seção I

Do Procedimento de Outorga

Art. 52 - Regem-se pelo disposto nesta Seção os pedidos de reconhecimento, de atribuição ou de liberação do exercício do direito.

Art. 53 - A competência para apreciação do requerimento será do dirigente do órgão ou entidade encarregados da matéria versada, salvo previsão legal ou regulamentar em contrário.

Art. 54 - O requerimento será dirigido à autoridade competente para sua decisão, devendo indicar:

I - o nome, a qualificação e o endereço do requerente;

II - os fundamentos de fato e de direito do pedido;

III - a providência pretendida;

IV - as provas em poder da Administração que o requerente pretende ver juntadas aos autos.

Parágrafo Único - O requerimento será desde logo instruído com a prova documental de que o interessado disponha.

Art. 55 - A tramitação dos requerimentos de que trata esta Seção observará as seguintes regras:

I - protocolado o expediente, o órgão que o receber providenciará a autuação e seu encaminhamento à repartição competente, no prazo de 2 (dois) dias;

II - o requerimento será desde logo indeferido, se não atender aos requisitos dos incisos I a IV do artigo anterior, notificando-se o requerente;

III - se o requerimento houver sido dirigido a órgão incompetente, este providenciará seu encaminhamento à unidade adequada, notificando-se o requerente;

IV - a autoridade determinará as providências adequadas à instrução dos autos, ouvindo, em caso de dúvida quanto à matéria jurídica, o órgão de consultoria jurídica;

V - quando os elementos colhidos puderem conduzir ao indeferimento, o requerente será intimado com prazo de 7 (sete) dias para manifestação final;

VI - terminada a instrução, a autoridade decidirá, em despacho motivado, nos 20 (vinte) dias subseqüentes;

VII - da decisão caberá recurso hierárquico.

Art. 56 - Quando duas ou mais pessoas pretenderem da Administração o reconhecimento ou atribuição de direitos que se excluam mutuamente, será instaurado procedimento administrativo para a decisão, em observância das normas do artigo anterior, e das ditadas pelos princípios da igualdade e do contraditório.

Seção II

Do Procedimento de Invalidação

Art. 57 - Rege-se pelo disposto nesta Seção o procedimento para invalidação de ato ou contrato administrativo e, no que couber, de outros ajustes.

Art. 58 - O procedimento para invalidação provocada observará as seguintes regras:

I - o requerimento será dirigido à autoridade que praticou o ato ou firmou o contrato, atendidos os requisitos do artigo 54;

II - recebido o requerimento, será ele submetido ao órgão de consultoria jurídica para emissão de parecer, em 20 (vinte) dias;

III - o órgão jurídico opinará sobre a procedência ou não do pedido, sugerindo, quando for o caso, providências para a instrução dos autos e esclarecendo se a eventual invalidação atingirá terceiros;

IV - quando o parecer apontar a existência de terceiros interessados, a autoridade determinará sua intimação, para, em 15 (quinze) dias, manifestar-se a respeito;

V - concluída a instrução, serão intimadas as partes para, em 7 (sete) dias, apresentarem suas razões finais;

VI - a autoridade, ouvindo o órgão jurídico, decidirá em 20 (vinte) dias, por despacho motivado, do qual serão intimadas as partes;

VII - da decisão, caberá recurso hierárquico.

Art. 59 - O procedimento para invalidação de ofício observará as seguintes regras:

I - quando se tratar da invalidade de ato ou contrato, a autoridade que o praticou, ou seu superior hierárquico, submeterá o assunto ao órgão de consultoria jurídica;

II - o órgão jurídico opinará sobre a validade do ato ou contrato, sugerindo, quando for o caso,

providências para instrução dos autos, e indicará a necessidade ou não da instauração de contraditório, hipótese em que serão aplicadas as disposições dos incisos IV a VII do artigo anterior.

Art. 60 - No curso de procedimento de invalidação, a autoridade poderá, de ofício ou em face de requerimento, suspender a execução do ato ou contrato, para evitar prejuízos de reparação onerosa ou impossível.

Art. 61 - Invalidado o ato ou contrato, a Administração tomará as providências necessárias para desfazer os efeitos produzidos, salvo quanto a terceiros de boa fé, determinando a apuração de eventuais responsabilidades.

Seção III

Do Procedimento Sancionatório

Art. 62 - Nenhuma sanção administrativa será aplicada a pessoa física ou jurídica pela Administração Pública, sem que lhe seja assegurada ampla defesa, em procedimento sancionatório.

Parágrafo Único - No curso do procedimento ou, em caso de extrema urgência, antes dele, a Administração poderá adotar as medidas cautelares estritamente indispensáveis à eficácia do ato final.

Art. 63 - O procedimento sancionatório observará, salvo legislação específica, as seguintes regras:

I - verificada a ocorrência de infração administrativa, será instaurado o respectivo procedimento para sua apuração;

II - o ato de instauração, expedição pela autoridade competente, indicará os fatos em que se baseia e as normas pertinentes à infração e à sanção aplicável;

III - o acusado será citado ou intimado, com cópia do ato de instauração, para, em 15 (quinze) dias, oferecer sua defesa e indicar as provas que pretende produzir;

IV - caso haja requerimento para produção de provas, a autoridade apreciará sua pertinência, em despacho motivado;

V - o acusado será intimado para:

a) manifestar-se, em 7 (sete) dias, sobre os documentos juntados aos autos pela autoridade, se maior prazo não lhe for assinado em face da complexidade da prova;

b) acompanhar a produção das provas orais, com antecedência mínima de 2 (dois) dias;

c) formular quesitos e indicar assistente técnico, quando necessária prova pericial, em 7 (sete) dias;

d) concluída a instrução, apresentar, em 7 (sete) dias, suas alegações finais;

VI - antes da decisão, será ouvido o órgão de consultoria jurídica;

VII - a decisão, devidamente motivada, será proferida no prazo máximo de 20 (vinte) dias, notificando-se o interessado por publicação no Diário Oficial do Estado;

VIII - da decisão caberá recurso.

Art. 64 - O procedimento sancionatório será sigilosos até decisão final, salvo em relação ao acusado, seu procurador ou terceiro que demonstre legítimo interesse.

Parágrafo Único - Incindir-se-á em infração disciplinar grave o servidor que, por qualquer forma, divulgar irregularmente informações relativas à acusação, ao acusado ou ao procedimento.

Seção IV

Do Procedimento de Reparação de Danos

Art. 65 - Aquele que pretender, da Fazenda Pública, ressarcimento por danos causados por agente público, agindo nessa qualidade, poderá requerê-lo administrativamente, observadas as seguintes regras:

I - o requerimento será protocolado na Procuradoria Geral do Estado, até 5 (cinco) anos contados do ato ou fato que houver dado causa ao dano;

II - o protocolo do requerimento suspende, nos termos da legislação pertinente, a prescrição da ação de responsabilidade contra o Estado, pelo período que durar sua tramitação;

III - o requerimento conterá os requisitos do artigo 54, devendo trazer indicação precisa do montante atualizado da indenização pretendida, e declaração de que o interessado concorda com as condições contidas neste artigo e no subsequente;

IV - o procedimento, dirigido por Procurador do Estado, observará as regras do art. 55;

V - a decisão do requerimento caberá ao Procurador Geral do Estado ou ao dirigente da entidade descentralizada, que recorrerão de ofício ao Governador, nas hipóteses previstas em regulamento;

VI - acolhido em definitivo o pedido, total ou parcialmente, será feita, em 15 (quinze) dias, a inscrição, em registro cronológico, do valor atualizado do débito, intimando-se o interessado;

VII - a ausência de manifestação expressa do interessado, em 10 (dez) dias, contados da intimação, implicará em concordância com o valor inscrito; caso não concorde com esse valor, o interessado poderá, no mesmo prazo, apresentar desistência, cancelando-se a inscrição e arquivando-se os autos;

VIII - os débitos inscritos até 1º de julho serão pagos até o último dia útil do exercício seguinte, à conta de dotação orçamentária específica;

IX - o depósito, em conta aberta em favor do interessado, do valor inscrito, atualizado monetariamente até o mês do pagamento, importará em quitação do débito;

X - o interessado, mediante prévia notificação à Administração, poderá considerar indeferido seu requerimento caso o pagamento não se realize na forma e no prazo previstos nos incisos VIII e IX.

§ 1º - Quando o interessado utilizar-se da faculdade prevista nos incisos VII, parte final, e X, perderá qualquer efeito o ato que tiver acolhido o pedido, não se podendo invocá-lo como reconhecimento da responsabilidade administrativa.

§ 2º - Devidamente autorizados pelo Governador, o Procurador Geral do Estado poderá delegar no âmbito da Administração centralizada, a competência prevista no inciso V, hipótese em que o delegante tornar-se-á a instância máxima de recurso.

Art. 66 - Nas indenizações pagas nos termos do artigo anterior, não incidirão juros e honorários advocatícios.

Art. 67 - Quando a Fazenda houver ressarcido extrajudicialmente o particular, a procuradoria Geral do Estado, em 10 (dez) dias, determinará a instauração de procedimento para apuração de eventual responsabilidade civil de agente público, por culpa ou dolo.

Art. 68 - Concluindo-se pela responsabilidade civil do agente, será ele intimado para, em 30 (trinta) dias, recolher aos cofres públicos o valor do prejuízo suportado pela Fazenda atualizado monetariamente.

Art. 69 - Vencido, sem pagamento, o prazo estipulado no artigo anterior, será proposta de imediato, a respectiva ação judicial para cobrança do débito.

Art. 70 - Aplica-se o disposto nesta Seção às entidades descentralizadas, observada a respectiva estrutura administrativa.

Seção V

Do Procedimento para Obtenção de Certidão

Art. 71 - É assegurada, nos termos do artigo 5º, XXXIV, "b", da Constituição Federal, a expedição de certidão sobre atos, contratos, decisões ou pareceres constantes de registro ou autos de proced-

imentos em poder da Administração Pública, ressalvado o disposto no artigo 75.

Parágrafo Único - As certidões serão expedidas sob a forma de relato ou mediante cópia reprográfica dos elementos pretendidos.

Art. 72 - Para o exercício do direito previsto no artigo anterior, o interessado deverá protocolar requerimento no órgão competente, independentemente de qualquer pagamento, especificando os elementos que pretende ver certificados.

Art. 73 - O requerimento será apreciado em 5 (cinco) dias úteis, pela autoridade competente, que determinará a expedição da certidão requerida em prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis.

Art. 74 - O requerimento será indeferido, em despacho motivado, se a divulgação da informação solicitada colocar em comprovado risco a segurança da sociedade ou do Estado, violar a intimidade de terceiros ou não se enquadrar na hipótese constitucional.

§ 1º - Na hipótese deste artigo, a autoridade competente, antes de sua decisão, ouvirá o órgão de consultoria jurídica, que se manifestará em 3 (três) dias úteis.

§ 2º - Do indeferimento do pedido de certidão caberá recurso.

Art. 75 - A expedição da certidão independe de qualquer pagamento quando o requerente demonstrar sua necessidade para a defesa de direitos ou esclarecimento de situações de interesse pessoal.

Parágrafo Único - Nas demais hipóteses, o interessado deverá recolher o valor correspondente, conforme legislação específica.

Seção VI

Do Procedimento para Obtenção de Informações Pessoais

Art. 76 - Toda pessoa terá direito de acesso aos registros nominais que a seu respeito constem em qualquer espécie de fichário ou registro, informatizado ou não, dos órgãos ou entidades da Administração, inclusive policiais.

Art. 77 - O requerimento para obtenção de informações observará as seguintes regras:

I - o interessado apresentará, ao órgão ou entidade do qual pretende as informações, requerimento escrito manifestando o desejo de conhecer tudo o que a seu respeito conste das fichas ou registros existentes.

II - as informações serão fornecidas no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do protocolo do requerimento.

III - as informações serão transmitidas em linguagem clara e indicarão, conforme for requerido pelo interessado.

a) o conteúdo integral do que existir registrado;

b) a fonte das informações e dos registros;

c) o prazo até o qual os registros serão mantidos;

d) as categorias de pessoas que, por suas funções ou por necessidade do serviço, têm, diretamente, acesso aos registros;

e) as categorias de destinatários habilitados a receber comunicação desses registros; e

f) se tais registros são transmitidos a outros órgãos estaduais, e quais são esses órgãos.

Art. 78 - Os dados existentes, cujo conhecimento houver sido ocultado ao interessado, quando de sua solicitação de informações, não poderão, em hipótese alguma, ser utilizados em quaisquer procedimentos que vierem a ser contra o mesmo instaurados.

Art. 79 - Os órgãos ou entidades da Administração, ao coletar informações, devem esclarecer aos interessados.

I - o caráter obrigatório ou facultativo das respostas;

II - as consequências de qualquer incorreção nas respostas;

III - os órgãos aos quais se destinam as informações; e

IV - a existência do direito de acesso e de retificação das informações.

Parágrafo Único - Quando as informações forem colhidas mediante questionários impressos devem eles conter os esclarecimentos de que trata este artigo.

Art. 80 - É proibida a inserção ou conservação em fichário ou registro de dados nominais relativos a opiniões políticas, filosóficas ou religiosas, origem racial, orientação sexual e filiação sindical ou partidária.

Art. 81 - É vedada a utilização, sem autorização prévia do interessado, de dados pessoais para outros fins que não aqueles para os quais foram prestados.

Seção VII

Do Procedimento para Retificação de Informações Pessoais

Art. 82 - Qualquer pessoa tem o direito de exigir da Administração:

I - a eliminação completa de registro de dados falsos a seu respeito, os quais tenham sido obtidos por meios ilícitos, ou se refiram às hipóteses vedadas pelo artigo 80;

II - a retificação, complementação, esclarecimento ou atualização de dados incorretos, incompletos, dúbios ou desatualizados.

Parágrafo Único - Aplicam-se ao procedimento de retificação as regras contidas nos artigos 54 e 55.

Art. 83 - O fichário ou o registro nominal devem ser completados ou corrigidos, de ofício, assim que a entidade ou órgão por eles responsável tome conhecimento da incorreção, desatualização ou caráter incompleto de informações nele contidas.

Art 84 - No caso de informação já fornecida a terceiros, sua alteração será comunicada a estes, desde que requerida pelo interessado, a quem dará cópia da retificação.

Seção VIII

Do Procedimento de Denúncia

Art. 85 - Qualquer pessoa que tiver conhecimento de violação da ordem jurídica praticada por agentes administrativos, poderá denunciá-la à Administração.

Art. 86 - A denúncia conterà a identificação do seu autor, devendo indicar o fato e suas circunstâncias, e, se possível, seus responsáveis ou beneficiários;

Parágrafo Único - Quando a denúncia for apresentada verbalmente, a autoridade lavrará termo, assinado pelo denunciante.

Art. 87 - Instaurado o procedimento administrativo, a autoridade responsável determinará as providências necessárias à sua instrução, observando-se os prazos legais e as seguintes regras:

I - é obrigatória a manifestação do órgão de consultoria jurídica;

II - o denunciante não é parte no procedimento, podendo, entretanto, ser convocado para depor;

III - o resultado da denúncia será comunicado ao autor, se este assim solicitar.

Art. 88 - Incidirá em infração disciplinar grave a autoridade que não der andamento imediato, rápido e eficiente ao procedimento regulado nesta Seção.

TÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 89 - O descumprimento injustificado, pela Administração, dos prazos previstos nesta lei gera responsabilidade disciplinar, imputável aos agentes públicos encarregados do assunto, não implicando, necessariamente, em nulidade do procedimento.

§ 1º - Respondem também os superiores hierárquicos que se omitirem na fiscalização dos serviços de seus subordinados, ou que de algum modo concorram para a infração.

§ 2º - Os prazos concedidos aos particulares poderão ser devolvidos, mediante requerimento do interessado, quando óbices injustificados, causados pela Administração, resultarem na impossibilidade de atendimento do prazo fixado.

Art. 90 - Os prazos previstos nesta lei são contínuos, salvo disposição expressa em contrário, não se interrompendo aos domingos ou feriados.

Art. 91 - Quando norma não dispuser de forma diversa, os prazos serão computados excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º - Só se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente no órgão ou entidade.

§ 2º - Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil subsequente se, no dia do vencimento, o expediente for encerrado antes do horário normal.

Art. 92 - Esta lei entrará em vigor 120 (cento e vinte) dias contados da data de sua publicação.

Art. 93 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.02.99.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem como finalidade dotar a Administração Pública de um regramento jurídico capaz de disciplinar as relações entre os cidadãos e o setor público, assegurado, em toda a sua dimensão, o exercício dos direitos constitucionais consagrados tanto para os administrados, quanto para os servidores públicos.

Desse modo, a proposição trata de regulamentar os atos e procedimentos administrativos, da Administração centralizada e da descentralizada, e a maneira pela qual os princípios gerais da Administração ganham concretude.

Assim, desde a formalização do ato, passando por sua invalidação, publicidade, prazos, condições para delegação e Avocação, bem como os procedimentos concernentes ao direito de petição, outorga,

à aplicação de sanções, reparação de danos, expedição de certidões, denúncias, todas situações rotineiras e que, pelo projeto, passam a ter uma disciplina especial, conformando um regime jurídico democratizante das relações internas da Administração e desta com terceiros, tudo de acordo com os princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade, moralidade, motivação e finalidade, basilares para a realização de uma gestão pública eficiente e moderna.

A proposição, ampla e minuciosa, reflete a aspiração da sociedade por uma Administração Pública efetivamente a serviço da cidadania e submetida aos valores e normas promanadas do sistema constitucional vigente. Por essa razão, creio que possa merecer a devida análise desta Casa Legislativa, se necessário, ser aperfeiçoada, mas, outorgada ao povo do Paraná como uma importante contribuição do Legislativo à melhoria dos serviços prestados ao nosso povo.

PROJETO DE LEI Nº 14/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 11.027, de 29 de dezembro de 1.994, alterada pelas Leis nºs 11.096, de 16 de maio de 1.995 e 12.125, de 22 de abril de 1.998, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º -...

Parágrafo Único - A Região Metropolitana de Curitiba é constituída pelos Municípios de Curitiba, Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Mandirituba, Piên, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul, São José dos Pinhais, Quitandinha, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná, assim por outros municípios criados em áreas territoriais deles desmembradas”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.02.99.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A inclusão do Município de Piên, na lista dos municípios que constituem a região Metropolitana de Curitiba, se faz necessária, já que geográfica, histórica e economicamente encontra-se ligado à Grande Curitiba.

Assim sendo, esperamos através desta proposição sanar este erro de omissão na lei que

instituiu a Coordenação da região Metropolitana de Curitiba.

PROJETO DE LEI Nº 015/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o § 2º do Art, 71 da Lei nº 4.978, de 5 de dezembro de 1964, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 71 - ...

§ 1º - ...

§ 2º - De dois (2) em dois (2) anos, cessará o mandato de um terço dos membros do CEE, permitida a recondução. Ao ser constituído o CEE, um terço (1/3) de seus membros terá mandato apenas de dois (2) anos, e um terço (1/3) de quatro (4) anos.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.02.99.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei, alterando a Lei nº 4.978, de 5 de dezembro de 1964, com o objetivo de proporcionar condições para uma melhor condução dos trabalhos do Conselho Estadual de Educação.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 016/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Congonhinhas - Estado do Paraná, um terreno urbano, com a área de 374m², onde se encontra edificado um prédio de alvenaria, com 220m², registrado sob o nº 1.849, no livro nº 2, às fls. 190, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Jerônimo da Serra.

Art. 2º - O imóvel de que se trata o art. 1º, desta lei, será destinado à sede da Câmara Municipal de Congonhinhas.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.02.99.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Por escritura pública de venda e compra, lavrada no Tabelionato de Notas de Congonhinhas, no livro nº 10, fls. 67 a 70, em 05/11/1953, o Estado do Paraná adquiriu um terreno urbano com a área de 374m², contendo um prédio de alvenaria, com 2 (dois) pavimentos, medindo 220 m², sito a Rua São José, esquina com a Avenida São Luiz.

O referido imóvel, foi destinado pelo Estado do Paraná, para a Agência de Rendas do Estado.

Com a desativação da Agência de Rendas no Município, o imóvel encontra-se desocupado sem nenhuma função pública.

A pretensão do município é destinar o imóvel a Câmara Municipal de Congonhinhas para a instalação do Poder Legislativo Municipal.

Desta forma, esperamos o devido apoioamento e conseqüentemente aprovação a esta proposta de lei que visa dar ao Legislativo Municipal sede própria.

PROJETO DE LEI Nº 017/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Congonhinhas - Estado do Paraná, uma área de terras e benfeitorias nela existentes, medindo 3.600m², registrada sob o nº 292, do livro nº 1, às folhas 61, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Jerônimo da Serra.

Parágrafo Único - O imóvel de que trata o *caput* deste artigo, continuará destinado a estabelecimento escolar.

Art. 2º - O referido imóvel fica gravado com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.02.99.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Por escritura pública de doação lavrada no Tabelionato de Notas de Congonhinhas, no livro nº 05, fls. 186 e 187. Em 20/12/1949, a Prefeitura Municipal de Congonhinhas, fez a doação de um terreno com 3.600m², para o Estado do Paraná, destinado a construção de um Grupo Escolar, o que foi feito.

No referido terreno encontra-se edificado a Escola Municipal João Carneiro da Silva - Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries, com 822,62m² de área construída.

Com a municipalização do Ensino Fundamental, os encargos ficaram com o Município de Congonhinhas, que é obrigado a liberação de recursos para a manutenção da escola.

Diante, da nova situação, faz-se necessário a volta do patrimônio para o município, para que possa ocorrer uma correta destinação de recursos.

Do exposto, objetivando melhorias no prédio, solicitamos a doação do imóvel ao município.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk.

Antes, porém, o Senhor 1º Secretário procederá a leitura da composição das Comissões, conforme cálculos elaborados pela Mesa.

A Mesa solicita aos Senhores Deputados e às Lideranças, que confirmem os cálculos e terão o prazo de cinco dias para contestar ou confirmá-los.

Terão dez dias, a partir da data de hoje, os Partidos e os Deputados que quiserem fazer as acomodações partidárias. Caso não apresentarem mudanças na representação partidária, vamos compor as Comissões que valerão para o ano de 1999.

O Senhor 1º Secretário procederá a leitura e as Lideranças receberão os cálculos elaborados pela Mesa.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Hermas Brandão)

(Lê):

“GABINETE DA PRESIDÊNCIA

O quociente para organizar as Comissões Permanentes nas duas primeiras Sessões Legislativas da 14ª Legislatura, conforme a composição partidária nesta data, 23 de fevereiro de 1999, em conformidade com a Seção II do Regimento Interno, será a seguinte:

1 - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - 15 membros.

Partido	Nº de Deputados	Quociente	Membros
PFL	10	2,77	03
PTB	10	2,77	03
PPB	07	1,94	02
PMDB	07	1,94	02
PSDB	06	1,66	02
PT	04	1,11	01
PDT	03	0,83	01
PSB	02	0,55	01 (*)

PSC	02	0,55	01 (*)
PL	02	0,55	01 (*)
Sem Partido	01	0,27	00

(*) Houve empate no quociente entre os três Partidos, neste caso haverá um sorteio para preenchimento da última vaga na C.C.J..

2 - COMISSÕES COMPOSTAS por sete (07) membros.

- 01 - Comissão de Finanças;
- 02 - Comissão de Orçamento;
- 03 - Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio;
- 04 - Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação;
- 05 - Comissão de Educação, Cultura e Esportes;
- 06 - Comissão de Terras, Imigração e Colonização;
- 07 - Comissão de Segurança Pública;
- 08 - Comissão de Saúde Pública;
- 09 - Comissão de Redação;
- 10 - Comissão de Tomada de Contas;
- 11 - Comissão de Turismo;
- 12 - Comissão de Ecologia e Meio Ambiente;
- 13 - Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa;
- 14 - Comissão do MERCOSUL; e
- 15 - Comissão dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Partido	Nº de Deputados	Quociente	Membros
PFL	10	1,29	01
PTB	10	1,29	01
PPB	07	0,90	01
PMDB	07	0,90	01
PSDB	06	0,77	01
PT	04	0,51	01
PDT	03	0,38	01
PSB	02	0,25	00
PSC	02	0,25	00
PL	02	0,25	00
Sem Partido	01	0,12	00

COMISSÕES ESPECIAIS com cinco (05) membros:

Partido	Nº de Deputados	Quociente	Membros
PFL	10	0,92	01
PTB	10	0,92	01
PPB	07	0,64	01
PMDB	07	0,64	01
PSDB	06	0,55	01
PT	04	0,27	00
PDT	03	0,27	00
PSB	02	0,18	00
PSC	02	0,18	00
PL	02	0,18	00
Sem Partido	01	0,09	00

Dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da presente data, a organização das Comissões Permanentes poderá ser alterada desde que haja mudanças na composição partidária, obedecendo o critério consagrado pelo uso da Casa, garantindo a representação proporcional prevista Constitucional e Regimentalmente.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 23.02.99.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente"

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

A Mesa solicita às Lideranças que procedamos estudos para o exame da composição das Comissões, de acordo com a Constituição e com o Regimento Interno. Teremos 5 dias de prazo para isso e 10 dias para a acomodação partidária.

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Há quatro anos passados, quando o governador reeleito Jaime Lerner, assumiu o Governo do Estado tinha ele a meta pela qual o Paraná passaria por uma transformação que realmente aconteceu, transformação esta que teve a participação desta Casa, na pessoa do Secretário da Indústria e Comércio, Nelson Justus, que foi escolhido para representar este Parlamento no contexto administrativo deste Estado.

Qual foi a primeira medida adotada pelo Senhor Governador? Grandes centros desta Nação,

principalmente o ABC paulista dispunha daquilo que não tínhamos, que era realmente essencial para o desenvolvimento industrial do Estado do Paraná, e que foi a base da industrialização e era necessário o gás, o gasoduto, tão reclamado em solo paranista. Assim foi que nós, no Paraná, constituímos a primeira empresa paranaense, que é a Companhia Paranaense de Gás, visando o desenvolvimento econômico da Capital do Estado, da Região Metropolitana e do interior do nosso Paraná.

Desde o início quando aqui estávamos na representação política de Ponta Grossa e da região dos Campos Gerais, fomos ao então Secretário Nelson Justus, quando se desenhava num quadro o que é realidade no dia de hoje, que é o gasoduto do Paraná servido através da Companhia Paranaense de Gás- Curitiba e a Região Metropolitana. Pedíamos ao então Secretário que as regiões próximas do Paraná fossem atendidas, e assim o foram. Primeiramente, Campo Largo. Ali está sendo implantada a ligação do gasoduto, para levar o desenvolvimento a esta região próxima à capital. Numa segunda etapa tínhamos a palavra, o empenho, o trabalho do Secretário, do Presidente da Companhia Paranaense de Gás, do nosso Governador Jaime Lerner, que Ponta Grossa queria a extensão do gasoduto para o oferecimento, para a agilização maior da Sanbra, da Cargil, da Anderson Clayton, da Tetra-Park, que lá está, da Sadia e de outras empresas que com o carvão vegetal já não tinham aquele coeficiente necessário para o seu desenvolvimento.

E assim foi efetivado Senhor Presidente e Senhores Deputados. Ponta Grossa e a região dos Campos Gerais, no próximo dia 03, terão a assinatura, da participação dos empresários que farão o consumo final do nosso gás, para a implantação de novas indústrias e o auxílio às indústrias já existentes.

Mas qual foi a surpresa, hoje, Deputado Nelson Justus, nosso Secretário na ocasião que muito nos ajudou a situação de hoje é estranha, porque tivemos conhecimento da Companhia Paranaense de Gás, através de elementos da sua diretoria que a Rodonorte empresa que pegou a concessão do lote nº 05, que liga nossa capital ao interior do Estado, deseja cobrar 400 mil reais de anuidade para que tenha permissibilidade de assentar o gasoduto ao lado da rodovia, que não é sua, que é do Paraná, que foi construída com recursos dos paranaenses desde os ex-governadores Moisés Lupion, Parigot de Souza, Emílio Gomes, Ney Braga, José Richa, Álvaro Dias, Roberto Requião e agora nas mãos do atual governador. Rodovia feita com o sacrifício do Paraná, privatizada neste governo e iremos até as últimas consequências, Senhor Presidente e Senhores Deputados. Não é possível que a Rodonorte queira cobrar 400 mil reais de anuidade para permitir que o gás, que é de Utilidade Pública, que irá

gerar divisas para o Município de Ponta Grossa, para o Estado do Paraná e para a nossa União, na desenvoltura e no assentamento de novas indústrias, tenha a Rodonorte realmente condição pela qual vá cobrar pela implantação do gasoduto. É o "fim da picada", Senhor Presidente!

Já questionamos o Sindicato dos Transportadores de Cargas, desde o início daquela briga do pedágio absurdo que estavam cobrando. O Governador, sensibilizado em diversas e inúmeras reuniões que tivemos no Palácio Iguaçu, reduziu em 50% o pedágio e agora, quando o benefício vai ser estendido à região dos Campos Gerais, quando alguma coisa nova vai ser criada para o desenvolvimento daquela nossa cidade, da nossa região, vem a Rodonorte querer cobrar pedágio do gasoduto que vai ser implantado, pelo pagamento final de quem vai consumir o gás, pelo pagamento parcial de um financiamento obtido pela Companhia Paranaense de Gás de uma desenvoltura industrial que todos vemos, e ninguém pode parar, foi iniciado naquilo que realmente o Paraná hoje é orgulho da Nação, e isso não vamos deixar acontecer, que é a cobrança do assentamento do gasoduto.

Venho a esta Casa com dois requerimentos: um ao Senhor Governador do Estado, dizendo a ele que Ponta Grossa, a Associação Comercial da Cidade, os clubes de serviços, as lideranças, a Câmara Municipal, o prefeito e todos os homens de bem da cidade e região dos Campos Gerais, estarão somando com esta idéia nossa de não permitir que pedágio seja cobrado no assentamento do gasoduto a ser implantado na cidade e na região dos Campos Gerais.

Tenho a certeza que o segundo requerimento que estamos efetuando à direção da Rodonorte, estaremos atentos e entraremos na Justiça, se necessário for, e faremos com que realmente a razão e a decência sejam as primeiras no comportamento daquela empresa. Quero pedir aos nobres Deputados, à Presidência da Casa a somatória para que isso seja aprovado, para que isso não aconteça, porque no dia de amanhã, vamos ter o gás em Londrina, e já temos no quadro do Paraná, ali a ser implantado. Vamos ter o gás em Guarapuava, em Pitanga, em Apucarana, em Cascavel. O Paraná terá uma rede de gasoduto entrelaçado, não só pelo já existente, mas por aquele que vem da Bolívia e tenham a certeza os senhores, se não cortarmos o mal pela raiz, se não deixarmos realmente valer o interesse maior que é o interesse do Paraná, e no interesse de concessionária, eles irão cobrar em todo o solo paranístico, pedágio do gasoduto que será levado a todos os quadrantes do Estado.

Tenho a certeza absoluta, Senhores Deputados, que haverei de contar com o apoio desta Casa,

como sempre tive, nas boas intenções dos valores morais deste Estado.

Obrigado Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Convido o Deputado Nelson Justus, para assumir a Presidência, como estreante, na qualidade de 1º vice-Presidente. Vamos recebê-lo com uma salva de palmas.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Apenas para registrar, que neste final de semana, numa reunião em companhia do Deputado Anibal Khury, e também hoje com a participação do Deputado Moysés Leônidas, com o Líder Valdir Rossoni, com o Líder do meu Partido, Deputado Plauto Miró Guimarães conseguimos já uma vitória que não havíamos conseguido na gestão passada. Consegui 1 milhão e meio de reais, para a construção de dois centros de convivência na Cidade de Cambé, e transformar o córrego “Da Verdade”, que faz a divisa com o Jardim Bandeirantes e o Jardim Novo Bandeirantes, que apenas o Deputado Moysés e o Deputado Antonio Belinati conhecem, então ali nós temos uma divisa e o Córrego “Da Verdade” era uma velha aspiração do Prefeito José do Carmos, e eu consegui liberar 750 mil Reais, filmei e agora ele vai receber a sua segunda parcela para terminar a construção do córrego, porque o meu sonho era transformar aquele local numa área de recreação para os idosos, mesmo que fosse do Jardim Bandeirantes com o Jardim Novo Bandeirantes, uma pista de atletismo e uma série de outras benfeitorias, e também graças à ajuda do meu Líder Deputado Valdir Rossoni, graças à ajuda do Deputado Anibal Khury, e também com a participação do Deputado Moysés Leônidas, numa reunião hoje, estamos conseguindo já primeira parcela para a Santa Casa de Misericórdia de Londrina, que está passando por uma série de problemas, e como disse o Deputado Valdir Rossoni nesta nossa reunião, não é apenas a Santa Casa de Misericórdia de Londrina que passa por problemas, são milhares e milhares de Santas Casas de Misericórdia em todo o Paraná, em todo o Brasil, que passam por esse problema.

É muito fácil se falar em cidadania, se falar em justiça social, Deputado Neivo, Deputado Valdir Rossoni, Deputado Tony Garcia, quando se vê hospitais em Londrina, em Maringá, em Cascavel, em Medianeira, em Bela Vista do Paraíso, em Ibiporã, em Foz do Iguaçu, Santo Antônio da Platina, em São

Paulo, no Rio, basta os senhores assistirem o jornal Opinião Nacional, da TV Educativa; basta os senhores lerem O Diário Popular, a Folha do Paraná, a Gazeta do Povo, o Estado do Paraná, porque temos os melhores jornais do Brasil neste Estado, e nada devemos a outros estados brasileiros.

É muito fácil se falar em cidadania enquanto o trabalhador está na fila para marcar uma consulta e, às vezes, maltratado, humilhado, tem que voltar daqui há 30 dias.

Ontem, Deputada Serafina, V.Exa. que presta um grande trabalho de cidadania, como eu faço no Paraná, que tenho aqui na Assembléia o gabinete da “miséria”, e com muito orgulho; gabinete pé vermelho, gabinete do sofrimento. É muito fácil, Deputada Serafina, Deputado Baratter, falar de justiça social quando se vê aqui na minha Capital, desde domingo, já está uma fila de vários quilômetros para se conseguir uma vaga numa escola. É muito fácil fazer o discurso demagógico de se falar em cidadania quando as Santas Casas de Misericórdia estão falidas. É muito fácil se ver falar em justiça social enquanto os corredores deste Parlamento estão abarrotados de paráliticos, de deficientes, de crianças portadoras de câncer, estão abarrotados de famílias que não têm o que comer. É muito fácil o discurso demagógico de véspera de eleição. E muito fácil o discurso demagógico para se chegar ao poder. Chega-se ao poder, termina-se as eleições, dane-se o povo. E continua tudo a mesma coisa. Nada muda, nada se transforma.

Por isso, quero agradecer o Deputado Valdir Rossoni que tem se empenhado como Líder do Governo nessa nossa empreitada. Ele sabe que emendamos o Orçamento em milhões de Reais, não só para Londrina, porque eu não me considero Deputado de cocheira, me considero Deputado do Paraná. Fiz voto em 364 municípios do Estado e onde tive um voto tenho que dar satisfação a esse eleitor, porque não sou capacho do governo, não sou capacho de ninguém, ao eleitor sim, é que eu tenho que dar satisfação, ele tem o direito de me cobrar, ele tem o direito de exigir. Então, onde fiz um voto, tenho a satisfação de defender aquele município, porque ali tem um eleitor que acreditou na minha cara limpa de defender o Paraná na área da cidadania e na área da justiça social.

Agradeço Deputado Valdir Rossoni, pelo carinho que V.Exa. tem tido por mim e acredito por todos os Senhores Parlamentares, nesta luta de ajudar as Santas Casas de Misericórdia, porque, vejam bem, em Londrina nós temos uma Santa Casa que faz filas e filas, e falta, Deputado Takayama, dinheiro.

Deputado Ângelo Vanhoni, me lembro que na sua campanha para prefeito o senhor fez uma mensagem muito grande falando sobre a saúde do povo

e lamentavelmente V.Exa. não conseguiu, mas deu uma demonstração de ter feito uma campanha muito séria e voltada para a área de cidadania e justiça social.

Então, quero agradecer, Deputado Valdir, por tudo que V.Exa. tem feito por nós. São emendas que tivemos durante anos e anos por que passei por esta Casa, e continuo aqui e morrerei aqui nesta Casa. Tenho certeza que alguma coisa estamos plantando e vamos conseguir.

Não é fantasia emendar o Orçamento, é uma realidade. Temos que emendá-lo, temos que levar os nossos ideais para o Orçamento e tenho certeza que o Deputado Valdir Rossoni estará ao nosso lado. Vamos esquecer Oposição e Situação. Acho que todos os Deputados que estão aqui representam o Paraná, defendem o Paraná. Todos os senhores não são deputados de uma só cidade, todos são deputados do Estado do Paraná, como o meu amigo de Colombo, Deputado Edson Strapasson. Ele não é Deputado de Colombo, é do Paraná. Todos estamos aqui para defender o Estado do Paraná.

Quero agradecer a V.Exa., Deputado Valdir Rossoni, usei muito o seu nome nesta reunião e tenho certeza que vou conseguir êxitos na minha batalha, juntamente com o Deputado Moysés, para conseguir alguma coisa para que reergamos definitivamente a Santa Casa de Misericórdia de Londrina.

O Prefeito Antonio Belinati é meu particular amigo mas na campanha ele subia nos palanques, fazia o discurso e dizia: "O Alborghetti emenda lá, eu construo aqui e ele traz o resto". Então, queremos levar 3 módulos policiais que prometemos na campanha política para 3 bairros de Londrina e tenho certeza que o Prefeito Antônio Belinati construirá os módulos. As viaturas, os policiais e os demais adjetivos qualificativos que vão ajudar estes módulos policiais, tenho certeza que vamos conseguir do nosso Governador Jaime Lerner e do Secretário da Fazenda, Giovanni Geonédís.

Meus parabéns, Deputado Nelson Justus, que assume a Presidência desta Casa, um abraço a esta nova Mesa Executiva, meu abraço aos Deputados Annibelli, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi e espero que V.Exas. façam um grande trabalho, representem bem este Parlamento porque este é o grande Parlamento do Brasil e também o meu abraço fraterno a este grande homem, grande estadista Deputado Anibal Khury, que ajudou, e muito, hoje de manhã, a conseguirmos estes recursos para as Santas Casas e principalmente a de Londrina.

Muito obrigado!

O SR. IRINEU COLOMBO (*Pela Ordem*)

Primeiro gostaria de parabenizar V.Exa. pela assunção à Presidência desta Casa.

Em segundo lugar, queria anunciar a todos os colegas Deputados e à Mesa que a partir de agora quem passa a responder pela Liderança do PT é o Deputado Péricles Mello.

E, por último, Senhor Deputado, faço aqui em nome do Deputado Neivo Beraldin, que havia convidado a todos para uma confraternização hoje à noite, estamos transferindo devido ao mau tempo para amanhã. E, sobretudo os Deputados recém-chegados a esta Casa, se amanhã à noite puderem vir conosco nesta confraternização, o técnico do nosso time é o Deputado Edno Guimarães e o comentarista Alborghetti.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Os nossos cumprimentos ao Deputado Péricles Mello, novo Líder do PT.

Com a palavra o Deputado Moysés Leônidas que tem cinco minutos no Pequeno Expediente.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Deputada Serafina, não poderia nesta oportunidade, neste primeiro momento deixar de aqui consignar nossa mensagem, já que venho da segunda maior região do Estado do Paraná, liderada pela maior cidade que é Londrina, representar o Norte do Estado, aqui.

Mas antes, Senhor Presidente, queria aqui, Deputado Anibal Khury, como um dos vinte novos Deputados que chegam a esta Casa nesta nova legislatura e como novato gostaria de dizer a V.Exa. que estou aqui na condição de deputado estadual novato, mas que na minha vida, tanto pública como na minha vida como cidadão já me aliei a alguma experiência em vinte e três anos como advogado na comarca de Londrina, quatro vezes vereador pela cidade de Londrina, já tive a oportunidade de assumir por diversas vezes secretarias no Município de Londrina e agora os últimos dois anos como Secretário de Administração da cidade de Londrina, e dizer que fiquei impressionado com a liderança de V.Exa. que no dia de sua posse e da eleição que levou novamente V.Exa. como Presidente desta Casa por unanimidade, estive sem oportunidade de falar, já que fui representado pelo nosso Líder, o Deputado Edgar Bueno, mas fiquei olhando a expressão de V.Exa. e fiquei pensando como é bom depois de tanto tempo de trabalho chegar entre seus pares, aqueles que já o conhecem na ativa e com aqueles que estão aqui chegando como deputados novatos, conseguir esta unanimidade e que só nos impulsiona a continuar o nosso trabalho na vida pública e vi em V.Exa., Deputado Anibal Khury, um sentimento que anda desaparecido da vida do cidadão, não brasileiro, mas de todo o cidadão que habita este planeta que é o sentimento da bondade.

Parabéns a V.Exa.. Acho que chego aqui fazendo um trabalho por uma região tida como rica do Estado, mas aprendo uma riqueza maior que é esta que V.Exa. pode emprestar a quem chega aqui como novato, este sentimento que é o sentimento da bondade, independente da expressão que V.Exa. tenha até com a atuação de V.Exa. nesta Casa.

Parabéns por este sentimento que anda desaparecido da vida da humanidade que é a bondade. Fiquei feliz com isto.

Quero aqui cumprimentar o meu querido companheiro de Londrina, Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que fez, que capitaneou este trabalho hoje e dizer neste nosso pronunciamento que estamos aqui realmente na condição de pé vermelho, mas com muita dignidade para poder somar com todas as outras regiões e fazermos do Paraná este grande Estado que merece destaque na federação nacional. Colocado aqui muito bem pelo Deputado Alborghetti eu gostaria de dizer que a situação da saúde no Brasil que não difere na minha cidade de Londrina é uma situação falimentar. A saúde, meu caro Rossoni, do Brasil está na UTI e a saúde dos hospitais de Londrina, a exemplo do que acontece em todo o Estado do Paraná, também está na UTI. É impossível imaginar que ainda no limiar do 3º milênio pessoas morram nas portas de hospitais de uma cidade tida como de primeiro mundo que é Curitiba, e como é considerada a cidade de Londrina.

Senhor Presidente, a saúde do povo deve ser a suprema lei, e nós estamos aqui também trabalhando, direcionando o nosso trabalho. E aí que quero cumprimentar o Deputado Alborghetti, quero junto com V.Exa. somar forças para atender a situação falimentar da segurança de Londrina. Para se ter uma idéia o IML de Londrina é humilhante até na hora da morte para o cidadão que lá precisa passar, Deputado Tony Garcia. Lá o dia que a geladeira está funcionando para suportar o final do cadáver até a necrópsia, o dia que tem carro não tem motorista, o dia que tem motorista não tem pneu. Então, venho aqui nessas breves palavras dizer que vou ser intransigente com relação à condução da defesa do Norte do Estado do Paraná somado com os demais companheiros para defender este Estado, que é o nosso Estado e que nós queremos elevar cada vez mais. Então, quero deixar a nossa preocupação cumprimentando o Deputado Nelson Justus que assumiu também a Presidência e dizer que quero somar forças para poder, quando voltar, dizer que combati, esse combate que estou tendo fé que temos um grande Estado na Federação, que é o nosso Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, no Pequeno Expediente, Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor Presidente e Senhores Deputados, creio que cinco minutos Deputado Justus é suficiente para fazer um registro nesta Casa e eu quero fazer na oportunidade, um assunto insignificante aparentemente, mas é bom fazer.

Recordo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, de que no dia, que para gáudio do Paraná, tivemos a indicação de um Ministro, Ministro de Esporte e Turismo, aqui desta Casa eu me pronunciei parabenizando-o, parabenizando o Paraná, e dizendo da preocupação de que o atual não fizesse aquilo que costumeiramente os Ministros paranaenses têm feito, assumem o Ministério e esquecem que são Ministros do Brasil, mas do Estado do Paraná.

Nesse período de Carnaval, Senhor Presidente e Senhores Deputados, vi o Ministro de Esporte e Turismo em três, quatro Estados do Nordeste desfilando em carro alegórico, fazendo apologia do carnaval do Nordeste, apologia do carnaval do Rio de Janeiro, apologia do Carnaval de Florianópolis. E vi uma disputa entre o Ministro de Esporte e Turismo com o Secretário de Esporte e Turismo do Paraná a respeito do carnaval do Estado do Paraná.

O carnaval da Bahia não precisa do Ministério de Esporte e Turismo para ser forte, o carnaval do Rio de Janeiro não precisa do Ministro de Turismo para ser forte; o que precisa tanto no turismo quanto no esporte para ser forte é o Estado do Paraná.

Deixo esse registro, Deputado Valdir Rossoni, não como crítica, como cobrança, porque não é a questão de participar pura e simplesmente do carnaval.

Ouvi e li pelos jornais a colocação, a intenção pelo menos de transformar o cais do Porto do Rio e Janeiro num sambódromo, fazendo algo de novo; de apoiar Santa Catarina para os seus grandes carnavais, e no entanto em Curitiba, mudamos a rua do desfile do carnaval e dispensamos as escolas de samba que não tiveram o menor apoio para poder funcionar. E o carnaval, quando falamos em Ministério e em Secretaria, não é um privilégio de Curitiba, que aliás, é uma cidade que realmente não gosta. Mas vi, Senhores Deputados, mais de duzentas mil pessoas atrás de um trio elétrico na banda de Guaratuba, evidente que puxado pelo nosso presidente Nelson Justus, num samba, sem nenhuma contestação de tonalidade, inclusive para que todos pudessem cantar.

Caibobá a mesma coisa. E o desfile de Antonina e o de Paranaguá, que sem nenhum recurso oficial, conseguem fazer belíssimos carnavais com escolas

de samba tradicionais, saídas do meio do povo, de pescadores. Porque não começar a pensar seriamente nas coisas populares também do Paraná?

Porque o Paraná pode não ser nada, mas daqui a pouco nós poderemos estar incentivando os clubes de outros estados e não os do nosso Paraná.

Aliás, eu deixo aqui uma advertência à própria Secretaria do Estado do Paraná. Ontem, assistindo pela televisão um jogo do Grêmio com o Coritiba, via que na camiseta do Grêmio estava escrito - Corsa - a Chevrolet instalada no Rio Grande do Sul está patrocinando os clubes de futebol do Rio Grande do Sul. Aqui, no Paraná, com todos os benefícios dados às montadoras que se instalaram, o nosso esporte - pena, sem apoio nenhum.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, fica essa advertência: Ministro do Esporte e Turismo, seja um grande Ministro para o Brasil, e, além disso, seja um grande Ministro honrando a terra do Paraná, trazendo recursos para o nosso Estado, porque precisamos muito disso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra, no Pequeno Expediente, também com o tempo de cinco minutos, o Deputado Palma.

O SR. PALMA

Senhor Presidente, Mesa, nobres pares, é um prazer para nós, do interior do Estado, ocuparmos pela primeira vez a tribuna desta grande Casa de Leis de nosso Estado.

Vimos aqui, nobres pares, para fazer um comentário que a imprensa há muito vem chamando a atenção de nossa sociedade.

Sei que Vossas Excelências, também, muitos oriundos do interior do Estado vêm vivendo o drama, que é do Movimento dos Sem-Terra, que hoje não encontra meios legais de assumir e ganhar o seu espaço, para produzir e, com isso, nós estamos vendo uma verdadeira baderna no interior do Estado, na nossa área produtiva. Porque fazendas produtivas ou não, devolutas, enfim, sem critério algum, só neste ano, nós tivemos 61 fazendas invadidas. É um problema que nós, representantes do povo, esta Casa, que é o estuário da vontade popular deve, com certeza, ter a suficiente sensibilidade para exigir que as autoridades competentes ajam no sentido de que as propriedades privadas, reconhecidamente produtivas, sejam respeitadas e que o trabalhador do campo, o homem que trabalha com a terra, que produz o pão nosso de cada dia, possa trabalhar em paz com a sua família, com os seus empregados e possa usufruir do seu direito de propriedade.

Quero dizer, nobres pares, que com esse meu posicionamento não estou dizendo que sou contra o MST, movimento válido que expressa o descontentamento e o expurgo do trabalhador que não encontra espaço na cidade ou que não tem qualificação na sua mão-de-obra e que tenha vocação para a terra, está em dificuldade para encontrar um pedaço de terra.

Faço um apelo, aqui, aos nobres Deputados, para que façamos em conjunto, junto à Bancada Federal, que o nosso Ministro Raul Júnior agilize o processo de qualificação da terra, porque esse processo é moroso, se arrasta e, com isso não temos os assentamentos feitos com a rapidez que a sociedade exige.

Estes dias mesmo vimos o nosso ministro Raul junto ao Papa apresentando o resultado que nos últimos 4 anos foram assentados mais de 250.000 famílias, um sucesso, um verdadeiro sucesso.

Porque nos últimos 31 anos menos que isso foram assentadas no Brasil.

Mas no Paraná, mais especificamente no interior, na região Noroeste do Paraná, que temos a honra de representar, junto com outros Deputados aqui, não estamos tendo o mesmo sucesso.

A realidade aí está, as consequências aparecem no mercado, não temos mais compra e venda de fazendas. Como dizia o nosso Secretário Hermas Brandão: "Ninguém mais quer comprar terras no Paraná."

Ninguém mais tem interesse ou aquela confiança na lei, que pode adquirir um pedaço de terra, educar o seu filho na faculdade e realizar o seu projeto de vida, dando produtividade à terra, enfim exercendo a função social que a terra merece. Por quê? Porque a baderna está instalada!

Aqui fazemos um apelo a Sua Excelência, o Governador Jaime Lerner, que é um homem público de sensibilidade, que resolve tudo ou quase tudo com serenidade, para que aja junto aos meios legais, para que os mandados de segurança sejam realmente cumpridos, dentro da paz, da serenidade que a lei estabelece, respeitando o direito do movimento sem-terra mas que as ocupações sejam feitas, companheiros, em terras devolutas, em terras consideradas improdutivas, aí sim que os assentamentos sejam feitos, dentro da lei, dentro da paz. E aqueles que têm as propriedades produtivas possam continuar produzindo e garantindo o pão nosso de cada dia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, Senhores Deputados, caros Deputados de primeira legislatura.

O Governador do Estado do Paraná esteve ontem aqui neste recinto, tinha a missão constitucional de apresentar o que foi realizado pelo Governo do Estado do Paraná nos últimos anos. O Governador do Estado está ausente do País há 10 dias, votamos hoje a licença dessa viagem de 10 dias. O Governador não deu uma única explicação, não falou absolutamente nada daquilo que foi realizado pelo seu Governo nos últimos 360 dias, sequer dos últimos 4 anos, que é um Governador reeleito.

A única coisa que o Governador do Estado, Senhor Jaime Lerner fez foi vir a esta Assembléia dizer e fez questão que isso saísse na imprensa, que o Governador de Minas Gerais tem que parar de ficar fazendo nhénhénhé ou de se colocar como oposição, porque está isolado.

Ora, quem é o Governador Jaime Lerner para querer vir, junto ao povo do Paraná, fazer qualquer admoestação ao Governador de Minas Gerais?

Como se não soubéssemos que as finanças do Estado do Paraná, estão numa debacle. Que o Estado não tem recursos para pagar o terço de férias do funcionalismo público. Que o Governador se ausentou do País durante 10 dias sob o pretexto de conseguir dinheiro emprestado do BID. Novamente dinheiro emprestado, para conseguir resolver o problema do fundo de previdência, fundo este inconstitucional e que não resolve o problema dos funcionários públicos do Estado do Paraná e tampouco da folha de pagamento e tampouco da capacidade de investimento.

Com que autoridade moral e ética um governador que gastou R\$400.000.000,00 vem fazer qualquer senão ao governador eleito pelo estado de Minas Gerais que a única coisa que tem dito ao povo brasileiro é que as cobranças do Governo Federal e a forma como estão sendo administrados os Estados têm levado as unidades da federação a um Estado de inadimplência?

Ou o governador Jaime Lerner é contra que a Assembléia Legislativa e a bancada federal se insurjam no Congresso Nacional, para quebrar a "Lei Serra", que cobra os impostos da energia elétrica, mandando os tributos para São Paulo, tirando do Estado do Paraná.

Vi aqui o Ministro Deni Schwartz, representante do Governo do Estado do Paraná, fazendo uma explanação exatamente sobre essa falta de capacidade política do povo do Paraná, de se colocar na defesa dos seus interesses. Ou é errado, ou o Governador não concorda que os paranaenses e esta Assembléia briguem com o Governo Federal, para que os recursos que foram retirados para a não cobrança do imposto sobre produtos importáveis,

com a Lei Kandir, prejudicou sensivelmente a capacidade arrecadadora do Estado do Paraná.

Então, que demagogia é esta em cima de um governador que tem a coragem de dizer que o Estado de Minas passa por uma situação de insolvência do ponto de vista das suas finanças?

O Estado de Minas não tem condições de arcar com os compromissos fundamentais do Estado: garantir a saúde, garantir a educação.

Será que o Governador enxerga os Deputados Estaduais apenas como um recinto, um palco para fazer declarações políticas ou politiqueiras?

O que não deveria ser isso. Quer queira ou não, ele é o principal ente político do Estado do Paraná e deve prestar tributos, ensinamentos da educação política do nosso povo.

Não é de bom alvitre o Governador vir à Assembléia Legislativa e no lugar de prestar contas do seu mandato e apresentar as principais metas do futuro exercício, ficar fazendo politicagem barata, como vem fazendo em relação à briga dos governos que estão com problemas financeiros. Ou algum Deputado aqui, seja da situação ou da oposição, desconhece a verdadeira situação financeira do Estado do Paraná? Por quê foi preciso vender o Banco do Estado agora, entregando-o a um Banco privado? Por quê vai ser preciso vender a COPEL, a SANEPAR? São empresas que oneraram o Estado do Paraná e os seus contribuintes? Não oneraram, são empresas lucrativas. Só estão sendo vendidas por causa da má administração dos recursos públicos e da sanha cada vez maior do administrador em transferir para a iniciativa privada, patrimônio que é do conjunto do povo desse País.

Que autoridade moral, civil e ética tem o Governador do Estado, para vir fazer qualquer alusão a um outro governador do território brasileiro? Então, fica o repúdio da Bancada do PT.

Tenho ouvido, Senhor Presidente - e me dirijo à Bancada do PPB - porque a imprensa já perguntou à Bancada do PT se vão apoiar a CPI que está veiculando na imprensa, que diz que Deputados estão organizando em cima do Secretário da Fazenda.

Quero dizer claramente que a Bancada do PT não foi procurada por nenhum Deputado, não tem notícia oficial dessa CPI. E se porventura for procurada pelos Deputados que estiverem subscrevendo, na tentativa de constituir uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar qualquer irregularidade na Secretaria da Fazenda, o fará, pensando a assinatura dos seus Deputados depois de uma reflexão, depois da análise das possibilidades dessa CPI para valer, e que investigue as questões relativas, que possam porventura serem levantadas em relação às Secretarias das Finanças.

Quero completar meu pronunciamento dizendo o seguinte: uma coisa grave aconteceu na

Cidade de Curitiba. Quero noticiar, porque não é da nossa competência, é da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, mas estou mandando em meu nome, uma carta ao Prefeito - a quem tenho profundo apreço e respeito, Cássio Taniguchi.

O Secretário de Obras da Prefeitura Municipal de Curitiba foi exonerado. Vários dos seus Diretores foram exonerados. Por fim, o Prefeito extinguiu a Secretaria de Obras, transferindo todas as atribuições da Secretaria de Obras para o Secretário de Governo, que não tem formação de engenheiro. Isso, por motivos, segundo o que corre na Câmara dos Vereadores, por motivo de um escândalo nebuloso de malversação de recursos públicos na Prefeitura Municipal de Curitiba.

Então, em nome pessoal, o que não é uma atribuição constitucional desta Assembléia, vou, em primeiro lugar, mandar uma correspondência ao Prefeito Cássio Taniguchi, para que explique qual a verdade e natureza dos fatos acontecidos na Secretaria de Finanças. Se eu estiver convencido das suas explicações, não recorrerei ao Tribunal de Contas.

A chuva que assolou a Cidade de Curitiba inteira... não posso entender como que a Prefeitura da Capital neste momento, não tem um plano de obras para recuperação das galerias pluviais e para as galerias de esgoto da nossa cidade, que estão obsoletas há mais de vinte anos, em bairros centrais da nossa cidade.

Por isso, acho importante que aqueles Deputados que têm alguma vinculação com a Capital do Estado, se dirijam ao Prefeito da Capital, e são vários, porque algumas medidas precisam ser tomadas.

Era isso, Senhor Presidente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Horário das Lideranças.

Consulta a Liderança do PFL.

PTB.

PMDB.

Concedo a palavra ao Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Subo à tribuna e inicialmente quero desejar as boas vindas a todos os Parlamentares com assento nesta Casa e desejar um profícuo mandato e que daqui a quatro anos, todos os eleitores que subscreveram a cédula eleitoral, determinando que aqui para cá viessem, possam sentir orgulho e sentir satisfação pelo ato de eleger os cinquenta e quatro Deputados aqui presentes.

Subo, Senhor Presidente, a esta tribuna, para registrar um fato que não poderia passar despercebido, sobretudo pela oportunidade que ele propicia, no sentido de abrir uma discussão séria, racional e proveitosa para todo o conjunto da Nação brasileira.

Refiro-me à Campanha da Fraternidade, protagonizada pela Igreja Católica Brasileira, através da Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros - CNBB, que este ano traz o sugestivo tema "Sem trabalho". É de elogiar, Senhor Presidente, a preocupação da Igreja Católica em focalizar um assunto de grande interesse, como a questão do desemprego. Só em Curitiba, 149 mil desempregados, em Cascavel, 13 mil desempregados; no Brasil, 7 milhões de desempregados. O desemprego hoje é efetivamente a maior tragédia que assola o nosso País.

É por isso que a Igreja Católica, a maior igreja deste País, com a sensibilidade que tem, trouxe ao debate, trouxe para a paróquia, para a capela, para as arquidioceses e as dioceses deste País, uma discussão lúcida, para que possamos todos, não só o Governo, mas o conjunto da nossa sociedade, discutir este assunto para oferecer respostas. Aliás, a Igreja Católica Brasileira, a bem da verdade, ao longo de toda a sua existência, tem demonstrado elevada sensibilidade com as questões ligadas à melhoria da qualidade de vida da nossa população. Com grande influência popular, a Igreja tem se inserido nos problemas sociais, econômicos e religiosos, a Igreja não tem se descuidado de oferecer sua contribuição para melhorar a vida do nosso povo.

Por isso, Senhor Presidente, é felicíssima a idéia, é oportuno o tema escolhido pela CNBB, tratando da questão do desemprego, esta tragédia perversa e cruel que assola os lares brasileiros. E dia após dia, a situação torna-se pior. Agora mesmo, as entidades econômicas divulgam a infeliz notícia, dando conta de que o Brasil está na quarta posição no "ranking" dos países campeões em desemprego no mundo. Trata-se de uma grave revelação se tomarmos como base os dados da economia dos últimos anos éramos o 11º e caímos para 4ª posição. Ao invés de melhorar, pioramos. Hoje estamos à frente apenas da Índia, o país mais populoso do mundo em número de desempregados.

Em 1986 tínhamos aproximadamente 6% da nossa população economicamente ativa sem trabalho. Hoje o número supera a tragédia na casa dos 15%. Traduzindo em números isso, são quase sete milhões de desempregados de um total de 46 milhões de pessoas economicamente ativas. Na minha opinião, é muito pior do que qualquer outra catástrofe. O que é mais desolador é que as estimativas são extraordinariamente pessimistas para o futuro. Principalmente porque se anuncia e se per-

cebe claramente que o Brasil está estagnado e caminhamos para uma grave recessão econômica e as conseqüência dessa crise não se escondem. Só em São Paulo, nas três noites de Carnaval, 230 pessoas foram assassinadas. Ontem, em São Paulo, mais de 80 pessoas foram assassinadas. Em Curitiba, no dia 20 de fevereiro, 10 pessoas foram assassinadas. Assaltos, seqüestros todo o tipo de violência e crime originados na crise econômica que assola o nosso País.

O Sr. Ricardo Chab

Deputado Nereu Moura, neste último final de semana, 15 pessoas foram assassinadas. Só para clarear mais o seu pronunciamento.

Muito obrigado!

O SR. NEREU MOURA

Muito obrigado, Deputado Ricardo Chab.

Na verdade são números que refletem a tragédia que vive o nosso país. Na minha opinião, de uma origem clara, que é a questão econômica. É ali que resulta as dificuldades da população; é ali que resulta a marginalidade; é ali que resulta o sofrimento do nosso povo.

Por isso que torna-se obrigatório o registro da iniciativa da Igreja Católica preferindo a ação a omissão, trazendo à tona os malefícios que representam o fantasma do desemprego. A cúpula da Igreja Católica presta um grande serviço ao País. É natural que esse assunto possa agora deixar o papel, deixar a teoria e ser discutido, de forma muito lúcida, por todas as autoridades, por todas as pessoas e que nos convençamos que assim não pode ficar. Que é preciso mudar. Que o Brasil não pode ficar subordinado aos interesses internacionais. O Brasil não pode produzir para matar a fome de quem vive fora e o nosso povo sofrendo na lona as conseqüências desastrosas de uma crise. Passando fome. Passando miséria e sofrimento. Temos que entender que, o Brasil é rico e a riqueza deve ser usufruída pelo nosso povo. O Governo tem que entender que, não se pode fazer política com a fome, com a miséria e a injustiça social. Tem que abrir a porta, a janela e ver o que se passa na rua.

Por isso que venho aqui como católico que sou manifestar aqui a minha alegria, o meu aplauso à Igreja Católica do Brasil, por suscitar um tema de grande importância para ser discutido por toda a sociedade brasileira. Não só pelos políticos, não só pelos homens e pelas mulheres públicas, mas por todas as pessoas que querem uma Nação melhor, uma vida melhor. É isso Senhor Presidente a minha manifestação no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças, o PT.

Concedo a palavra ao Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO

Senhor Presidente e Senhores Deputados, inicialmente quero cumprimentar a todos os companheiros do mandato anterior e os novos Deputados, desejando uma profícua gestão.

O teor dos pronunciamentos nesta tarde, mesmo o discurso do Governador Jaime Lerner, na tarde de ontem, nos mostra claramente que entramos no país de um novo período histórico, por conseqüência, no Paraná e esse mandato da Assembléia Legislativa.

Tenho certeza, será um mandato diferente porque a história assim exige, os ventos da mudança começam a chegar no Brasil.

O que disse o Deputado Luiz Carlos Zuk sobre a Rodonorte. Essa concessionária, na verdade pura intermediária do dinheiro público, capta recursos do pedágio e aplica uma pequena parte do que arrecada na rodovia que lhe foi entregue por 24 anos, e quer ainda ter o direito de cobrar um gasoduto, que vem em benefício de toda a região dos Campos Gerais!

Isso é apenas um exemplo do que aconteceu nos últimos 4 anos, no Paraná e no Brasil.

As colocações do Deputado Ângelo Vanhoni, do Deputado Nereu Moura, apenas mostram que o rei está morto. Uma ideologia que nos dominou a quase todos nesse País, ela se revela enquanto pura ideologia. Revela a sua face cruel e o povo brasileiro começa a perceber o grande engodo a que foi submetido durante os últimos 4 anos, particularmente, engodo Plano Real, que nada mais fez do que piorar todos os índices estruturais do Brasil. Desnacionalizou a nossa economia, destruiu a nossa indústria, transformou um superávit em déficit público, aumentou de forma monstruosa o desemprego, sextuplicou a dívida interna, triplicou a dívida externa, e infelizmente a inflação volta novamente a rondar as nossas portas e prejudicar, principalmente, os menos favorecidos.

Mas, Senhor Presidente e Senhores Deputados, faço essa introdução para dizer que a Bancada do Partido dos Trabalhadores fiel aos seus princípios, aos princípios que nortearam, também, o nosso mandato anterior, tenta impedir a dilapidação do dinheiro público por parte desse governo. A nossa Bancada vai amanhã a Brasília, através do nosso Deputado Hermas Fonseca, entrar com uma Ação de Inconstitucionalidade, junto ao Supremo Tribunal Federal, com relação ao Fundo da Previdência.

Jaime Lerner foi mestre e muito ágil na destruição do nosso patrimônio criando Serviço Social Autônomo, privatizando serviços públicos,

vendendo ações da COPEL e da SANEPAR, criando a Paranaeducação e nessa mesma linha, cria um Fundo de Previdência e tem a ousadia de querer passar esse Fundo, como a solução mágica para a crise da Federação dos Estados desse País, quando nada mais é do que uma falácia.

Não são palavras mágicas. Não é varinha de condão, que vai transformar a nossa triste e dura realidade. O Fundo só será possível porque o seu Governador ou vai fazer um empréstimo internacional, nesse momento de instabilidade e insegurança, endividando ainda mais o Estado, ou vai fazer empréstimo junto ao BNDES que ele mesmo diz, altas taxas de juros ou vai vender as ações da COPEL, da SANEPAR, ou vai captar recursos com a venda do BANESTADO. Não é nada mágico, é simplesmente o endividamento para capitalizar o Fundo ou venda do nosso patrimônio. É essa a primeira questão que tem que ser esclarecida.

Segunda questão: novamente quem vai pagar a conta dos nossos problemas é o funcionário público, esse funcionário que há mais de quatro anos não recebe sequer um centavo de aumento. Quem teve aumento no Paraná foram os setores do funcionalismo público que ou se organizaram com muita força e capacidade ou aqueles setores que têm força para influenciar a opinião pública e o Senhor Governador, por uma questão política foi obrigado a ceder em algum momento. O funcionário da base nem um centavo de aumento teve sequer e agora se cria um Fundo em que se aumenta a alíquota que o funcionário recolhe para o Fundo da Previdência. Mais grave que isso, se impinge uma alíquota cumulativa de 2%, criando de forma inconstitucional, um Fundo de Saúde que o Estado não tem poder constitucional para criar, Fundo obrigatório impingindo ao funcionário, cumulativamente, uma taxa de mais 2% e mais que isso, tenta se adiantar à própria votação do Congresso Nacional, dos Deputados e Senadores, colocando a cobrança de uma alíquota para os inativos, funcionários públicos aposentados e mais ainda, os próprios pensionistas. Isso também é ilegal, inconstitucional, porque nem ao nível da União foi aprovado esse recurso de cobrar alíquota dos inativos.

Por tudo isso é que vamos ao Supremo Tribunal Federal, com uma ação na Justiça, buscando uma liminar para cassar esse Fundo e que nova discussão democrática se estabeleça, que um Fundo verdadeiro, gerido pelo poder público, segundo as normas da Administração pública e que não ponha em risco o futuro do funcionário público paranaense e dos cofres do nosso Estado.

Isso, o PT faz amanhã com a sua razão fiel aos seus princípios.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Fundo de Saúde, que cobra 2% dos servidores de forma cumulativa, não diz nem sequer que tipo de serviços serão prestados, porque no Artigo 77 estabelece que "O Conselho de Administração deverá fixar um nível anual de cobertura dos serviços, com base na arrecadação prevista, ocasião em que deverá estabelecer limitação para exame de custo elevado e fixação de elementos moderadores para consultas emergenciais, e exames complementares."

O Conselho que gere o Fundo, tanto em saúde como em previdência, é conselho organizado de forma autoritária na medida em que os funcionários públicos não podem participar democraticamente e não é transparente e tudo depende da vontade do Senhor Governador. São esses Conselhos que vão gerir o Fundo e que vão arriscar na Bolsa, que vão comprar serviços sem licitação de maneira privada, colocando em risco o futuro do servidor paranaense e do Estado do Paraná.

Por tudo isso é que a Bancada do PT busca o Presidente Nacional do Partido para entrar com essa ação junto ao Supremo Tribunal Federal.

Concedo aparte ao Deputado Vanhoni.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Deputado Péricles, Vossa Excelência fez uma abordagem, demonstrando o engodo por que passou o povo brasileiro durante o Plano Real, e fez uma alusão clássica de que quando se descobre a verdade, ou desvela o real e tem conhecimento da verdade, usamos essa imagem de que o rei está nu, porque a verdade aparece.

O Governador Jaime Lerner, na vez anterior que aqui veio, foi deselegante para com os Deputados da Assembléia Legislativa como um todo. Na tarde de ontem, não foi deselegante. Um homem que, além de ter feito um discurso completamente vazio, não dando cabo das tarefas que tinha feito realizar, não apresentou nada do que iria fazer, mas o Governador Jaime Lerner, afeito a estes mecanismos de comunicação de massa e de apri-sionamento da consciência das pessoas, ainda continua prisioneiro desses mesmos clichês que ele, ao longo de sua vida, soube explorar muito bem.

Talvez a pérola que o Lechinski, ou o Guaraci de Andrade tenham dito para o Jaime, para que ele não esquecesse de falar aqui ontem, é algo de que ele falou sempre, há 10, 15 anos atrás, e que de certa maneira sensibilizou a classe média e o povo da nossa cidade no Estado do Paraná, que é aquela figura do político, do governante, do administrador público, estabelecer um diálogo com o seu povo, além dos códigos tradicionais dos políticos.

Vamos lembrar bem, Presidente Nelson Justus, as palavras do Governador: "É preciso tomar a

peessoa em primeiro lugar". Se levarmos em conta as pessoas, a moeda passa a ter uma solução. Então, como se o Jaime fosse um homem que estivesse aberto ao diálogo com as pessoas de verdade, com as pessoas reais, que vivem o cotidiano da nossa vida aqui no Estado do Paraná, não abriu uma única porta de entendimento durante quatro anos para os pequenos agricultores do Estado do Paraná, através do Banco do Estado.

Não há uma única participação por parte das entidades sociais, seja no campo da educação, no campo da saúde, de movimentos populares que puderam dialogar com o Governador do Paraná, não há uma única vez que o Governador do Estado do Paraná se reuniu com o conjunto da Assembléia, os Deputados como um todo, para discutir algum projeto importante para a sociedade paranaense. Pelo contrário, o Governador ainda é um homem com os ouvidos fechados aos gritos, aos sussurros, às lamúrias dos desempregados e dos menos afortunados do Estado do Paraná.

A realidade da eleição desse último pleito, demonstrou que o projeto de comunicação e o projeto de domínio da pessoa para a pessoa do Governador, das traquitanas "marqueteiras" do Guaraci e do Lechinski, estão não dando mais certo. É preciso que o Governador ponha a mão na consciência, pare e perceba as reais prioridades do Estado do Paraná, e governe para atender as verdadeiras necessidades do nosso povo.

O SR. PÉRICLES MELLO

Essa ação política, essa ação jurídica, Senhor Presidente, Senhores Deputados, da continuidade de uma linha de ação que já temos tentado nos últimos anos. Não podemos mais aceitar que se faça letra morta, cláusulas pétreas da condição brasileira, como é o direito da informação.

E esse Plenário, nós Deputados, não temos nem o direito de pedir informação, porque nos últimos quatro anos, a maioria impediu que requerimentos e informações fossem aprovados, seguindo uma lei que acho inconstitucional, porque informação é direito de minoria.

O Senhor Governador rasgou os critérios da impessoalidade, da legalidade, da moralidade, da publicidade, ao escolher empresas para dar dinheiro, para dar isenção sem ao menos passar pela Assembléia Legislativa. O Fundo vem nessa esteira, vem vestido e vem com esse mesmo espírito e por isso manifestamos a nossa contradição, nossa contrariedade e vamos até à Justiça, para tentar impedir que um Fundo organizado desta forma venha vigir no Estado do Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças, PDT.
PPB. Deputado Fernando Carli.

O SR. FERNANDO CARLI

Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Ao estreiar na tribuna desta Casa, gostaria que a minha estréia fosse diferente, talvez uma estréia mais otimista. Mas infelizmente, temos que aceitar que o sonho acabou. O sonho que foi embalado por uma melodia que foi tocada durante quatro anos por uma orquestra de equipe econômica, comandada pelo maestro Presidente da República.

O dólar ontem fechou a R\$1,97. Hoje, há poucos instantes, a informação que tinha, já chegava no patamar de R\$2,00 e passando do limite de R\$2,00 por cada dólar.

E não foi por falta de avisos, Senhor Presidente. Muitos avisos foram dados à equipe econômica, ao Presidente da República, pelas inúmeras lideranças políticas deste País.

Venho do Congresso Nacional, lá todos os dias inúmeros Parlamentares apontavam os caminhos e os descaminhos da nossa economia. Mas, a balada continuou sendo tocada: a moeda é forte, a moeda resiste.

O Ministro Malan sempre que ia à Câmara dos Deputados, afirmava que o Real era forte e que jamais o Brasil seria a "bola da vez". Acredito que a "bola da vez" da chegou, já foi chutada e hoje os brasileiros estão querendo saber quem foi que fez o gol.

Nos venderam a globalização como uma panacéia capaz de sanar todos os males. E quem falasse contra a globalização, era execrado, estava na contramão da história, era um cidadão que portava os antolhos do passado.

E hoje já podemos sentir aqui no Brasil o que inúmeros países já sentiram, a globalização foi boa, foi ótima, foi excelente para os países ricos. Dados recentes que foram publicados são incontestáveis. Só um deles, para que todos os senhores possam fazer esta avaliação, em 1979 os países membros do grupo G-7, os países ricos, tinham 30,9% dos desempregados do mundo. Em 1998, os mesmos países do G-7 tinham apenas 16,9% dos empregados do mundo. A conclusão é óbvia, é clara, não há como se dizer que não se enxerga.

A globalização fez uma grande exportação, uma exportação de empregos dos países pobres para os países ricos. E hoje nos encontramos numa situação desesperadora: a nossa moeda, está mais do que provado que é fraca, porque o que pode fazer o lastro de uma moeda, antigamente era o ouro, mas hoje já não existe tanto ouro que possa lastrear todas as moedas deste mundo. Então, temos que lastrear a nossa moeda em cima de produção, e

não temos essa produção excedente para as exportações.

Vinha lá no Congresso Nacional, Senhores Deputados, Senhora Deputada, Senhor Presidente, fazendo uma colocação de muito tempo dizendo que não deveríamos nos sujeitar às exigências do mercado financeiro internacional.

O ano passado, por volta do mês de maio, quando o Brasil tinha em suas reservas em torno de 70 bilhões de dólares e não havíamos vendido ainda o Sistema Telebrás, eu, em pronunciamento na Câmara, pedia ao Presidente da República, pelo que ele representava, pelo respeito que tinha na comunidade internacional, que declarasse uma moratória propondo uma nova ordem econômica a nível mundial, onde o cidadão, o ser humano fosse a prioridade e não apenas o capital especulativo.

Digo aos Senhores, naquele momento fui taxado de sonhador, de lírico e de alguém que acreditava em Papai Noel, porque o real era forte e não iria sofrer o que tinha sofrido os países asiáticos. Em seguida, no mês de julho aconteceu a crise da Rússia e já o ataque à nossa moeda. E hoje estamos em moratória. Não adianta se dizer que não está em moratória, as nossas reservas não têm capacidade para atender as nossas exportações por mais que 08 a 10 meses.

Mas, digo tudo isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada para nos preocuparmos com uma questão que atinge com mais intensidade o nosso Estado.

Agora, com a recente desvalorização que houve da moeda, algo que já deveria ter sido feito há muito tempo e de maneira gradual, os produtos brasileiros ficaram muito fáceis de serem comprados pelos nossos vizinhos do Mercosul. e, imediatamente, veio a pressão da Argentina para que tomássemos medidas para dar proteção aos produtores daquele país. E, imediatamente, o Senhor Presidente da República determinou que o PROEX, o programa que banca as exportações ficasse na gaveta, vamos dizer assim, para os bens de consumo.

Então, a pequenos, média, micro empresas que tem que começar a exportar pelo MERCOSUL, para aprender o mecanismo da exportação, estas empresas tinham o PROEX como uma fonte de financiamento boa e barata, em torno de 5 a 6% de juros ao ano, simplesmente ficaram alijados e, quero dizer aos Senhores, nós no Paraná temos inúmeras empresas que podem fazer esta exportação e que faziam, setores importantíssimos da nossa economia, como é o caso da erva mate, por exemplo. Quando sofremos com a concorrência desleal por parte dos argentinos, e nós lá em Brasília, para impedir a entrada da erva mate com preço subsidiado e com financiamento de 180 dias

com juros privilegiados, para conseguir frear esta importação tivemos que partir para a área da sanidade dizendo e mostrando com laudos que os produtos químicos usados na erva mate trariam prejuízos imensos à saúde do povo brasileiro.

Concedo um aparte ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Nobre Deputado, escuto o seu pronunciamento e quero apoiar e parabenizar pelas colocações e, em especial quero lembrar a questão da falta de incentivo do Governo Federal com relação às exportações do Brasil, as comercializações, as negociações do MERCOSUL.

A questão do leite, da bacia leiteira. O nosso Estado do Paraná é um grande produtor de leite, vários focos de tecnologia na produção de leite comparáveis a países de 1º mundo, e, através da Argentina estava entrando leite importado da Europa, era hidratado naquele país e vendido ao Brasil com preço menor que o custo de produção do produtor brasileiro.

Então, são situações como esta que nos fazem contrários às ações do governo Federal. O produto primário, o produtor brasileiro, seja de trigo, de milho, de soja está sendo prejudicado pelas ações do governo Federal.

Parabéns pelo seu pronunciamento. Estamos juntos e concordamos com todas as palavras.

O Sr. FERNANDO RIBAS CARLI

Muito obrigado Deputado Plauto Miró Guimarães. Seu aparte vem ao encontro daquilo que afirmávamos e enriquece o nosso pronunciamento.

Falava do setor da erva mate, em seguida ia falar do que o nobre Deputado fala: acabaram com a nossa produção de leite. O povo brasileiro, o povo paranaense tomou leite hidratado vindo até da região afetada pela explosão da Usina de Xernobil. E, em nenhum momento, Senhores Deputados e Senhor Presidente, o Brasil tomou medidas de proteção aos nossos produtores.

Não é só a erva mate, não é só o leite, a batata, por exemplo, que no Paraná gera um volume muito grande da nossa economia e gera uma quantidade enorme de empregos.

Também tivemos que impor barreiras sanitárias por causa da concorrência desleal do produto argentino. E em nenhum momento, tivemos o apoio do Governo Federal.

Mas, acabar com o PROEX para bens de consumo. E a nossa indústria madeireira? E os compensados que até agora os fabricantes estavam deprimidos vendendo o seu produto a 270 dólares e hoje têm condições de vender a estes mesmos 270

dólares mas se não tiverem o financiamento não vão conseguir competir.

Tudo para proteger o parque industrial, os trabalhadores e os produtores argentinos.

Cito ainda o papel, a pasta mecânica, todos os produtos que produzimos.

Agora, tem alguém que ganha neste País, Senhor Presidente, como sempre tem alguém que ganha: é o Estado de São Paulo. O mesmo Estado de São Paulo que leva do Paraná anualmente 400 milhões de dólares em função da isenção do ICMS da energia gerada por Itaipu. Deixei lá em Brasília uma proposta de emenda à Constituição acabando com esta isenção. Agora precisa das forças vivas do Estado do Paraná no sentido de que possamos enfrentar o forte lobby e a forte presença política de todas as lideranças políticas pois para São Paulo vai ser bom porque o PROEX continua para os bens de capital, máquinas e equipamentos e quem produz máquinas e equipamentos neste País é o Estado de São Paulo.

Para os senhores terem uma idéia do que São Paulo ganha deste país, não só com a exportação de energia elétrica isenta de ICM que chega lá e a CESP ou qualquer outra distribuidora simplesmente recebe, põe a sua margem e ainda mais ou 18 ou 25% de ICM. Mas São Paulo, senhores, na rolagem da dívida dos Estados, quando Paraná tinha apenas 400 milhões para serem rolados, São Paulo rolou 48 bilhões, numa diferença de juros que a União vai pagar, vai pagar 12% ao ano mais a correção e vai cobrar 6% dos Estados. Só com a diferença de juros, 6%, dá 3 bilhões ao ano, valor pelo qual foi vendida a nossa Vale do Rio Doce.

Então, São Paulo sempre sai na frente e sempre sai ganhando. Então, é preciso e é o pedido que faço às lideranças políticas e ao Governo para que juntos possamos trabalhar no sentido da manutenção do PROEX.

E também, Senhor Presidente, este é um apelo que faço ao Governador Jaime Lerner que ele tem que se portar como um estadista. No momento em que a grande maioria dos Governadores vão a Brasília pedir a extinção da Lei Kandir, o Governador Jaime Lerner tem que pedir a manutenção da Lei Kandir, porque, Senhor Presidente, e Senhores Deputados, temos que exigir a compensação do Governo Federal pela Lei Kandir, temos que exigir os 370 milhões de reais que o Governo Federal não pagou ao nosso Estado, porque não podemos sacrificar agora o nosso produtor de soja, o nosso produtor de café, o nosso produtor de açúcar, onerando as suas exportações, porque dizem não, como disse o Chefe da Casa Civil do Presidente da República: não, com a desvalorização os produtores já vão ganhar mais.

Mas para que os senhores tenham idéia, hoje, uma saca de soja em Ponta Grossa, o maior centro comercializador de soja do Sul e do Brasil estava a 9 dólares e 40 centavos a saca. Já esteve o ano passado a treze dólares e este é o menor preço em 23 anos. Então este é o momento de o Governador dizer: não, não queremos a extinção da Lei Kandir, queremos a manutenção, queremos a nossa parte, o que o Governo Federal nos deve porque este dinheiro que vão querer cobrar de ICM dos produtores é o dinheiro que vai irrigar a economia do interior do nosso Estado, que está empobrecido, do nosso agricultor que está deprimido, que está quebrado, do nosso pequeno madeireiro que não consegue pagar o salário dos seus funcionários. Não podemos neste momento tirar dinheiro, retirar recursos da economia paranaense que está deprimida, temos que procurar trazer mais recursos.

É este o pedido, é este o meu desabafo e esta a minha intenção, Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, para que todos juntos exijamos os nossos direitos e para que o Governador Jaime Lerner se porte como estadista, que o Paraná é o maior produtor agrícola deste País, mas ele não quer a extinção da Lei Kandir, ele quer sim a sua compensação pelas perdas que teve, porque o dinheiro que vai girar em todo o Paraná, sem dúvida nenhuma, vai alavancar cada vez mais a economia do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Horário das Lideranças: PSDB, PSB, PSC, PL.
(Declinam)

Liderança do Governo, Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada, estamos hoje iniciando uma nova caminhada, um novo período legislativo, e que pelo o que estou vendo estamos começando bem, estamos vendo aqui a vontade dos Senhores Parlamentares de discutir as questões paranaenses, de discutir as questões brasileiras, para procurar contribuir para o crescimento da nossa sociedade.

Mas venho hoje não para discutir o posicionamento do Deputado Vanhoni quanto às colocações do Governador Jaime Lerner, também quanto às colocações do ilustre Líder do PT, Péricles Mello, quanto ao Governo Jaime Lerner, porque esta questão teríamos que nos alongar e discutir ideologicamente, e se torna difícil.

Quero aqui deixar claro a posição da Liderança do Governo no primeiro dia de que estaremos aqui atentos para responder a todos os questionamentos, para discutir os posicionamentos, mas

jamais concordar com a forma e com as colocações feitas aqui pelo Deputado Ângelo Vanhoni. O Deputado Ângelo Vanhoni sabe muito bem a admiração e o apreço que tenho por Vossa Excelência, mas também sabe que divergimos, porque ideologicamente os exemplos que temos, o seu Partido tem um compromisso em dar a receita, e a receita todos sabemos dar; duro é solucionar o problema. Existe um velho ditado que é dito que se conselho fosse bom não se daria de graça, e acredito que isso serve muito bem para este momento que iniciamos um novo período legislativo.

Vamos sim travar aqui um bom combate, vamos sim aqui discutir as questões paranaenses para que possamos contribuir para que o governo Jaime Lerner continue com a transformação desse Estado.

Poderíamos aqui nos fixar e traçar comparativos com governos de Partidos diferentes, de Governos que entregaram para seu sucessor um governo lastimável e que causa vergonha ao povo do Espírito Santo, mas não vem ao caso.

Venho aqui hoje para cumprimentar inicialmente o vice-Presidente Nelson Justus que certamente estará à frente, junto com o Presidente Anibal Khury, para presidir esta Casa, quero cumprimentá-lo, desejar felicidades a Vossa Excelência, e sei que competência não lhe faltará nos momentos difíceis que passaremos juntos nesta Casa nos debates mais acalorados que às vezes acontece aqui.

Quero cumprimentar o Líder do PFL tão sabiamente escolhido pelos seus membros, Deputado Plauto Miró; cumprimentar o Líder do PPB, Deputado Tony Garcia; cumprimentar o Líder do PSB, Deputado Ricardo Maia; cumprimentar o Deputado Péricles Mello, ilustre Deputado de Ponta Grossa e Líder do PT; cumprimentar o nosso companheiro Orlando Pessuti que foi reconduzido à Liderança do PMDB e que tem larga experiência no Legislativo: quero cumprimentar também o Deputado José Maria que foi reconduzido à Liderança do PMDB; cumprimentar o Deputado Edno Guimarães que hoje assume a Liderança do PL; cumprimentar o Deputado Chico Noroeste, Líder do PSC; cumprimentar o Líder do meu Partido, Deputado Ademar Traiano.

Ouvi aqui algumas palavras de vários parlamentares e que poderíamos aqui nos estender, também fazendo comentários, como é o caso do pronunciamento do Deputado Fernando Ribas Carli sobre a questão econômica. Achei sábio o seu discurso: impedir que o Governador Jaime Lerner defenda a Lei Kandir. O que temos, sim, e concordo, é fazer com que o Governo Federal faça o ressarcimento dos prejuízos que o Paraná está tendo. Mas jamais perdermos a conquista que os agricultores obtiveram. Esta é uma luta de todos os paranaenses.

Esta é uma luta do Governador Jaime Lerner. Esta é uma luta dos senadores da República, que representam esse Estado e sabem muito bem que a economia dele está ainda ba-seada em cima da agricultura. Precisamos defender isso com unhas e dentes para que não percamos, porque senão o Paraná será novamente prejudicado.

A questão do ICMS, da energia elétrica, que é sem sombra de dúvida um crime contra o povo paranaense. Imaginem, termos no nosso Estado quatrocentos milhões de dólares por ano a mais para investirmos na qualidade de vida do povo paranaense e que estamos dando de presente para São Paulo.

Os temas são muitos. Os assuntos são importantes. Teremos aqui a oportunidade de discutí-los.

Quero cumprimentar a todos. Os novos Deputados que chegam a essa Casa, quero dizer-lhes que vocês não estão chegando aqui de graça. Vocês estão chegando aqui porque a população da sua região, do seu município, desse Paraná, confiou o seu voto. Tenho certeza, como disse o Deputado Nereu Moura, que todos que votaram em V.Exa. terão orgulho de tê-los aqui nesta Casa.

Quero cumprimentar também os antigos companheiros que aqui foram reconduzidos. Porque ser reconduzido a esta Casa não é um papel fácil. Nós temos aqui exemplos de Deputados reconduzidos três, quatro, cinco vezes. E isto foi pelo trabalho realizado, pela forma como o deputado se comportou neste Parlamento. Foi como ele tratou o seu povo que o reconduziu por várias vezes, nesta Casa, como é o caso do Deputado Basílio Zanusso, do Deputado Annibelli e do Deputado Anibal Khury, que hoje recebe a consagração dessa Casa em ter a unanimidade de seus votos para Presidente dessa Casa.

Enfim, vivemos um momento diferente, muito importante e grave, que precisa da presença forte, da personalidade firme dos governantes e dos líderes do Paraná para defender esse Estado.

Concedo um aparte ao caro amigo, Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Deputado Valdir Rossoni, não era a nossa intenção, tanto que não fizemos uso da palavra no Horário do PMDB e cedemos espaço ao Deputado Nereu Moura. Mas como V.Exa. volta ao assunto após fazer referência ao discurso do Deputado Fernando Ribas Carli, gostaria de nesse momento dizer a V.Exa. que na realidade o comportamento que nós, como paranaenses, gostaríamos de ver no nosso governador é esse comportamento recomendado pelo Deputado Fernando Ribas Carli, que foi endossado por V.Exa., não o comportamento do dia de ontem, que foi muito bem lem-

brado aqui pelo Deputado Ângelo Vanhoni, quando o Governador ao invés de vir aqui fazer um relato das suas realizações, elas existem é bem verdade, nos quatro anos de Governo, das suas intenções para com os próximos anos de Governo, de vir aqui neste Parlamento ocupar o seu tempo para direta ou indiretamente criticar o Governador do PMDB, Ex-Presidente Itamar Franco, hoje Governador de Minas Gerais e dizer que não podia aceitar o comportamento do governador, porque neste País não pode existir bloco de governadores da oposição e bloco de governadores da situação. Eu acredito que uma pessoa só pode criticar uma coisa, quando ela faz diferente. E, no Estado do Paraná, como bem disse o Deputado Ângelo Vanhoni, o Governador não tem tratado aos Deputados da oposição como trata os Deputados do Governo, portanto não tem o direito de exigir que um governador que se elegeu pela oposição tenha para com o Presidente a mesma simpatia, o mesmo carinho que tem um Governador que se elegeu através da força governamental. Então estas coisas nós teremos a oportunidade, sim, de a partir da próxima semana, debater com mais profundidade, como bem diz V.Exa., ir até as questões programáticas e ideológicas que norteiam os governos e a atividade parlamentar de cada um de nós.

Mas dizer que realmente gostaríamos de ver o nosso Governador lutando pela manutenção da Lei Kandir, lutando pela compensação que não veio, através da Lei Kandir. Lutando para que se modifique, que essa imunidade tributária em cima da energia elétrica que nos prejudica, como bem lembrou V.Exa., em mais de R\$400.000.000,00. Lutando para que o setor produtivo, o setor rural do Estado do Paraná realmente seja respeitado, seja valorizado. Que não aconteça aquilo que lemos nos jornais da semana passada quando as indústrias montadoras de automóveis já estão propondo o escambo, isto é a troca de automóveis por produtos primários produzidos na Argentina, no Chile, que irão competir com os nossos.

Então, gostaríamos sim que na próxima semana e nas demais que se seguirem a gente pudesse fazer uma discussão mais aprofundada destas questões para que nós pudessemos, a exemplo daquilo que recomendou o Governador, no dia de ontem, que nós da oposição pudessemos também ter a oportunidade de conversarmos e termos nossas idéias, nossas propostas ouvidas pelo Governo, porque muitas vezes elas são propostas que interessam ao povo do Paraná.

O SR. VALDIR ROSSONI

Com a permissão da Presidência gostaria de encerrar aqui o meu pronunciamento e devolver ao Deputado Orlando Pessuti que esta mesma luta que

deve ser travada pelo Governador Jaime Lerner também, deve ser travada pelo Senador da República, que representa o seu partido.

Quanto ao posicionamento do Governador ontem, a interpretação de V. Exas. aqui está totalmente equivocada. O Governador Jaime Lerner quis dizer aqui ao Presidente da República que não deve haver dois grupos de governadores. O que deve ter sim é um grupo de governantes pensando no Brasil! Só que o Governador é um homem inteligente, um homem que em poucas palavras se precisa entender, ele é um homem, sem sobra de dúvida, que está hoje no Governo do Paraná porque foi reeleito e julgado pelo povo do Paraná. É um homem que é líder nacional, e não é de graça. Tenho certeza absoluta que o Governador Jaime Lerner, com posicionamentos como o de ontem, firme, positivo, vai marcar, a nível nacional a posição do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. ÉLIO RUSCH (Pela Ordem)

Apenas para registrar a presença na sessão de hoje dos presidentes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Estado do Paraná, da região Oeste. O Presidente Waldir Andrade da Silva, que é vereador, popularmente conhecido como "bugre". Também o Emílio da Costa, e o Presidente da cidade de Catanduvas, o Walderi Antunes Ribeiro. Obrigado pelas vossas presenças e que vocês possam dentro das vossas entidades e pelo trabalho que vocês realizam nos seus municípios procurar cada vez mais defender a nossa tão sofrida classe de pequenos e mini agricultores.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Senhor Presidente para rapidamente informar aos Senhores Deputados que no dia de amanhã estaremos em Brasília para às 18:00 horas, participarmos da inauguração da sede própria da União Nacional dos Legislativos Estaduais. A UNALE congrega todos nós parlamentares estaduais e Assembléias Legislativas.

E num curto espaço de tempo da sua existência, fruto da fusão da UPI - União Parlamentar Interestadual e Colégio de Presidentes de Assembléias Legislativas, ela consegue dar uma passo muito grande, tendo já a sua sede própria em Brasília, toda estruturada, para atender às necessidades dos Senhores Deputados Estaduais. Não só quando forem a Brasília mas também na formulação e na liberação de subsídios e informações para atividade parlamentar.

Amanhã estaremos lá para inauguração desta sede própria. E na quinta-feira pela manhã numa reunião da diretoria executiva da UNALE, da qual fazemos parte como diretor da Região Sul dessa

entidade. Conclamo ao final aos Parlamentares que estão chegando à Assembléia para cumprir o seu mandato a partir do dia 1º de fevereiro. Que todos possam se filiar a UNALE, a exemplo daqueles que assim já o procederam em legislaturas passadas. Alguns dos novos parlamentares já encaminharam seus formulários de filiação à UNALE e de adesão ao fundo de assistência parlamentar. E isso eu entendo que é necessário e importante para a atividade não só parlamentar, mas para a social que todos nós devemos ter enquanto atendentes públicos a serviço da população desse Brasil.

Era isso, muito obrigado!

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Senhor Presidente, a partir de amanhã, realiza-se um encontro dos pequenos produtores rurais do Estado do Paraná. Nessa discussão de três dias serão discutidos os gravíssimos problemas dos pequenos agricultores. Grande maioria da Região Sul, Sudeste e Sudoeste do Estado do Paraná, que passam por dificuldades gravíssimas. São pequenos produtores que empregam maior mão-de-obra no Estado do Paraná e que não têm os seus produtos com a capacidade de exportação como têm dos grandes produtores rurais.

Gostaria ainda de dizer ao Deputado Fernando Ribas Carli, que lamento muito que o Deputado se elegeu Deputado Estadual e não continua na Chefia da Casa Civil do Governador Jaime Lerner, porque se lá estivesse, talvez tivesse orientado o Governador a se portar como estadista, como fez aqui no seu discurso. Infelizmente, o Deputado, para bem nosso, está aqui para enriquecer os debates na Assembléia e não está lá para orientar o ente maior na política do Estado do Paraná. Parabéns pela sua intervenção.

Quero dizer que tenho divergências em relação à Lei Kandir, sobre a sua manutenção. Será tema de debate. Mas, a sua posição de que o Governador deveria se comportar como estadista, abordando os graves problemas, em função do gravíssimo problema que o Brasil e o mundo atravessam, o futuro do Paraná deveria ser o tema do grande debate que o Governador deveria iniciar com o povo do Paraná na tarde de ontem. Infelizmente perdeu um grande momento da sua vida.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelos Srs. Deputados Péricles Mello, Irineu Colombo, Ângelo

Vanhoni e Hermes Fonseca, integrantes da Bancada do PT, constante do expediente, comunicando que a partir desta data a liderança do partido será exercida pelo Sr. Deputado Péricles Mello e a 1ª e 2ª vice-lideranças pelos Srs. Deputados Hermes Fonseca e Irineu Colombo, respectivamente. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ofício PSC/001/99, subscrito pelos Srs. Deputados Chico Noroeste e Miltinho Puppio, constante do expediente, comunicando o ingresso do Sr. Deputado Miltinho Puppio no PSC, e sua desfiliação do PTB, informando também, que o Deputado Chico Noroeste responderá pela liderança da bancada, ficando o Sr. Deputado Miltinho Puppio como vice-Líder do PSC nesta Casa de Leis. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ofício nº 001/99/PSB, subscrito pelos Srs. Deputados Antonio Carlos Belinati e Ricardo Maia, constante do expediente, comunicando que o Sr. Deputado Ricardo Maia irá ocupar a Liderança do PSB no corrente ano. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelos Srs. Deputados Tony Garcia, Augustinho Zucchi, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Cesar Seleme, Fernando Ribas Carli e Tiago de Amorim Novaes, integrantes do PPB, constante do expediente, comunicando que a liderança do partido será exercida pelo Sr. Deputado Tony Garcia e a vice-Liderança pelo Sr. Deputado Duílio Genari. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ofício nº 32/99, subscrito pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando licença do cargo pelo período de 125 (cento e vinte e cinco) dias, a contar da data de hoje para realizar tratamento de saúde. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ofício nº 001/99 - Lid. do PSDB, subscrito pelos Srs. Deputados Antonio Carlos Baratter, Luiz Fernando Litro da Silva, José Maria Ferreira, Edson Praczyk, Serafina Carrilho e Renato Gaúcho, constante do expediente, comunicando que a liderança do partido será exercida pelo Sr. Deputado José Maria Ferreira. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, comunicando que o Sr. Deputado Ademar Traiano passa a responder pela Liderança do PTB, no próximo biênio. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projetos de lei, em nº de 04 (quatro) de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constantes do expe-

diente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei, em nº de 05 (cinco) de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei, em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Luiz Fernandes Litro e Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 002/99, de autoria da Comissão Executiva, Mensagem do Poder Executivo nº 003/99, que referenda o Decreto Legislativo nº 002/99, que autorizou o Senhor Governador Jaime Lerner, ausentar-se do País. **Aprovado.**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica referendado o Decreto Legislativo nº 002/99, de 29 de janeiro de 1999, que autorizou o Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado do Paraná, ausentar-se do país, no período compreendido entre os dias 7 e 21 de fevereiro do corrente ano, com destino aos Estados Unidos da América, a fim de, em Nova Iorque, participar de uma série de sessões com a equipe diretora do "Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas", que objetiva a elaboração de nova política global de urbanização e, ainda, tratar de assuntos particulares.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 03.02.99.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 015, 016 e 022, de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 017, de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 018, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 019, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 021, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Quero apenas registrar a presença aqui na Assembléia hoje, da Comissão dos Comerciantes atingidos pela Usina de Salto Caxias, Capitão Leônidas marques, Boa Vista Aparecida, Cruzeiros do Iguaçu, que estão aqui hoje participando dessa sessão, quando o nosso Presidente Anibal Khury deu entrada no projeto de lei dessa Assembléia, visando autorizar o Governo do Estado a regularizar os prejuízos causados pela construção dessa barragem aos agricultores que hoje estão aqui representados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Essa Presidência associa-se ao pedido e os recebe com muito prazer.

Sejam bem -vindos!

Requerimentos nºs 023, 024, 025, 027, 028, 029, 030, 031, 032, e 033, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 035, 036 e 037, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 038, de autoria do Sr. Deputado Élio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 043-A, de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ÉLIO RUSCH, EM SESSÃO DO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 1999.

“O ministro Folião

Entrevistas com Rafael Greca
Revista Veja

Ele contagiou Brasília com seu estilo esfuizante e diz que o turismo vai ficar melhor ao final de sua gestão.

Ele é responsável pelos esportes e pesa 140 quilos, distribuídos em 1,84 metros. Também cuida do turismo, e não viaja pelo Brasil desde que era criança. A Itália, lembra-se, já foi mais de quarenta vezes. O novo ministro, Rafael Greca, pede às pessoas que tenham um pouco de paciência, até que ele tome pé das novas funções. No entanto ele já se transformou na mais atraente figura que o governo produziu em muitos anos. É impossível ficar ao seu lado sem se divertir. Bem-humorado, extrovertido e com uma memória fora do comum, Greca faz piadas sobre si mesmo e gosta de declamar poemas e trechos de óperas. Mantém sempre perto o que chama de “livro de idéias”, um caderninho em que anota desde frases colhidas nas reuniões ministeriais até extratos de sermão de padre. Aos 42 anos, tem no currículo uma passagem pela Prefeitura de Curitiba, de onde saiu com alto índice de aprovação. Do seu gabinete em Brasília, decorado com bromélias e cortinas que ele diz detestar, o novo ministro dos Esportes e Turismo deu a seguinte entrevista a VEJA.

Veja - *Um mês depois de estreiar como ministro, o que o senhor está achando do trabalho?*

Greca - É apaixonante. A burocracia ainda não me mostrou um rosto tão assustador. Imaginava que nem conseguiria implantar o ministério no primeiro mês. A gente deve odiar a burocracia, mas amar os burocratas. Devemos convertê-los para a causa da modernidade e da rapidez. As coisas andam muito bem. Pensei que o bicho fosse muito pior. Estou bem feliz.

Veja - *Morar em Brasília tem sido insuportável, como muitos ministros que vêm de fora costumam dizer?*

Greca - Eu adoro Brasília. Ela me enche de energia, me deixa como uma pilha. Com toda a carga.

Acordo às 6 e meia da manhã. Tenho sido testemunha de todas as alvoradas e não quero perder a do dia seguinte. Outro dia, fiquei anotando os tons do céu de Brasília na hora do amanhecer e descobri até um tom verde-água, que eu nunca tinha visto em nenhuma outra aurora. O céu tinha gradações, desde o vermelho mais profundo, passando pelo alaranjado, aí entrava o verde-água e então se revelava em azul. É muito bonito.

Veja - *O senhor ainda está hospedado em hotel. É verdade que encomendou uma reforma no apartamento funcional em que vai morar?*

Greca - Não é propriamente uma reforma. Minha mulher, Margarita, quer que nossa casa em Brasília tenha paredes verdes e amarelas, uma casa que simbolize nossa ligação e amor pelo Brasil. Depois do Carnaval, Margarita e eu vamos fazer a mudança. Ela me presenteou com uma tela de proporções monumentais, do tamanho de uma parede inteira. É Ulisses amarrado no mastro do barco para não ceder à tentação das sereias, enquanto Penélope borda seu tapete na distante ilha natal. É dos versos da Odisseia, de Homero. É de um pintor curitibano chamado Sérgio Ferro. Enquanto a mudança não acontece, estou hospedado num hotel, onde virei amigo do gerente. Ele ficou meu camarada e já consegui tirar todos os quadros não brasileiros do saguão. Tinha a imperatriz Teodora, de Bizâncio, e eu perguntei se ela estava fazendo visita de Estado. Porque eu fui a Bizâncio e a Ravena e não tinha nenhuma baiana brasileira nos hotéis das duas cidades. Convenci o gerente a guardar a imperatriz Teodora no armário. Devemos todos lutar por este país. O Brasil é a única terra de oportunidades disponíveis no mundo.

Veja - *Não há uma boa dose de exagero nessa afirmação?*

Greca - O Brasil está na moda. É a melhor oportunidade de negócios para o capital estrangeiro, para os investimentos na área de turismo. Temos o produto turístico e cultural mais atraente do mundo. Qual outro país tem uma floresta intacta? Um Pantanal Mato-Grossense? As Cataratas do Iguaçu? Esse caprichoso litoral de 8.000 quilômetros de extensão. Esse rol de 200 fortalezas e prédios públicos notáveis à beira do mar. A efervescência cultural de São Paulo, a qualidade barroca da Bahia e Minas Gerais ou a pujança econômica do Paraná e de Santa Catarina, ou as grutas de 500 anos de presença humana da Serra da Capivara do Piauí, as cidades históricas do centro do país, como Pirenópolis.

Veja - *Pouco depois de ter sido escolhido para o cargo, o senhor disse que conhecia mais a Itália do que o Brasil. Foi quarenta vezes à Itália, contra algumas viagens pelo país*

em companhia de seu pai, quando ainda era pequeno. Isso não irá dificultar seu trabalho como ministro do Turismo?

Greca - De forma alguma. Me dê seis meses que conhecerei todo o Brasil. Estou louco de curiosidade. Já estou começando a viajar. Agora mesmo vou para o Carnaval no Nordeste. Vou visitar Olinda e Recife, cidades onde nunca estive antes.

Veja - *No Carnaval no Rio, o senhor tem alguma escola preferida?*

Greca - A Mangueira, minha velha conhecida. Muito por causa de Dona Zica, viúva do Cartola. Ela é protagonista da mais linda história de brasilidade que já ouvi na vida. Ela aprendeu a ler identificando as letras do Brasil, no título do *Jornal do Brasil*, que a sua patroa perversa mandava pegar todas as manhãs. Para saber se levava o jornal certo, aprendeu como era o B de Brasil, e aí começou...

Veja - *O senhor já desfilou em escola de samba?*

Greca - Nunca e nem tenho vontade. Eu brincava quando era jovem, fiz curso na Banda Polaca em Curitiba. Já me fantasiei de arlequim, de pintor, de chinês e de sheik árabe. Mas ultimamente eu viajava para a Itália ou ficava em casa. às vezes, eu dormia. Não ter desfilado, nem ter desejo de desfilar não quer dizer que não goste de assistir ao desfile. Eu gosto, e muito. Compareci à inauguração do Sambódromo na Marquês de Sapucaí. Sou fã ardoroso da montagem, acho que o desfile é uma ópera popular digna do maior respeito. Além disso, é algo que gera muitos empregos, é um evento a ser patrocinado. E observei que a maioria das cidades italianas e mediterrâneas que tiveram Carnaval no passado está retomando os festejos com base no exemplo brasileiro.

Veja - *Mas Veneza tem um Carnaval secular.*

Greca - Veneza promoveu seu primeiro Carnaval moderno em 1983. Margarita e eu, por acaso, lá estávamos. Era um Carnaval muito tímido, patrocinado pela municipalidade para retomar os desfiles de gôndolas, dos mascarados, dos bailes com iluminação de tochas. Foi armado como estratégia de recuperação de Veneza, e me disseram que o fizeram com base no que acontece no Rio de Janeiro.

Veja - *Não vai ser duro agüentar o pique deste Carnaval? Afinal, serão cinco cidades em quatro dias.*

Greca - Não vou ser o Rei Momo nem vou desfilar (*risos*). Não vai ser tão cansativo assim. Estarei viajando em jato oficial. Eu até liguei para o presidente Fernando Henrique Cardoso para saber o que ele achava de eu viajar em avião particular. Eu não queria usar o da FAB porque poderia parecer que

estava usando dinheiro público para fazer turismo e brincar o Carnaval. De repente, pensamos em um jatinho de algum empresário amigo, sei lá. Mas a recomendação do Palácio do Planalto foi que eu usasse o avião oficial.

Veja - *É hábito trabalhar com essa música ao fundo? O que está tocando neste momento?*

Greca - Não sei. São umas óperas sem a letra. Eu adoro a melodia da ópera. Quer dizer, ópera sem texto. Há pouco tocou Mozart, *Le Nozze di Figaro*. Tocou *La Traviata* já. E agora é *La Bohème*, de Puccini. Aaaah! '*Ma per fortuna à una notte di luna. E qui la luna l'abbiamo vicina*'. É quando Mimi encontra Rodolfo no sótão. Lindo, lindo.

Veja - *Quantas línguas o senhor fala?*

Greca - Eu falo bem português, espanhol italiano e arranho francês e inglês. Com uma taça de vinho eu falo muito bem (*gargalhadas*).

Veja - *O Brasil está preparado para receber uma nova e farta leva de turistas estimulados por um real desvalorizado?*

Greca - Acho que o Brasil está sempre preparado, mas temos várias deficiências. A alfândega, por exemplo. Poderíamos descomprimir os aeroportos do Galeão e de Cumbica se as bagagens fossem despachadas para vistoria na cidade para onde se destinassem os passageiros. As malas dos curitibanos não precisam congestionar a esteira de vistoria paulistana. Os aeroportos têm estrutura para isso. Outra deficiência: os hotéis deveriam ser autorizados a fazer câmbio das moedas. Eu escrevi uma carta para o presidente do Banco Central pedindo isso. Na verdade, ainda não mandei porque estava escrita para o presidente que caiu (*risos*), mas já reescrevi para o Armínio Fraga.

Veja - *O movimento de turistas estrangeiros no Brasil não é prejudicado pela imagem samba-futebol-Carnaval que o país tem lá fora?*

Greca - Não entendo porque algumas pessoas acham que isso é ruim. É muito bom. Samba é bom, futebol e Carnaval são maravilhosos. O desafio é avançar além do estereótipo tradicional. O Brasil não precisaria de um ministério se fosse para ficar repetindo todos os arquétipos tradicionais que o filme *Orfeu do Carnaval* celebrizou quando do seu retumbante sucesso há décadas. O ministério só tem sentido se for capaz de revelar um outro Brasil, o Brasil do circuito cultural de São Paulo, da Pinacoteca do Estado, do Museu de Arte Sacra, é o Brasil do sonho de Chateaubriand. Alguém imagina que abaixo do Equador possa existir essa concentração de arte universal como existe no Museu de Arte de

São Paulo, o Masp? Tenho certeza de que não há informação suficiente para o povo saber disso.

Veja - *O circuito de museus não é da alçada do ministro Francisco Weffort, da Cultura?*

Greca - Não quero de maneira alguma concorrer com ele. O Brasil está muito bem servido com o excelente ministro da Cultura que tem. Mas tenho um bom trânsito com os artistas. Todos sabem que eu sou porta aberta. Aqui já teve peregrinação: Tizuka Yamazaki, Ruth Escobar, o Chitãozinho. Mas eu vou inegavelmente usar a força da criação artística para o meu trabalho de motivação da juventude para o esporte e turismo. Toda produção cultural também faz parte do universo turístico. O turismo é o marketing da alma de um povo. Cheguei a pensar que, se a Fernanda Montenegro ganhasse o Oscar, com aquele filme que é uma viagem mítica pelo interior do Brasil, poderíamos usá-lo como símbolo de promoção do país. Se ela concordar, claro. É minha estimadíssima amiga. Quando fui nomeado ministro, ela me mandou um telegrama: 'In Greca, we trust' (*Em Greca nós confiamos*). E assinou: 'Todos os Fernandos', que são ela, o marido e a filha.

Veja - *E como se faz para divulgar tudo isso?*

Greca - Temos de arrumar operadoras que se interessem em criar roteiros. Você pode fazer fantásticos roteiros de turismo entre as cooperativas do interior. Sai de Curitiba, vai à cooperativa Batavo, é o mesmo que conhecer a Holanda. Daí visita Vila Velha, as grandes formações areníticas da região de Ponta Grossa, onde há lugares de indizível beleza como uma cachoeira dentro de uma gruta azulada que se chama Buraco do Padre. Aí você entra nas cascatas de Prudentópolis e Guarapuava, que é uma nova Rússia, uma nova Ucrânia, totalmente eslava. Sai de lá e vai à colônia Entre Rios, que é uma nova Suábia, onde você pode tomar aquamalte e comer filé com mostarda e batatas à maneira do melhor restaurante da Suábia. É uma volta ao mundo. Sei que tem muito carioca que nunca entrou na Igreja da Ordem Terceira do Largo da Carioca. Sei de muita gente de cultura erudita que não sabe que os príncipes reais, filhos de dom João VI e Carlota Joaquina, que morreram de febre palustre, estão enterrados entre as igrejas de Santo Antônio e São Francisco, lá no Morro da Carioca. Esse turismo pelo Rio antigo me fascina. É isso que precisa ser estimulado.

Veja - *O estilo efusivo e a verve do ministro não podem ofuscar o trabalho do ministério?*

Greca - Não tenho nenhuma insegurança em relação a isso. Sei que tenho conteúdo que com o tempo se terá revelado consistente para o país. Muitas vezes não entendem meu pensamento. Aquilo

que eu disse sobre o 'caráter lírico dos miseráveis' foi totalmente distorcido. Quis dizer que não estamos dispensados de fazer programa de valorização humana. Isso é um dever. Há uma consciência de que a promoção social pela educação será o único caminho para superarmos as condições de miséria do nosso povo. Mas a gente não tem de esconder o nosso povo. O melhor do Brasil é o povo. às vezes, o caráter lírico da pobreza é revelado até na arte popular. Mestre Vitalino, em seus bonecos de barro, retratou os despossuídos, os romeiros, os deserdados. E as figuras descalças de Mestre Vitalino não deixam de ser bonitas e líricas. Foi neste sentido que eu quis dizer.

Veja - *O comitê do senador Roberto Requião, seu desafeto declarado no Paraná, divulgou pela internet uma insinuação sobre sua orientação sexual na eleição do ano passado. Como o senhor reagiu a isso?*

Greca - Isso é objeto de um processo que corre na Justiça do Paraná. Ele fez uma insidiosa armação que envolve falsificação de uma certidão cartorial. Ou uma coisa muito feia que não me atingiu. Ser acusado de homossexual não me abala, pior seria ser chamado de ladrão. Aí seria duro. Eu entreguei o caso ao meu advogado e pedi para ele processar o Requião. Tentam usar isso contra mim repetidas vezes.

Veja - *O que sua mulher diz sobre isso?*

Greca - Nós damos risada. Só. Tudo isso parte de um preconceito desse Brasil ainda primitivo, socialmente primitivo, contra o refinamento do espírito. A minha alegria é intolerável, não é? Irrita. A outra coisa que irrita é o fato de eu ter tido tanta chance, de ter ficado tão diferente das outras pessoas. Tive acesso à filosofia, à arte, à cultura, à música. Não sou rico, mas sou bem-nascido e refinado. E isso dói na alma de muita gente."

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE FINANÇAS 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e oito, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na Sala de Reuniões das Comissões, presidida pelo Senhor Deputado Élio Rusch, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Albanor Gomes, Milton Puppio e Duílio Genari. O Senhor Presidente pede ao Secretário da Comissão que proceda a leitura da Ata da sessão anterior. O Senhor Deputado Duílio Genari requer a dispensa da leitura da Ata. O Senhor Presidente defere. Não havendo expediente a ser lido, passou-

se a Ordem do Dia: 01) Projeto de lei nº 097/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 010/98. Relator Deputado Albanor Gomes. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 094/98, de autoria do Deputado Joel Coimbra. Relator Deputado Milton Pupprio, informando ao Senhor Presidente que gostaria de ter um prazo maior para emitir o Parecer, pois trata-se de matéria muito importante, além do que o Projeto reporta-se a leis que não foram apensadas ao mesmo. Para tanto solicito que o Senhor Presidente determine ao Secretário da Comissão que proceda a juntada das leis que faltam, para que eu possa apresentar meu parecer. O Senhor presidente informa que será providenciado ainda hoje. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, a qual vai assinada por ele, pelos Deputados presentes e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA
ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de maio de um mil novecentos e noventa e oito, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na Sala de Reuniões das Comissões, presidida pelo Senhor Deputado Élio Rusch, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Albanor Gomes, Duílio Genari e Miltinho Pupprio. A seguir o Senhor Presidente coloca em votação a Ata da última reunião, a qual foi aprovada por unanimidade. Não havendo expediente a ser lido, passou-se a Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 094/98, de autoria do Deputado Joel Coimbra. Relator Deputado Miltinho Pupprio. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO COM EMENDA. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, a qual vai assinada por ele, pelos Deputados presentes e por mim, Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA
ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de junho de um mil novecentos e noventa e oito, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na Sala de Reuniões das Comissões, presidida pelo Senhor Deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Albanor Gomes, Duílio Genari e José Tavares. A seguir o Senhor

Presidente coloca em votação a Ata da última reunião, a qual foi aprovada por unanimidade. Não havendo expediente a ser lido, passou-se a Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 238/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 025/98. Relator Deputado José Tavares. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, a qual vai assinada por ele, pelos deputados presentes e por mim, Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de junho de um mil novecentos e noventa e oito, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na Sala de Reuniões das Comissões, presidida pelo Senhor Deputado Élio Rusch, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Albanor Gomes, Duílio Genari, José Tavares e Milton Pupprio. A seguir o Senhor Presidente coloca em votação a Ata da última reunião, a qual foi aprovada por unanimidade. Não havendo expediente a ser lido, passou-se a Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 226/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 024/98. Relator Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 241/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 026/98. Relator Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 243/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 028/98. Relator Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 242/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 027/98. Relator Deputado Milton Pupprio. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, a qual vai assinada por ele, pelos Deputados presentes e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA
ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de junho de um mil novecentos e noventa e oito, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na Sala de Reuniões das Comissões, presidida pelo Senhor

Deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Duílio Genari, José Tavares e Milton Puppio. A seguir o Senhor Presidente coloca em votação a Ata da última reunião, a qual foi aprovada por unanimidade. Não havendo expediente a ser lido, passou-se a Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 208/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 023/98. Relator Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, a qual vai assinada por ele, pelos Deputados presentes e por mim, Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA
ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de junho de um mil novecentos e noventa e oito, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na Sala de Reuniões das Comissões, presidida pelo Senhor Deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Milton Puppio, José Tavares e Albanor Gomes. A seguir o Senhor Presidente coloca em votação a Ata da última reunião, a qual foi aprovada por unanimidade. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 240/98, de autoria do Tribunal de Contas do Estado. Relator Deputado José Tavares. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA da Comissão de Constituição e Justiça. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, a qual vai assinada por ele, pelos deputados presentes e por mim, Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de julho de hum mil novecentos e noventa e oito, reuniu-se ordinaria-

mente a Comissão de Finanças, na Sala de Reuniões das Comissões, presidida pelo Senhor Deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Duílio Genari, Edno Guimarães e Albanor Gomes. A seguir o Senhor Presidente coloca em votação a Ata da última reunião, a qual foi aprovada por unanimidade. Não havendo expediente a ser lido passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 260/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 029/98. Relator Deputado Albanor Gomes. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 270/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 031/98. Relator Deputado Albanor Gomes. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 271/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 032/98. Relator Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, a qual vai assinada por ele, pelos deputados presentes e por mim, Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de novembro de um mil novecentos e noventa e oito, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na Sala de Reuniões das Comissões, presidida pelo Senhor Deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Albanor Gomes, Duílio Genari e Edno Guimarães. A seguir o Senhor Presidente coloca em votação a Ata da última reunião, a qual foi aprovada por unanimidade. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 370/98, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, a qual vai assinada por ele, pelos Deputados presentes e por mim, Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário